



INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

LISIANE BENDER DA SILVEIRA

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO**

Porto Alegre

2020

LISIANE BENDER DA SILVEIRA

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dra. Clarice Monteiro Escott

Porto Alegre

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587a Silveira, Lisiane Bender da.
Avaliação institucional dos cursos de ensino médio integrado: um olhar a partir do instrumento de autoavaliação. / Lisiane Bender da Silveira; orientadora Clarice Monteiro Escott. – Porto Alegre: 2020.

229 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2020.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Clarice Monteiro Escott

1. Educação Profissional e Tecnológica 2. Avaliação Institucional. 3. Autoavaliação. 4. Ensino médio integrado. 5. Institutos Federais. I. Escott, Clarice Monteiro, orientadora. II. Título

CDU: 377

LISIANE BENDER DA SILVEIRA

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 09 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Clarice Monteiro Escott
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof.^a Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo
Instituto Federal Santa Catarina

Prof.^a Dra. Letícia Martins de Martins
Instituto Federal do Rio Grande do Sul

LISIANE BENDER DA SILVEIRA

**INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E
CADERNO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Produtos Educacionais apresentados ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 09 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Clarice Monteiro Escott
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof.^a Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo
Instituto Federal Santa Catarina

Prof.^a Dra. Letícia Martins de Martins
Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Dedico esta pesquisa às minhas afilhadas Sofia e Maitê, ao afilhado Davi e aos meus filhos Raimundo Vitor e Luiz Eduardo: que cresçam com a certeza das inúmeras possibilidades da vida.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas que ajudaram a tornar este momento possível: obrigada! Agradeço a todos que estiveram ao meu lado e contribuíram com esta trajetória. Em especial à minha família, pelo amor, carinho, apoio e paciência.

Ao Diego, meu companheiro de muitas aventuras, que esteve ao meu lado o tempo todo, com encorajamento, chás e amor.

Aos meus pais, Luiz e Luiza, por sempre priorizarem a educação.

À minha irmã, Lucila, pelo auxílio, apoio e criação das imagens.

Aos filhos, que estão chegando nestes tempos tumultuados, trazendo uma camada extra de amor aos nossos dias.

À Fabi, Leo e Marga, do DAI, pelo apoio, amizade e conhecimentos. Nominando-os, agradeço a todos colegas que demonstraram seu apoio durante todo o processo.

À Fabi Keller e Lisi Delai, pela revisão criteriosa, sempre atenta.

Às colegas da “van”: aprendemos, rimos e nos apoiamos o tempo todo!

Aos colegas e professores do ProfEPT pelo aprendizado e trocas de conhecimento.

Aos participantes da pesquisa, que cederam seu tempo e conhecimento para eu pudesse realizar a pesquisa. Sua participação foi fundamental para a criação dos Produtos Educacionais.

À minha banca, professoras Gislene e Letícia, por sugestões que qualificaram a proposta, e professora Clarice, que esteve junto em todos os momentos, com incentivo, apoio, parceria, sempre acreditando em minha capacidade.

Por fim, agradeço ao IFRS pela oportunidade de capacitação, pela oferta do mestrado, pela possibilidade de afastamento. A cada servidor e servidora que trabalha no dia a dia para que sigamos fazendo educação pública e de qualidade.

[...] Significa reconhecer que somos seres *condicionados* mas não *determinados*.
Reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de *determinismo*, que o
futuro, permita-me reiterar, é *problemático* e não inexorável.
(FREIRE, 2014, p. 20).

RESUMO

A pesquisa que trata da autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de uma proposta para autoavaliação desta modalidade, ocorreu no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do *Campus* Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), na Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Teve como objetivo investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de EMI com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS. Em termos metodológicos, a pesquisa pode ser classificada como aplicada, de abordagem qualitativa e caracterizada como participante. Os instrumentos de coleta de dados foram: análise do referencial teórico; análise documental de documentos institucionais do IFRS (Política Institucional para Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS - PICEMI-IFRS e o Programa de Autoavaliação do IFRS - PAIFRS); entrevistas semiestruturadas, que visavam investigar a formulação e reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Ensino Médio Integrado de dois *campi* do IFRS. Os participantes da pesquisa foram docentes e técnico administrativos em educação (TAE) dos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS, bem como os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA). O aporte teórico que sustenta a pesquisa considera autores que discutem a formação humana integral no âmbito da EPT e, em especial, no ensino médio. Considera que o Ensino Médio Integrado (EMI) é uma possibilidade de superação da dualidade estrutural a partir da formação integral dos estudantes. Nesse contexto, observa-se uma ausência de avaliação ou autoavaliação para os cursos de EMI, visando suscitar reflexões sobre essa modalidade de oferta. A partir dos dados coletados, mediante as entrevistas, emergiram os indicadores que auxiliaram no estabelecimento de critérios necessários para a definição de questões para a autoavaliação dos cursos de EMI, considerando-se os seguintes referentes: Ensino Médio Integrado; Trabalho como princípio educativo; Pesquisa como princípio pedagógico; Construção coletiva por meio da participação/Democracia; Interdisciplinaridade; Formação continuada de professores e TAEs; Permanência e êxito; Avaliação; Infraestrutura física. A partir dos resultados dessa investigação, foram criados dois produtos educacionais (PE), do tipo material textual: o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e o Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado. Tais produtos foram avaliados positivamente por docentes, TAEs e estudantes do *Campus* Ibirubá, bem como membros da CPA atual. Os avaliadores consideraram os PEs adequados para a autoavaliação do EMI. Os resultados apontaram para a necessidade de autoavaliação como forma de fortalecer os cursos de Ensino Médio Integrado, podendo contribuir para a consolidação da oferta dessa modalidade no IFRS e nas demais instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), além da discussão sobre um currículo efetivamente integrado e sobre a cultura avaliativa nos Institutos Federais.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado. Autoavaliação. Instrumento de Autoavaliação. Institutos Federais.

ABSTRACT

The research that deals with the self-evaluation of the Integrated High School (EMI) courses with the aim of developing a proposal for self-evaluation of this modality, took place within the scope of the Professional Master's Program in Vocational and Technological Education (ProfEPT), at the Porto Alegre Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS), in the Line of Research Organization and Memories of Educational Spaces in Vocational and Technological Education (EPT). The objective was to investigate the necessary indicators for the evaluation of EMI courses with a view to developing a self-evaluation instrument for these courses in the IFRS. In methodological terms, the research can be classified as applied research, of qualitative approach and characterized as participant research. The data-collection instruments were: analysis of the theoretical framework; documentary analysis of IFRS institutional documents (Institutional Policy for IFRS Integrated High School Courses - PICEMI-IFRS and the IFRS Self-evaluation Program - PAIFRS); semi-structured interviews, which aimed to investigate the formulation and reformulation of the Pedagogical Projects of Integrated High School Courses (PPC) of two IFRS campuses. The participants in the research were teachers and administrative technicians in education (TAE) of the campuses Ibirubá and Veranópolis of IFRS, as well as members of the Self-Evaluation Commission (CPA). The theoretical framework that gives support to the research takes into account authors who discuss integral human formation in the context of EPT and, especially, in high school. It considers that Integrated High School (EMI) is a possibility to overcome the structural duality starting from the integral formation of students. In this context, it was noted that there is an absence of evaluation or self-evaluation, for the EMI courses, aiming to stimulate reflections on this offer modality. From the collected data, through the interviews, emerged the indicators that helped in the establishment of the necessary criteria for the definition of questions for the EMI courses self-evaluation, considering the following referents: Integrated High School; Work as an educational principle; Research as a pedagogical principle; Collective construction through participation/Democracy; Interdisciplinarity; Continuous formation of teachers and TAEs; Permanence and success; Evaluation; Physical infrastructure. Based on the results of this investigation, two educational products (PE) were created, of the textual material type: the Integrated High School Self-evaluation Instrument and the Integrated High School Self-evaluation Booklet. These products were positively evaluated by teachers, TAEs and students from the Ibirubá campus, as well as members of the current CPA. The evaluators considered the PEs to be suitable for the EMI self-evaluation. The results pointed to the need for self-evaluation as a way to strengthen the Integrated High School courses, and that it may contribute to the consolidation of this offer modality in the IFRS and in other institutions of the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education (RFEPCT), in addition to the discussion about an effectively integrated curriculum and the evaluation culture in Federal Institutes.

Keywords: Vocational and Technological Education. Integrated High School. Self-evaluation. Self-evaluation Instrument. Federal Institutes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Avaliação Institucional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CPA – Comissão Própria de Avaliação

DAI – Departamento de Avaliação Institucional

EM – Ensino Médio

EMI – Ensino Médio Integrado

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FDE – Fórum de Dirigentes de Ensino

IES – Instituição de Educação Superior

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IF (s) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PAIFRS – Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

Prodi – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

Proen – Pró-reitoria de Ensino

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TAE (s) – Técnico administrativo em educação

PE – Produto educacional

PICEMI-IFRS – Política Institucional para Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

ProfEPT – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	17
2 ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	21
2.2 ENSINO MÉDIO INTEGRADO.....	23
2.3 REFERENTES DA AUTOAVALIAÇÃO E DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA ANÁLISE TEÓRICA	26
3 METODOLOGIA	31
4 ANÁLISE DOS DADOS	37
4.1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	37
4.2 ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFRS	40
4.3 INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E CADERNO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	46
5 PERSPECTIVAS DA PESQUISA	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	55
APÊNDICE B – PRODUTOS EDUCACIONAIS	90
APÊNDICE C – ENTREVISTAS (ROTEIRO)	161
APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	162
APÊNDICE E – RESPOSTAS INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	164
APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (SEGMENTO DISCENTE)	180
APÊNDICE G – RESPOSTAS DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (SEGMENTO DISCENTE)	182
APÊNDICE H – AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFRS	189
APÊNDICE I – ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO	199

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....225

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação tem origem nos questionamentos que emergem da minha atividade profissional.

Professora formada no Magistério, pedagoga, lecionei por 10 anos na rede pública do Estado do Rio Grande do Sul e ingressei no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) em 2013, na Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi) e passei a desenvolver atividades relacionadas ao cargo de Técnico em Assuntos Educacionais. Em 2018, no Departamento de Avaliação Institucional, vinculado à Prodi, comecei a trabalhar com avaliação institucional, em especial, nos cursos de graduação.

Acompanhei avaliações *in loco* nos *campi*, analisei e acompanhei relatórios e formulários referentes à avaliação dos cursos superiores da instituição. No entanto, observei que o Ensino Médio não dispunha de uma forma de avaliação sistematizada quanto aos seus cursos. Percebi que, sendo uma forma de oferta prioritária para os Institutos Federais, os cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) deveriam possuir uma forma de avaliação também, considerando dimensões como as previstas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), porém levando-se em consideração os pressupostos teóricos que sustentam a proposta do Ensino Médio Integrado.

O SINAES, instituído em 2004 após reflexões construídas, principalmente, pelas experiências de avaliação realizadas pelas universidades do país, procura avançar na superação de critérios avaliativos internacionais, para alcançar uma avaliação que reflita a qualidade e responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior (IES), buscando alcançar resultados qualitativos para a melhoria dos cursos, das instituições e da educação superior brasileira.

A avaliação institucional, conforme definida no SINAES, tem por finalidade a melhoria da educação superior e a promoção de valores democráticos e efetividade acadêmica e social. (BRASIL, 2004).

Leite (2005) e Dias Sobrinho (2019) afirmam que a avaliação institucional deve buscar a qualidade acadêmica, a pertinência e a responsabilidade social das instituições.

Entendo qualidade como apresentado por Leite, Tutikian e Holz (2000, p. 24):

[...] A qualidade é um juízo valorativo que se constrói socialmente e, em consequência, implica escolha de um sistema valorativo em um determinado espaço social. Se esses pressupostos são aceitos, não se pode discutir a problemática da qualidade sem considerar sua relação com a pertinência da educação [...] e de ambas com os processos de avaliação institucional.

Dessa forma, a perspectiva da avaliação institucional apresentada nesta dissertação diz respeito a avaliar a qualidade dos cursos, a partir dos pressupostos teóricos do Ensino Médio Integrado, em especial, da formação humana integral, ou seja, a formação do ser humano em todos os seus aspectos: social, físico, intelecto, profissional e tecnológico. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Além disso, quando menciono formação humana integral, não posso deixar de destacar que sua concepção é de superação da dualidade estrutural entre formação técnica e formação geral ou entre o fazer e o pensar. (MOURA, 2010).

Pesquisa como princípio pedagógico, trabalho como princípio educativo e avaliação como prática integradora são pressupostos teóricos fundamentais para os cursos de EMI, que devem possuir uma integração entre a formação integral e a concepção de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, previstos, também, na Política Institucional para Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS (2019).

No percurso da pesquisa, minha orientadora e eu aprofundamos a análise da avaliação institucional proposta no SINAES e os pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e do Ensino Médio Integrado, incluindo a análise realizada nos documentos institucionais internos do IFRS (Apêndices H e I).

Refletir sobre a ausência de avaliação para os cursos de EMI foi o mote para a pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na linha de pesquisa *Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica*, macroprojeto 5: Organização do currículo integrado na EPT.

A pesquisa aplicada, qualitativa e de abordagem participante foi realizada no IFRS e se desenvolveu a partir do seguinte problema de pesquisa: *Em que medida os indicadores emanados da percepção dos docentes e técnicos envolvidos pode contribuir para a produção de um instrumento de avaliação que contribua para a qualidade do Ensino Médio Integrado no IFRS?*

Para tanto, iniciei o percurso metodológico com a revisão teórica, com o suporte de autores como Dias Sobrinho (2002; 2003; 2019) e Leite (2000; 2005) sobre

avaliação institucional; Moura (2010) e Ramos (2017; 2020) sobre educação profissional e tecnológica; Ramos (2005; 2017; 2020), Ciavatta (2005), Frigotto (2005; 2015), Moura (2007; 2010; 2017) e Saviani (2003) sobre Ensino Médio Integrado.

A partir do referencial teórico, procedi a análise documental da legislação do ensino médio, do ensino médio integrado, dos Institutos Federais (IFs), da avaliação institucional e de normativas internas do IFRS, como a Política Institucional para Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS (PICEMI-IFRS) e o Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS (PAIIFRS).

Em seguida, realizei entrevistas semiestruturadas com servidores docentes e técnico-administrativos dos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS que formularam e reformularam os Projetos Pedagógicos (PPC) dos Cursos Técnicos na modalidade de oferta do Ensino Médio Integrado do IFRS e dois presidentes da Comissão Própria de Avaliação (CPA). O objetivo das entrevistas foi definir os referentes necessários para a criação do Instrumento de Autoavaliação do EMI, considerando a importância dos atores institucionais envolvidos com esses cursos no IFRS.

A metodologia da pesquisa previu a adoção de referentes, conceituado por Figari (1996, p. 47) como o “elemento externo a que qualquer coisa pode ser reportada”. Dessa forma, os referentes foram entendidos como os elementos a partir dos quais procuramos encontrar os critérios necessários para avaliar o ensino médio integrado.

Partindo dos referentes definidos a partir dos pressupostos do EMI e da Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS, as entrevistas refletiram os critérios para a criação do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e do Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, Produto Educacional do tipo material textual, que contextualiza a pesquisa e orienta a avaliação do EMI.

Embora o projeto de pesquisa previsse a produção de um vídeo que contribuísse para a capacitação sobre ensino médio integrado e autoavaliação, com o andamento da pesquisa, optamos por não produzir o vídeo, pois, com o levantamento dos dados e com a organização do Instrumento, consideramos que um Caderno de apoio teria uma efetividade maior na orientação da avaliação do Ensino Médio Integrado.

Na Introdução, apresento os objetivos, a justificativa e o problema de pesquisa. No capítulo de Análise do Referencial Teórico, trato sobre o aporte teórico que sustenta a pesquisa, com destaque para os Referentes da Autoavaliação e do Ensino

Médio Integrado: uma análise teórica, na qual trago os referentes e suas conexões com a teoria.

No capítulo de Metodologia, caracterizo a pesquisa, indico o percurso metodológico de investigação, a partir do problema de pesquisa, como se desenvolveram as análises. Apresento, ainda, os participantes e o lócus da investigação, além das etapas da pesquisa. Finalizo com as Perspectivas da Pesquisa, onde revisito os seus objetivos, os resultados obtidos e trago algumas considerações sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado.

Por fim, no Apêndice A, encontramos os Produtos Educacionais resultantes da pesquisa. O Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado foi organizado de forma a contribuir com a compreensão da avaliação institucional no EMI, ou seja, apresenta a Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, o Ensino Médio Integrado, a Avaliação Institucional, a Comissão Própria de Avaliação e os Atores Institucionais do processo de autoavaliação do EMI.

Incluso no Caderno, temos o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, que se constitui em uma proposta de autoavaliação para o EMI, como uma possibilidade de avaliar os cursos de EMI a partir do olhar dos atores institucionais que estão envolvidos com os cursos nos *campi* e objetiva a contribuição para a consolidação da oferta do ensino médio integrado no IFRS e nas demais instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Baseando-se na perspectiva de avaliação participativa, pode contribuir, ainda, com a discussão de um currículo efetivamente integrado e com a cultura avaliativa nos IFs.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado da pesquisa para o desenvolvimento dos produtos educacionais, na busca de respostas aos questionamento oriundos do ambiente de trabalho do estudante, como requisito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculado à área de Ensino da CAPES¹, na linha de pesquisa *Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica*, macroprojeto 5: Organização do currículo integrado na EPT.

Como servidora técnica-administrativa em educação (TAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), trabalhando no Departamento de Avaliação Institucional (DAI), na Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi), observei a ausência de uma forma de avaliação que contemplasse as especificidades dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI), embora exista a Autoavaliação Institucional, de forma permanente e diagnóstica para todos os cursos do IFRS.

A avaliação externa para os cursos de graduação, tanto quanto a autoavaliação, estão em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e previstos no Programa de Autoavaliação do IFRS (PAIFRS).

Considerando o EMI como uma forma de oferta prioritária para os Institutos Federais (IFs), procurei pensar a autoavaliação para esses cursos, a fim de observar a qualidade acadêmica, a pertinência e a responsabilidade social, objetivo principal da avaliação institucional (AI). (DIAS SOBRINHO, 2019).

Ressalto que a compreensão sobre qualidade presente nesta dissertação se refere à escolha de um sistema valorativo construído socialmente na instituição, ou seja, a própria instituição deve elencar o que deve ser importante avaliar, conhecer e melhorar, de forma coletiva. (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000).

Sendo o EMI a oferta prioritária dentre as modalidades de cursos técnicos, é importante definirmos a qualidade que a instituição procura. Dessa forma, parto da concepção que os pressupostos teóricos do EMI, em especial, a formação humana integral, devem ser o condutor da qualidade dos cursos.

A formação humana integral, ou omnilateralidade, diz respeito à formação dos

¹ CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

estudantes em todos os aspectos de sua vida, para além da formação profissional e geral, abrangendo a formação cultural, esportiva, intelectual, profissional e geral.

A proposta de investigação, então, teve o propósito da criação de dois produtos educacionais: o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e o Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado. Para tanto, parti do problema de pesquisa “em que medida os indicadores emanados da percepção dos docentes e técnicos envolvidos pode contribuir para a produção de um instrumento de avaliação que contribua para a qualidade do Ensino Médio Integrado no IFRS?”.

O objetivo da pesquisa foi investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de um Instrumento de Autoavaliação para esses cursos no IFRS.

Os objetivos específicos foram:

- Realizar a análise documental relativa à legislação e às normativas do IFRS referente ao Ensino Médio Integrado.
- Analisar a percepção dos membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) com relação à avaliação no IFRS.
- Analisar a percepção dos atores institucionais no que se refere à implementação do Ensino Médio Integrado nos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS.
- Criar quadro de referentes² como base para definição do instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado.
- Desenvolver um instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado.
- Desenvolver um Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado para contextualizar a pesquisa realizada e servir de apoio para orientação da avaliação do Ensino Médio Integrado.
- Avaliar junto aos docentes, servidores técnicos-administrativos, estudantes e membros da CPA os produtos educacionais: Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado.

² A partir de Figari (1996), referentes são os elementos a partir dos quais procurei definir os critérios necessários para a avaliar o EMI.

Assim, no próximo capítulo, Análise do Referencial Teórico, apresento o aporte teórico que embasou a pesquisa, destacando os referentes da autoavaliação institucional e do EMI.

No capítulo da Metodologia, descrevo o percurso metodológico adotado, com as análises realizadas, as entrevistas e a definição dos critérios que originaram as questões do Instrumento de Autoavaliação do EMI.

Na Análise dos Dados, trago os resultados da análise documental, da análise dos referentes e das entrevistas realizadas necessárias à definição dos critérios para a criação dos PE, bem como a sua avaliação.

Nas Perspectivas da Pesquisa, apresento os resultados da pesquisa e indico algumas considerações sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado.

2 ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO

O Ensino Médio (EM), última etapa da Educação Básica brasileira, sofreu alterações ao longo de sua história, sempre mantendo a posição hegemônica da dualidade estrutural no país. Diferentes formas de organizar o EM culminam em resultados similares quanto à educação dos jovens da classe trabalhadora, confiando-lhes o ensino médio mais técnico, sempre voltado ao mundo do trabalho. Para aqueles que são os filhos da elite, o ensino médio sempre foi o último degrau para alcançar o Ensino Superior. (MOURA, 2010).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em diferentes contextos, tem participado do EM, de forma ora obrigatória, ora dissociada, ora integrada. O paradigma político-educacional dos diversos governos sempre influenciou a forma pela qual a perspectiva educacional estaria presente nos sistemas de ensino.

Nesse cenário, ao mesmo tempo em que se pode constatar diferentes ofertas de ensino médio, percebe-se que a falta de uma avaliação institucional voltada às especificidades dos cursos técnicos consiste em uma realidade constante.

2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional (AI) no Brasil é realizada nas Instituições de Ensino Superior (IES), de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído em 2004.

O SINAES propõe a avaliação das IES por meio de diretrizes, critérios, instrumentos e estratégias para a avaliação dos cursos, instituições e estudantes dos cursos superiores brasileiros. (ESCOTT, 2013).

Devido à institucionalidade dos IFs, com educação superior e educação básica, o SINAES é o balizador da AI, tendo em vista a necessidade de avaliação dos cursos de graduação, de seus estudantes e da instituição.

Dessa forma, a proposta de verticalização presente nas finalidades dos IFs suscita realizar a AI também de forma verticalizada, prevendo a avaliação de cursos de educação básica, como os cursos técnicos de nível médio, além de cursos superiores, como cursos de graduação e de pós-graduação,

A avaliação institucional da [instituição] deve ser um processo socialmente

organizado e promovido por atores sociais com legitimidade e competência técnica e política institucionalmente conferidas e reconhecidas, agindo com instrumentos, objetivos, critérios e metodologias construídos também socialmente e tornados públicos. (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000, p. 151).

Dias Sobrinho (2003, p. 46) salienta que “o processo de avaliação [institucional] deve desenvolver-se nas instituições de modo contínuo, estabelecendo ciclicamente três dimensões essenciais: a) *auto-avaliação* ou *avaliação interna*, b) *avaliação externa* e c) *re-avaliação e meta-avaliação*. [...]”.

Recorro novamente a Dias Sobrinho (2019, p. 7), quando afirma “[...] ser imprescindível a autoavaliação, para além da avaliação externa: séria, participativa, democrática, dialógica, reflexiva, questionadora, quantitativa e densamente qualitativa, socialmente responsável, formativa e crítica”. Leite, Tutikian e Holz (2000) complementam o conceito de autoavaliação como autoanálise crítica da instituição com a participação de docentes, técnicos e estudantes.

A autoavaliação, compreendida a partir dessas concepções, abrange o processo de consulta e aprendizado coletivo sobre a instituição, englobando a comunidade acadêmica que avalia e reflete sobre o trabalho realizado e a sua qualidade frente à sociedade, propondo melhorias para a instituição, seus cursos e demais processos.

Para tanto, necessário se faz que a avaliação institucional seja democrática e participativa, pois “[...] produz a dinamização social e política da [instituição], o aprofundamento de sua pertinência e da consciência de seu papel na sociedade”. (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 86). Permite, assim, aos atores institucionais envolvidos com e na instituição uma visão integrada de seus processos, aprendizados, cursos e comprometimento social.

Um dos objetivos principais do EMI é a proposta de formação integral do ser humano, buscando a superação da dicotomia entre a formação geral e a formação técnica, ou seja, a formação em todas as suas dimensões, visto sermos seres culturais, sociais, do trabalho, do intelecto.

Assim, o que percebo é que, apesar do diferencial de participação de todos os atores institucionais, a autoavaliação para os cursos de EMI não recebe um olhar diferenciado que possa contribuir para qualificar e consolidar essa modalidade de oferta.

Entendo, portanto, que devemos procurar novas estratégias para poder avaliar

o EMI,

[...] a busca de novas estratégias para a construção das [Instituições de Ensino] em bases inovadoras, preservando sua vocação pública a serviço de suas respectivas sociedades nos níveis regional, nacional e internacional, supõe não só uma atitude criativa diante dos novos dilemas, como também a procura da melhoria da qualidade, da pertinência e da equidade. (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000, p. 24).

Para avaliar se a instituição está cumprindo o seu papel social e educativo, o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado pode ser uma estratégia para conhecer os referentes que tornam o Ensino Médio Integrado único no universo de cursos ofertados pelos IFs.

2.2 ENSINO MÉDIO INTEGRADO

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, sofreu diversas alterações ao longo de seu percurso histórico. Porém, Ramos (2010, p. 47) afirma que “a razão de ser do ensino médio esteve, ao longo de sua história, predominantemente centrada no mercado de trabalho, para que as pessoas viessem a ocupá-lo logo após a conclusão do ensino médio, ou após a conclusão do ensino superior”.

Além disso, o ensino médio é essencialmente educação pública, visto que 90% dos estudantes brasileiros, aproximadamente, estão na escola pública. (RAMOS, 2017).

O ensino médio integrado, ao aliar uma educação propedêutica³ à educação profissional em um mesmo espaço de tempo, com o horizonte de profissionalização para o mundo do trabalho, pode ser visto como uma oportunidade para os jovens que sofrem em um país tão desigual.

O EMI surge, então, como a tentativa da “travessia” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005) entre um ensino médio propedêutico ou profissional, buscando alcançar a educação omnilateral, ou seja, uma educação que seja a formação do ser humano em todas as suas dimensões, não apenas de ensino técnico e geral.

A Lei Nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional,

³ Moura (2010) referencia os conhecimentos de ciências, letras e artes como integrantes de currículos propedêuticos. Compreendo como educação propedêutica os conhecimentos vinculados à Educação Básica.

Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (RFEPCT), em seu artigo 7º, inciso I, preconiza que é objetivo dos IFs: “ministrar educação profissional técnica de **nível médio**⁴, prioritariamente na forma de **cursos integrados**, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. (BRASIL, 2008).

Assim, no cenário da RFEPCT com a oferta dos cursos de EMI, é necessário considerar a possibilidade da formação integral proposta em sua institucionalidade, avançando para a sua consolidação. Para tanto, devo referir que o contexto da *nova* Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 – surge a partir da permanência da dualidade estrutural do EM no país, embora, no primeiro projeto de Lei, o ensino médio estivesse voltado à formação politécnica.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) chamam a atenção para a disputa política e ideológica presente na construção da proposta da LDB ainda vigente, que acabou sendo redigida e aprovada de acordo com os interesses neoliberais, voltada ao interesse do capital econômico, pautada pela dualidade estrutural de separação entre o público e privado; propedêutico e profissional; técnica e prática.

Essa definição levou a perda de um sentido de educação integral, que formasse estudantes nos aspectos artísticos, sociais, tecnológicos e culturais, pois a educação profissional é apartada da educação básica, com capítulo próprio na Lei, tendo como resultado que “quaisquer possibilidades de articulação entre o ensino médio e a educação profissional podem ser realizadas, assim como a completa desarticulação entre eles”. (MOURA, 2010, p. 71).

A nova legislação [Lei nº 11.741/2008] não mais definiu a educação profissional em níveis, por compreender que os níveis se referem exclusivamente à organização da educação nacional e não a uma modalidade específica. Tentou-se, assim, evitar que a política de educação profissional levasse à constituição de um sistema educacional paralelo. A educação profissional ficou organizada, então, em cursos e programas, em vez de níveis. (RAMOS, 2010, p. 51).

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, essa possibilidade ganha força, e os cursos de ensino médio de forma articulada podem ser efetivados e criados.

Em 2012, há a promulgação da Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012,

⁴ Grifos da autora.

que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Essa resolução traz

[...] o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio [...]. (BRASIL, 2012).

A Resolução nº 6/2012 continua vigente no país, possibilitando que a EPT e o EMI continuem existindo (ou resistindo), dentro de instituições de ensino do país, sendo que a rede federal é a única que oferta o EMI.

Com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, houve uma nova organização para o currículo do ensino médio. Essa adaptação promovida pelo Governo Federal em 2017 para o EM, denominada de “Reforma do Ensino Médio”, adota o conceito de itinerário formativo:

Art. 36 . O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017).

A nova estrutura curricular regulamentada pela Lei fragmenta o EM, pois cada sistema de ensino será responsável pela sua configuração, sem a garantia de oferta de todos os itinerários. Assim, os sistemas de ensino que possuem mais recursos de investimento poderão ofertar mais itinerários formativos, enquanto que outros terão dificuldades de ofertar quaisquer um.

Silva e Scheibe (2017, p. 26-7) ainda ressaltam que a nova estrutura

[...] tem como consequência a negação do direito à formação básica comum e pode resultar no reforço das desigualdades educacionais. Ao contrário do que disseminava a propaganda governamental, não serão os estudantes a escolher qual itinerário cursar, haja vista que a distribuição desses itinerários pelas escolas estará a cargo dos sistemas estaduais de educação.

Para não agravar as desigualdades educacionais, o Ensino Médio Integrado, no contexto da RFEPCT, em um movimento de resistência, deve ser pensado de forma a alcançar a formação integral dos estudantes, articulando a educação

técnica/específica e propedêutica/geral, visando ter espaços que incluam o trabalho (sentido ontológico e histórico), ciência e cultura.

2.3 REFERENTES DA AUTOAVALIAÇÃO E DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Os referentes emanados da investigação e que orientaram a criação do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, bem como do Caderno de Autoavaliação do EMI que apoia a sua implementação, são apresentados aqui, a partir da análise do aporte teórico que o sustenta.

Para a análise teórica que apresento a seguir, optei por destacar os referentes em negrito e em itálico de forma que o leitor possa melhor identificá-los. Ainda assim, cabe, desde já, apresentá-los, uma vez que têm centralidade na pesquisa e que guiaram a construção das questões propostas no Instrumento de Autoavaliação do EMI: **Ensino Médio Integrado**; Trabalho como princípio educativo; Pesquisa como princípio pedagógico; Construção coletiva por meio da participação/Democracia; Interdisciplinaridade; Formação continuada de professores e TAEs; Permanência e êxito; Avaliação; Infraestrutura física.

O referente ***Ensino Médio Integrado*** engloba diversos conceitos e concepções importantes, tais como: concepção de formação humana integral, conhecimento historicamente construído, superação da dualidade estrutural, educação básica integrada à educação profissional, bem como experiência prática e interface com a realidade.

A formação humana integral ou omnilateralidade apresenta centralidade como concepção de educação para o EMI, especialmente, a partir de 2004.

Falamos de formação integrada e integral dos sujeitos, como substantivo e como adjetivo. Porém, a raiz é a mesma: [íntegro], inteiro, integralidade. A formação integral dos sujeitos significa o desenvolvimento de todas as suas capacidades. A formação integrada pressupõe uma formação que integra as múltiplas dimensões da vida no sentido histórico e social de produção da existência humana. (RAMOS, 2020, p. 18).

Avançando no sentido de formação, inclusive histórica, o conhecimento historicamente construído, em apresentação disciplinar, também deve estar presente no currículo do EMI. (RAMOS, 2017).

Sendo assim, a proposta de EMI deve sempre buscar a superação da dualidade estrutural entre formação geral e específica, a dicotomia entre trabalho intelectual e manual, a educação que forma para o trabalho e a educação que forma para a continuidade dos estudos no Ensino Superior.

Neste horizonte, a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média) unitária⁵, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como *direito de todos* e condição da cidadania e da democracia efetivas. Não se trata de uma relação, pois, linear com o mercado de trabalho, mas mediada, sem o que não se cumprem os dois imperativos: de justiça social e de acompanhamento das transformações técnico-científicas do mundo do trabalho. (FRIGOTTO, 2005, p. 74).

Apoiada nos autores citados, desenvolvi a reflexão sobre as concepções do EMI, em uma perspectiva de formação integral, que alcance a totalidade dos cursos e estudantes, para que possamos avançar, enquanto Rede Federal, na perspectiva da consolidação da proposta de ensino onmilateral.

Assim, entendo que os IFs devem propor cursos de EMI que reflitam a educação politécnica, com a formação integral do ser humano, superando a dualidade histórica e estrutural, enquanto agentes da educação brasileira.

Quando pensamos em EMI, não podemos deixar de considerar a interface com a realidade ou experiência prática. Manfredi (2007, p. 171) contribui com a discussão elencando para o EMI algumas dimensões importantes: “quando penso numa proposta voltada ao Ensino Médio e à educação profissional e tecnológica, no caso específico, tenho por certo que devemos contemplar várias dimensões que vão compor o chamado currículo integrado”: a dimensão social dos tipos de trabalho, a dimensão cultural e a *profissionalidade* devem estar presentes na construção de um currículo integrado.

Assim, no processo de construção dos cursos de EMI, com vistas à formação integral, precisamos fomentar discussões sobre a proposta curricular, privilegiando a **construção coletiva por meio da participação** com base no princípio da **democracia**, referentes identificados na investigação. Nesse sentido, Moura (2007, p. 165) afirma que:

⁵ Escola unitária: conceito trazido por Gramsci de escola de formação integral, aliando, além da “politecnicidade” de Marx e Engels, aspectos culturais e humanísticos. No entanto, a escola unitária também trabalha com o conceito de onnilateralidade. (MOURA, LIMA FILHO, SILVA, 2015).

[...] quanto às possibilidades de organização curricular que existem no Ensino Médio/Técnico Integrado, reconhecemos serem várias e isso vai depender efetivamente de cada coletivo, de cada escola, de cada sistema de ensino, de cada instituição, mediante sua realidade concreta, verificar qual é a possibilidade mais adequada.

A elaboração da proposta de EMI, portanto, precisa ocorrer de maneira conjunta e democrática entre os atores institucionais. Além disso, conforme nos lembra Leite (2005, p. 79), “[...] a democracia participativa envolve a formação da comunidade política e a autolegislação e a autovigilância das ações. Um processo pedagógico exigente!”.

Outra questão a ser considerada nesse processo diz respeito ao referente **interdisciplinaridade**. Segundo Araujo e Frigotto (2015, p. 69), a interdisciplinaridade é percebida como “a máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas acima de tudo, como o princípio da diversidade e da criatividade” e deve fazer parte do currículo integrado. Sendo assim, integrar, sem considerar a interdisciplinaridade, seria desconsiderar as oportunidades de diferentes saberes complementares, mantendo os estudantes sem o necessário entendimento da realidade social e de sua profissão.

Outro referente identificado na pesquisa e que deve ser utilizado como parâmetro de construção e avaliação do EMI é o **trabalho como princípio educativo**, que entendo a partir do conceito apresentado por Saviani (2003, p. 140):

[...] diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica [...].

Essa concepção percebe o trabalho como produtor do ser humano, em que a realidade e a sociedade se constituem e são transformadas pela ação humana, de forma consciente e a partir dos conhecimentos adquiridos no meio social. O currículo integrado não deve deixar de fora da discussão as concepções o mundo do trabalho, com seu imperativo de consumo e tecnológico, mas não deve pautar o currículo por ele.

Assim, o trabalho é percebido na materialidade do mundo do trabalho, tendo a **pesquisa como princípio pedagógico**, outro referente identificado na pesquisa,

como potencializador da relação de ensino e aprendizagem em uma perspectiva crítica e reflexiva.

A pesquisa como princípio educativo, guarda, também, relação com o referido da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de forma sistematizada em práticas pedagógicas e prevista nas propostas dos cursos de EMI. Machado (2010, p. 92) afirma que, apenas por meio da pesquisa, os estudantes poderão “desenvolver conceitos e a compreensão dos princípios científicos e evidenciar como eles embasam as técnicas”. Ao orientar-se pelo horizonte da indissociabilidade, os cursos de EMI partem dos conhecimentos historicamente construídos, para a construção de seus próprios conhecimentos a respeito da ciência, da cultura e do mundo social em que os estudantes estão inseridos.

Produzindo-se, assim, uma proposta curricular integrada, espera-se, igualmente, uma prática curricular integrada. Para esse fim, incorporo os momentos da Pedagogia Histórico-Crítica elaborada por Saviani (2008), os quais converto no que designo como “tempos curriculares” [...] tempos de consolidação (avaliações com finalidades formativas). (RAMOS, 2017, p. 36-7).

Nessa perspectiva, se o currículo é integrado, com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, superação entre técnica e teoria, a **avaliação** também precisa ser integrada. Escott, Viegas e Pizatto (2020, p. 811) afirmam que “a prática avaliativa de caráter diagnóstico, formativo, democrático e participativo no contexto do EMI deve ser construída como elemento integrante do processo pedagógico de forma a contribuir para a formação humana integral”. Segundo as autoras, a avaliação será sempre o início, o meio e o fim do processo educativo e exige, igualmente, uma prática pedagógica integrada.

Sobre as **condições físicas ou infraestrutura física** necessárias à efetiva formação integral, mais um referente advindo da pesquisa, é preciso ressaltar que formação humana integral só se faz com laboratórios específicos e de informática, salas de aula, refeitório, quadra poliesportiva, espaços de convivência, dentre outros.

O aspecto virtuoso, a que nos referimos, compreendia a oportunidade de o estudante ter a formação básica sobre a referência do trabalho. Este, porém, tendeu a se efetivar, especialmente, nas instituições da Rede Federal, onde havia condições materiais de infraestrutura administrativa e de didático-pedagógica, bem como de trabalho e de formação docentes compatíveis com uma educação pública, laica e de qualidade referenciada socialmente. (RAMOS, 2017, p. 34).

Quanto ao referente de **permanência e êxito**, contrapondo-se à evasão e retenção, além de estar ligado ao direito social à educação, conforme preconizado na Constituição Federal, envolve propiciar a possibilidade de os estudantes permanecerem na instituição e concluir seus cursos. Nesse sentido, Dias Sobrinho (2019, p. 3) afirma, ainda, que “a qualidade da educação só pode ser completa se buscar a universalização e a permanência de estudantes, na medida de suas competências e possibilidades”.

Nesse complexo processo de implementação e avaliação do EMI, um dos referentes que emergem da investigação diz respeito à **formação continuada de professores e TAEs**. Fischer (2010, p. 17) entende que docentes e TAEs são “parte instituinte e concreta dessa nova forma institucional no campo educativo”, ou seja, os IFs. Assim,

[...] adequar conhecimento docentes [e de TAEs] como integrante do saber produzido em “tempos” disponíveis para a investigação e para a leitura da produção de colegas, e, com isso, poder conectar mais diretamente um saber crítico com marcas e raízes na sociedade, na formação social brasileira e com explícitos vínculos com o projeto democrático de sociedade que transcende os atos formais de delegação de poder ou somente na via eleitoral. (FISCHER, 2010, p. 17).

Assim, a implementação do EMI exige uma política institucional que privilegie a formação inicial e continuada dos profissionais da educação técnica e tecnológica, na qual possam discutir as concepções que sustentam a EPT e, em especial, o EMI, de forma a potencializar a ação transformadora da Rede Federal sobre a realidade dos estudantes, a realidade do mundo do trabalho e a realidade social como um todo.

3 METODOLOGIA

O problema inicial da pesquisa conduziu ao delineamento de uma metodologia que auxiliasse na sua investigação: *Em que medida os indicadores emanados da percepção dos docentes e técnicos envolvidos pode contribuir para a produção de um instrumento de avaliação que contribua para a qualidade desse nível de ensino no IFRS?*

A pesquisa realizada caracteriza-se como aplicada, qualitativa e participante. Como resultados, desenvolveu dois produtos educacionais: o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e o Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado.

Para Negrine (2010, p. 62),

Os métodos de investigação qualitativa pressupõem uma abordagem diferenciada também no que se refere à elaboração e utilização dos instrumentos de coleta de informações. [...] Em síntese, [...] tem como pressuposto científico manipular informações recolhidas, descrevendo e analisando-as, para num segundo momento interpretar e discutir à luz da teoria [...].

Ainda, o delineamento da pesquisa participante contribuiu para realização e interação com o contexto e com os participantes da pesquisa, na medida que:

[...] o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados. (SEVERINO, 2007, p. 120).

O contexto da investigação se deu em dois *campi* do IFRS: Ibirubá e Veranópolis. A definição do *lôcus* da pesquisa nestes dois *campi*, em detrimento dos demais *campi* do IFRS, foi porquê ambos, entre os anos de 2017 e 2018, desenvolveram discussões e problematizações sobre o EMI e a criação de propostas curriculares para essa modalidade de oferta com a participação de docentes, TAEs e equipes pedagógicas em suas comunidades acadêmicas.

No *Campus* Veranópolis, houve a formulação do PPC do Técnico em Administração, e, no *Campus* Ibirubá, houve a reformulação dos PPCs do Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Mecânica, que já estavam implementados. As discussões visavam suscitar informações e elencar conceitos

importantes sobre a perspectiva de formação integral, a técnica e a teoria, a educação profissional e propedêutica. Os PPCs resultantes desse processo demonstraram uma organização curricular diferente dos demais cursos ofertados pelo IFRS até aquele momento, como *áreas de integração* e componentes curriculares como *Projeto Integrador*, e foram implementados no ano de 2019, com uma turma no *Campus Veranópolis* e três turmas no *Campus Ibirubá*.

Para a coleta de dados, realizei entrevistas semiestruturadas com quatorze servidores do IFRS, sendo dez docentes e dois TAEs, envolvendo os *campi* citados. A definição dos entrevistados ocorreu tendo em vista a participação dos mesmos nos processos de formulação e reformulação dos PPCs nos *campi*. Entre os entrevistados, procurei selecionar docentes das áreas técnica e propedêutica, além de TAEs e docentes da equipe pedagógica. Os entrevistados versaram sobre a formulação e reformulação dos PPCs dos cursos de ensino médio integrado nos dois *campi*, abrangendo os pressupostos teóricos do EMI, a organização do PPC, as diferenças e aproximações entre técnico e integrado, etc.

As entrevistas foram realizadas também com dois membros da CPA do IFRS, a presidente atual e o presidente do mandato anterior, que relataram como é realizada a autoavaliação institucional no IFRS, com destaque para os cursos de ensino médio.

Como principal instrumento de coleta de dados, utilizei entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa. No entanto, ao começar a realizar as entrevistas, na interação com os participantes em outros momentos e espaços institucionais, observei a necessidade de incluir notas de campo para complementar e enriquecer os dados que fui recolhendo durante a pesquisa.

O termo *notas de campo* foi definido por Bogdan e Biklen (1994, p. 150) como “o relato escrito daquilo que investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflectindo⁶ sobre os dados de um estudo qualitativo”.

Assim, as entrevistas semiestruturadas proporcionaram “[...] o estabelecimento de um vínculo melhor com o indivíduo e maior profundidade nas perguntas [...]”, visto que os participantes da pesquisa puderam se aprofundar mais ou menos em cada pergunta, de acordo com seu envolvimento no tema. (NEGRINE, 2010, p. 75).

No retorno dos PEs à comunidade pesquisada será contemplada a concepção da pesquisa aplicada: “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à

⁶ Optei por manter a grafia original em todo o texto.

solução de problemas específicos”. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35).

Também foi utilizada análise documental que considerou os documentos institucionais no IFRS, como o PAIFRS, a Política Institucional para Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS (PICEMI-IFRS), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano Estratégico de Permanência e Êxito. Analisei, ainda, o SINAES, legislação pertinente ao EMI e demais documentos sobre a temática. Chaumir (1974 apud BARDIN, 1977), ao referir-se à análise documental, afirma que “podemos defini-la como ‘uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação’”.

As questões para as entrevistas foram formuladas a partir da análise documental. Posteriormente, o quadro de análise com os referentes foi elaborado, objetivando a construção do Instrumento de Autoavaliação do EMI. Para tanto, utilizei os conceitos *referente*, *referido*, *indicador* e *critério* desenvolvidos por Figari (1996).

Para Figari (1996, p. 47), o “referente é o elemento exterior a que qualquer coisa pode ser reportada, referida”. Ainda para o autor, em um processo de avaliação, existe o referente, como o instrumental, e o referido, a matéria sobre o qual haveria uma reflexão utilizando-se o instrumental. Ou seja, a avaliação é a reflexão entre o referente e o referido, o elemento utilizado para a avaliação e o que se quer avaliar.

No caso em tela, os referentes foram os elementos exteriores ao currículo do EMI necessários para a análise dos referidos. Foram estabelecidos os referentes Ensino Médio Integrado; Trabalho como princípio educativo; Pesquisa como princípio pedagógico; Construção coletiva por meio da participação/Democracia; Interdisciplinaridade; Formação continuada de professores e TAEs; Permanência e êxito; Avaliação; Infraestrutura física.

Os referidos foram encontrados na PICEMI-IFRS, PAIFRS e pressupostos teóricos do EMI.

FIGARI (1996, p. 110) também afirma que o indicador “na sua origem, trata-se de um elemento que *mostra*⁷ um outro elemento, que *diz onde se encontra* um outro elemento, que *indica*”. O indicador pode auxiliar a justificar e confirmar um elemento, “mas não demonstrar sua certeza”. (FIGARI, 1996, p. 110). O indicador, para a avaliação, é o elemento que mostra os caminhos a serem percorridos e o indicador,

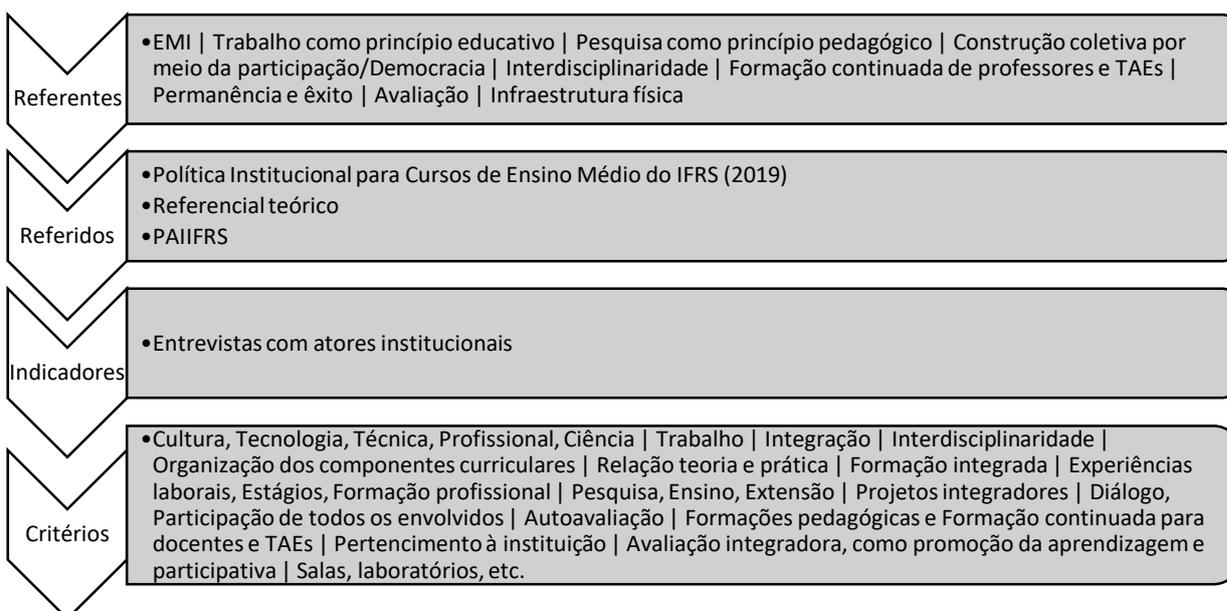
⁷ Grifo no original.

nesta pesquisa, foram as entrevistas.

Já a conceituação de critério “permite distinguir o verdadeiro do falso, julgar, estimar [...]. A sua primeira característica é, então, a abstração (a evidência, a clareza, a rapidez, a ordem, etc.), e a sua segunda característica é a discriminação [...]”. (FIGARI, 1996, p. 109). Quando pensamos em avaliação, o critério é o que permitirá a escolha dos referentes e indicadores a serem utilizados.

Os critérios foram os elementos que emergiram da análise dos referentes, referidos e indicadores, sendo o ponto central para a criação do instrumento, visto sua característica de discriminação das concepções necessárias ao EMI, traduzidas nas questões de autoavaliação.

Figura 1: Referentes, referidos, indicadores e critérios



Fonte: Elaborado pela autora.

Definidos os referentes, organizei o quadro de análise que está no Apêndice A e que será discutido no próximo capítulo.

Quadro 1: Síntese das etapas da pesquisa

Objetivos específicos	Etapa	Ação
Realizar a análise documental relativa à legislação e às normativas do IFRS referente ao Ensino Médio Integrado.	I - Análise documental	Análise dos documentos normativos internos ao IFRS: PAIIFRS, PDI, PICEMI-IFRS; Legislação: SINAES, LDB, Resolução nº 6/2012, BNCC, etc.
Realizar a análise documental	II - Levantamento de	Análise do referencial teórico

relativa à legislação e às normativas do IFRS referente ao Ensino Médio Integrado.	indicadores de currículo integrado	do EMI e da AI, em especial, da PICEMI-IFRS.
Analisar a percepção dos membros da CPA com relação à avaliação no IFRS.	III - Realização das entrevistas semiestruturadas a serem gravadas em vídeo	Entrevistas com presidentes da CPA do IFRS.
Analisar a percepção dos atores institucionais no que se refere à implementação do Ensino Médio Integrado nos <i>campi</i> Ibirubá e Veranópolis do IFRS.	III - Realização das entrevistas semiestruturadas a serem gravadas em vídeo	Entrevistas com os servidores docentes e técnicos-administrativos que formularam e reformularam PPCs de Cursos Técnicos do Ensino Médio Integrado.
Criar quadro de referentes como base para definição do instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado.	IV - Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (definição e avaliação) – Produtos Educacionais	Criação de quadro de análise a partir das entrevistas e definição dos referentes, referidos, indicadores e critérios.
Desenvolver um instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado.	IV - Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (definição e avaliação) – Produto Educacionais	Desenvolvimento do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, embasado no quadro de análise (referentes e critérios).
Desenvolver um Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado para contextualizar a pesquisa realizada e servir de apoio para orientação da avaliação do Ensino Médio Integrado.	IV - Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (definição e avaliação) – Produtos Educacionais	Desenvolvimento do Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, contextualizando a pesquisa com os pressupostos teóricos do EMI e da AI para orientar a autoavaliação do EMI, além do Instrumento de Autoavaliação do EMI.
Avaliar junto aos docentes, servidores técnicos-administrativos, estudantes e membros da CPA os produtos educacionais: Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado.	IV - Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (definição e avaliação) – Produtos Educacionais	Encaminhamento do Produto Educacional (Caderno e Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado) para participantes da pesquisa entrevistados nos <i>campi</i> ; dois membros da CPA atual do IFRS e três estudantes das turmas de segundo ano dos cursos de EMI do <i>campus</i> Ibirubá.

Fonte: Elaborado pela autora.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesse espaço, apresento os resultados da análise documental, da análise dos referentes e das entrevistas realizadas, bem como da avaliação dos produtos educacionais que tiveram o objetivo de investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de um Instrumento de Autoavaliação para esses cursos no IFRS.

Ainda, apresento a análise documental do Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIFRS) e da Resolução nº 55/2019, Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), balizadores para a criação do Instrumento.

A revisão teórica, que auxiliou a definição das perguntas para as entrevistas, e seus resultados foi publicada em artigos⁸, apresentados nos Apêndices H e I.

4.1 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação é um processo participativo e democrático, que deve ser realizado por toda a comunidade acadêmica, de forma a pensar a instituição, sua qualidade e as necessidades de melhoria.

A [autoavaliação] deve ser realizada pela comunidade [...] interna e externa. [...] deve contar com ampla participação da comunidade interna, a quem, segundo decisões e normas estabelecidas institucionalmente, cabe definir os princípios, a concepção básica, o objeto, os sujeitos, procedimentos, objetivos e usos do processo avaliativo, para compreensão e melhora dos compromissos fundamentais da [instituição]. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 46-

⁸ SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. Autoavaliação Institucional: um olhar a partir do programa de autoavaliação do IFRS. *In: Simpósio Avaliação da Educação Superior (Avalies 2019)*, 4, 2019, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: UFBA/CPA, 2019. Disponível em: http://www.avalties2019inscricao.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=118461.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; FAGUNDES, Fabiana Centeno; ESCOTT, Clarice Monteiro. Avaliação Institucional nos Institutos Federais: avanços e desafios de uma nova institucionalidade. *In: VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara (org.). Organização e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica: Constatações e Proposições*. Curitiba: CRV, 2020. p. 143–157.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. Ensino Médio Integrado: uma proposta de autoavaliação. *In: ScientiaTec*, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p. 122-146, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4134>. Acesso em: 04 jun. 2020.

7).

Na análise de dados realizada, constatei que, no IFRS, a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi) coordena a avaliação institucional, tendo servidores ligados a esse processo no apoio aos *campi*, tanto nas avaliações externas quanto na avaliação interna.

Atualmente, o Departamento de Avaliação Institucional (DAI), vinculado à Prodi no IFRS, realiza esse trabalho e, no caso da autoavaliação, proporciona apoio na organização, na sensibilização e nos processos de capacitação em estreita relação com a CPA, a qual realiza a sensibilização, coleta de resultados e o relatório final anual da autoavaliação do IFRS.

Conforme análise documental, em 2012, a CPA do IFRS publicou o PAIFRS. O documento, vigente e com previsão de atualização, prevê a utilização das dimensões do SINAES alinhados à verticalização do ensino conforme finalidade dos IFs.

É importante ressaltar que, mesmo tendo como eixo orientador as dimensões e princípios do SINAES, e acreditando como [Dias] Sobrinho (2003) que a avaliação institucional deve instaurar a reflexão e o questionamento, levando à produção de sentidos, o PAIFRS busca o alinhamento à proposta verticalizada dos Institutos Federais. Para tanto, o IFRS opta por utilizar as mesmas dimensões do SINAES para avaliar todos os níveis de ensino (ensino técnico de nível médio, graduação e pós-graduação). (IFRS; CPA-IFRS, 2012, p. 7).

O PAIFRS define uma autoavaliação plural, *multicampi*, democrática e participativa, verticalizada, envolvendo a comunidade acadêmica como um todo, em consonância com o SINAES e com os documentos norteadores dos Institutos Federais.

Analisando o conteúdo das entrevistas com membros da CPA, verifiquei que o processo de autoavaliação realizado no IFRS pode ser descrito como:

Avaliação interna é avaliação que é realizada dentro da instituição, onde quem aplica essa avaliação é a CPA, que é a Comissão Própria de Avaliação. [...] Essa avaliação interna também ela precisa seguir algumas orientações dos SINAES. No caso são cinco eixos, divididos em cinco eixos e cada eixo tem as suas dimensões. Então, a partir daí, depois dessa avaliação interna que se obtém alguns resultados pra melhoria da instituição. Normalmente trabalhamos sempre em cima da

melhoria. (SD11⁹).

No PAIFRS (2012), toda a comunidade acadêmica é convidada a participar da autoavaliação do IFRS, respondendo, refletindo e acompanhando os resultados advindos em cada processo. “[...] O interjogo democrático, transparente e aberto, como cultura institucional e como prática, tem de ser parte do cotidiano das relações que se dão nas [instituições]”. [...] (LEITE, 2005, p. 71).

Para o entrevistado sobre a CPA, a autoavaliação no IFRS procura ser participativa e democrática:

[...] todo mundo consegue responder, uma avaliação bem democrática [...] A gente procura manter essa autoavaliação o máximo de um nível de democracia que a gente consegue pra conseguir pegar os dados verdadeiros de quer e tem vontade auxiliar o instituto a crescer. (ST1).

Quanto à verticalização da autoavaliação proposta no PAIFRS, assim se refere o entrevistado:

A gente aplica os mesmos instrumentos que a gente utiliza para o ensino superior. Então a gente não faz diferença de nível de ensino. Isso vem bem de [ao] encontro a verticalização do instituto. Então como a gente espera que os cursos vão crescendo, evoluindo. Por exemplo, Técnico em Informática vai crescendo para um [curso de] Análise de Desenvolvimento de Sistemas, ou um mestrado em Tecnologia da Informática na Educação, por exemplo. Então a gente aplica os mesmos instrumentos pra todo mundo. Então as mesmas perguntas que o pessoal lá do superior responde, a galera lá do ensino médio também vai responder. A gente não faz essa [diferenciação] pra conseguir os dados verdadeiros que a gente precisa. (ST1).

A verticalização constatada tanto no PAIFRS quanto na entrevista visa fortalecer a oferta de cursos em diferentes níveis, propiciando ao IFRS conhecer sua realidade. Apesar disso, entendo que seja importante que a autoavaliação do EMI tenha, também, um Instrumento que reflita as suas especificidades.

Compreendendo o processo da autoavaliação no IFRS, passei a definição dos referentes necessários para a proposta do Instrumento de Autoavaliação do EMI, presente no próximo item.

⁹ Na análise e transcrição das entrevistas, preservando a identidade dos entrevistados, identifiquei-os como SD para servidores docentes e ST para os servidores técnicos-administrativos em educação, de forma aleatória e contínua: SD1, SD2, ST1, ST2...

4.2 ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFRS

As especificidades presentes no Ensino Médio Integrado ensejam um olhar distinto a essa oferta de ensino, atentando para os pressupostos teóricos que o constituem. A partir da pesquisa documental realizada, elenquei os referentes: Ensino Médio Integrado; Trabalho como princípio educativo; Pesquisa como princípio pedagógico; Construção coletiva por meio da participação/Democracia; Interdisciplinaridade; Formação continuada de professores e TAEs; Permanência e êxito; Avaliação; Infraestrutura física para elaborar o Instrumento de Autoavaliação do EMI.

Importante ressaltar que o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) começou, em 2016, por meio do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), a elaboração das “Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

No dia 25 de junho de 2019, por meio do Conselho Superior, o IFRS aprovou a Resolução nº 55/2019, PICEMI-IFRS alinhada à legislação vigente quanto à Lei nº 11.892/2008, Resolução nº 6/2012 e pressupostos das Diretrizes Indutoras (CONIF) e objetivos e orientações da Rede Federal, além dos pressupostos definidos e defendidos coletivamente pela sua comunidade acadêmica.

Encontrei na Política do IFRS (2019) concepções do EMI como formação humana integral (omnilateralidade); trabalho como princípio educativo; indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, por meio da curricularização da pesquisa e da extensão; relações dialógicas e superação da dualidade estrutural:

Por um lado, contrário à dualidade, o EMI estabelece-se dentro de uma percepção total sobre os sujeitos, tendo a formação humana integral como seu princípio. Logo, a concepção de EMI deve sustentar-se nos fundamentos da educação básica integrada à educação profissional, ou seja, contemplando e aprofundando os conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais produzidos e acumulados historicamente pela sociedade. (IFRS, 2019).

A PICEMI-IFRS cita o PPI, reforçando a ideia do currículo voltado à educação integral como “projeto a ser construído coletivamente” (IFRS, 2019), fruto da relação dialógica e democrática com a comunidade em que está inserido, considerando

também os servidores e estudantes que compõem o *campus*, no processo de construção dos currículos dos cursos. Para isso, conforme a PICEMI-IFRS, deve também haver a formação continuada de docentes para os pressupostos do EMI. Considero que a formação continuada deva ocorrer para docentes e TAEs, pois todos são trabalhadores da educação profissional e tecnológica, além de o Plano de Desenvolvimento Institucional também sinalizar a importância dessa ação para o IFRS.

O documento [PDI] dita que o IFRS deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação possam qualificar-se através da participação em ações de formação continuada e, quando possível, deve arcar com as despesas decorrentes dessa formação, além de estabelecer uma série de metas para a capacitação tanto de docentes como de técnico-administrativos em educação. (MARIN; NICHELE, 2020, p. 59).

A Política ainda aponta diálogo, interdisciplinaridade, experiência prática, conhecimento historicamente construído, interface com a realidade, formação profissional e condições estruturais como fundamentais na consecução do objetivo da integração.

Ainda, o documento afirma que deve haver uma “integração de saberes” para além da “composição entre formação geral e específica” e que se deve “Potencializar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de atividades que envolvam os estudantes para além da sala de aula, se caracteriza como uma importante estratégia para a efetivação do ensino integrado. [...]”, quando se pensa o currículo de cursos de EMI. (IFRS, 2019).

Sobre a avaliação, a PICEMI-IFRS assim reporta: “processo contínuo de reflexão crítica sobre a prática pedagógica desenvolvida no espaço acadêmico, envolvendo os diferentes sujeitos que o constituem”. (IFRS, 2019). Apresenta as concepções avaliativas voltadas para o ensino e para a aprendizagem, finalizando com as três dimensões que devem orientar o EMI: “desempenho do aluno; o desempenho dos docentes e a adequação do currículo do curso como planejado inicialmente, bem como dos projetos e atividades de integração propostos pelos docentes”. (IFRS, 2019). Embora considere que a avaliação deva ser proposta por diferentes instrumentos, a PICEMI-IFRS (2019) não prevê nem discute a autoavaliação como forma possível de conhecer e superar dificuldades presentes no percurso formativo dos estudantes nem para o fortalecimento da cultura avaliativa do EMI.

A partir da análise documental, passei para a análise das entrevistas, a qual permitiu definir os indicadores necessários para relacionar os critérios alinhados aos referentes.

Começando com o referente do Ensino Médio Integrado, que foi dividido em referidos para melhor sistematização dos indicadores, a concepção humana integral aparece em quinze momentos diferentes de fala, totalizando vinte e sete menções ligadas à formação para vida, para o mundo, para todos os aspectos e dimensões; formação do ser humano; formação ampla e geral; formação para o protagonismo e tomada de decisões; foi apontada, também, legislação e princípios do IF.

Destaco, dentre as falas:

[...] quando nós tratamos de formação de pessoas, o técnico, ele nunca pode pressupor que o técnico somente dará conta da formação dessa pessoa. Porque nós estamos falando de uma formação integral de uma pessoa e de um ser humano. Então essas dimensões necessariamente [...] precisam conversar. Nesse sentido, elas se complementam, sem necessariamente se excluir. Desse modo, é uma proposta que pensa na formação do sujeito. A formação de um ser humano e integral nas suas múltiplas dimensões. Inclusive nessas múltiplas dimensões é que entra essa formação científica ou tecnológica de caráter técnico que permite a ele uma melhor inserção no mundo do trabalho. Mas também permite a ele uma maior inserção social, uma maior inserção cultural enquanto sujeito daquela cultura. Enquanto cidadão que participa dessa cultura e toma decisões. (SD7).

Emanaram, a partir desses indicadores, os critérios de cultura, tecnologia, técnica, profissional, ciência, trabalho, integração e interdisciplinaridade.

Com relação ao conhecimento historicamente construído, a organização dos componentes curriculares foi o critério originado. Foram onze menções nas falas dos entrevistados, das quais o principal foi a ideia do contexto histórico do conhecimento a ser trabalhado e a dependência e especificidades que alguns saberes possuem, aferindo a necessidade de organização dos saberes em componentes curriculares.

A dualidade estrutural, ainda ligada ao EMI, como ideia de superação, reportou cinco momentos de fala, nas quais treze menções relacionadas à teoria e prática e educação pública foram preponderantes. Para o entrevistado ST3, está ligada, também, à aplicação da realidade nos conceitos e conhecimentos trabalhados. Integração e relação teoria e prática foram os critérios advindos desse indicador.

O referido educação básica integrada à educação profissional estabeleceu o critério de formação integrada, sendo indicada a partir de trinta e uma menções de

fala. O questionamento “O que é integrar?” (SD1) surge como propulsor da maioria das reflexões.

Diferencial, princípio, objetivo do IF; integrar, articular disciplinas, áreas, conhecimentos, dimensões; disposição para integrar, para a troca e descoberta, fazer pedagógico; conhecimento para vida; “*potencial muito maior*” (SD3) foram alguns dos indicadores encontrados na pesquisa.

A experiência prática e a interface com a realidade, último referido do Ensino Médio Integrado, gerou os critérios de experiências laborais, estágios e formação profissional. Foram dez falas relacionadas à formação profissional dos estudantes. Destaco a fala de dois entrevistados: “*Então é o inglês à serviço da técnica e ao mesmo tempo a técnica auxiliando a trabalhar textos mais reais em língua inglesa.*” (SD2). “*Então eles também têm uma vivência importante no estágio.*” (SD3).

O próximo referente identificado na pesquisa foi o trabalho como princípio educativo. O referido encontrado também foi o mesmo e o critério definido como trabalho. Embora esse pressuposto teórico do EMI seja fundamental para a efetivação dos cursos, ele pouco apareceu nas falas dos entrevistados. Foram sete menções, seis das quais concentradas em um mesmo participante:

[...] formar para o trabalho não é propriamente formar para o emprego. Trabalho é a intervenção humana na natureza para garantir a sua vida, sua forma de subsistência. Então ele trouxe essa questão também da diferença entre trabalho e emprego. Trabalho é uma coisa que permeia tudo que a gente faz. Não é somente emprego aquele diploma que a gente vai ter lá no final dos três ou quatro anos. (SD9).

Assim, os entrevistados indicam a importância de considerarmos a concepção de trabalho como princípio educativo, já apontadas na PICEMI-IFRS em consonância com o aporte teórico sobre EMI.

Considerando a pesquisa como princípio pedagógico como referente e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, obtive os critérios de pesquisa, ensino, extensão, Projetos Integradores e indissociabilidade. Foram citados dez vezes nas entrevistas, sendo referidos também como tripé e eixo. Selecionei duas falas sobre o tema:

E o nosso diferencial que é o tripé: ensino, pesquisa, extensão. Então todos esses projetos acabam envolvendo ensino, pesquisa, extensão. Nós temos um evento que é aberto para a comunidade vir. Então a

gente apresentou esse jardim sensorial nesse evento. Apresentamos também o carrinho de lomba. Então eu acho que isso que faz a integração. Tanto ensino, pesquisa, extensão. (SD2).

Agora o que ainda falta, a gente avançar nesta questão de integrar esses projetos a projetos de ensino, pesquisa, extensão. Uma pequena experiência a gente já tem. Mas a gente reconhece que nesta área a gente precisa avançar. Interessante que nos questionários que a gente fez no final do ano agora com os alunos sobre o trabalho desenvolvido durante 2019, eles apontam essa necessidade. De integrar ensino, pesquisa, extensão nesses projetos integradores que a gente desenvolve. (SD8).

Os referentes construção coletiva por meio da participação e democracia, surgem especialmente por ocasião da pergunta sobre a formulação e reformulação dos PPCs, mas permanecem relevantes quanto aos aspectos pedagógicos dos currículos. Trabalhados em conjunto, dividi-los em dois referidos para melhor aproveitamento dos indicadores. O referido relações dialógicas e construção coletiva resultou nos critérios reuniões, planejamento participativo, diálogo, participação de todos os envolvidos. Foram quarenta e dois registros apontando a importância de que todos os segmentos se reúnam para avaliar e planejar os cursos e projetos integradores.

Fica mais fácil porque a gente tem o diálogo com os outros professores pra saber o que eles estão trabalhando, poder reestruturar o PPC de forma que esse ensino caminhe junto. (SD3).

Integrado porque ele abre outras possibilidades. Ele abre uma possibilidade bem bacana de diálogo, de planejamento coletivo. (ST2).

O referido processo democrático, engloba a autoavaliação realizada no IFRS, mas mantém critérios próximos ao anterior, como participação de todos os envolvidos, autoavaliação e processo democrático.

Interdisciplinaridade como referente, referido e critério incluiu projetos integradores e interdisciplinares e integração nos critérios. Os indicadores foram os projetos desenvolvidos ou planejados, a integração ou “conversa” entre as disciplinas ou componentes curriculares e apareceram trinta vezes.

E eu acho que o fundamental pra acontecer a integração das disciplinas, na minha visão, muito além do PPC, que na época parecia coisa mais difícil, era a coisa mais tranquila de se fazer. Porque é fácil a gente escrever. E a gente colocar as ideias ali. O difícil é a gente

manter isso no dia a dia. É a gente se reunir. A gente ter ideias. A gente se propor a conversar com o colega. A gente se propor a mudar o nosso planejamento pra tentar encaixar alguma coisa. E acho que é muito no dia a dia, assim. A gente tentar todos os dias tentar manter essa ideia do integrado. Manter essa ideia viva do integrado. (SD6).

[...] pressupõe a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade. Todas essas questões que a gente enquanto escola precisa rediscutir. (ST2).

Formação continuada de professores e TAEs foi o referente do qual emaram os critérios reuniões, formações pedagógicas, formação continuada para docentes e técnicos administrativos em educação, semana acadêmica. Foram onze citações.

Este referente surgiu em resposta à questão sobre o planejamento e decisões sobre os PPCs do EMI e foi apontado como muito importante para compreender o EMI que gostariam e o porquê de ofertá-lo, para além da questão legal. Segundo SD5 foi *“importante para que nós entendêssemos qual a concepção de EMI”*. Reuniões, formações e estudos foram citados como importantes não apenas para a organização da proposta do PPC, mas também para continuar o trabalho pedagógico e a integração.

A avaliação foi mencionada por doze entrevistados, que trouxeram a dificuldade para os estudantes de realizarem muitas avaliações, a importância de uma avaliação integrada e da autoavaliação. Os critérios advindos foram avaliação integradora, avaliação como promoção da aprendizagem e avaliação participativa.

Quando você trabalha de forma integrada, quando você tem uma proposta de trabalhar integrado, você também pode reduzir o número de avaliações. Porque você pode trabalhar com os professores das determinadas disciplinas e você pode fazer uma única avaliação. [...] Ele está trabalhando um componente curricular, mas o conhecimento dele, que ele teve o conteúdo daquela disciplina ou das outras demais disciplinas, elas são integradas. Ele pode ser avaliado uma única vez. [...] E esse estudante se envolve uma única vez e todos avaliam dentro das suas, dos seus componentes. (SD1).

O referente de infraestrutura apontou critério de salas, laboratórios, refeitórios, etc. Foram apenas cinco registros, voltados às dificuldades do *campus* em implantação. No *campus* mais antigo, não houve registros.

O referente de permanência e êxito, que derivou o critério de pertencimento à instituição, gerou quinze menções nas entrevistas. O participante SD3 destacou que os cursos de EMI fazem com que os estudantes permaneçam mais na instituição e

compreendam que o *campus* seja sua escola, participando de diversas atividades, diferente de outros cursos.

Destaco, ainda, que, em ambos os *campi*, foi criada uma disciplina chamada Projeto Integrador. Nessa disciplina, os docentes se propõem a realizar atividades com os estudantes de forma integrada, utilizando conteúdos contemplados em um ou mais anos. No *Campus* Ibirubá, cada curso realizou um projeto integrador diferente, contando com a participação de todos os docentes e o envolvimento dos estudantes. Outro aspecto importante a observar foi que ambos os grupos consideraram essa proposta uma caminhada, uma tentativa de trabalhar de forma mais integrada, que exige esforço e disposição de todos, além de planejamento e atualizações constantes.

O Instrumento de Autoavaliação do EMI e o processo de autoavaliação podem contribuir para identificação das dificuldades encontradas na caminhada, as ações e atividades que resultaram em melhorias e o que ainda pode ser melhorado.

4.3 INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E CADERNO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

De posse dos dados coletados e analisados, elaborei o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (Apêndice A) com questões objetivas e descritivas.

Dividido em duas dimensões, didático-pedagógica e infraestrutura, tendo como referência as dimensões definidas pelo SINAES, assim como as dimensões utilizadas pelo PAIFRS, abrange os critérios e referentes apresentados em questões definidas de forma a contemplar os três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, TAEs e estudantes.

A partir da criação do Instrumento, procedi a elaboração do Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, produto educacional do tipo material textual, que contextualiza a EPT, o EMI, a autoavaliação, a CPA e os atores institucionais participantes da avaliação, bem como o referido Instrumento e uma proposta de análise dos resultados advindos do processo avaliativo.

Para a avaliação dos PE, foram convidados a participar quatorze servidores, treze dos quais haviam sido entrevistados para a identificação dos indicadores. O membro da CPA que não estava na composição atual foi substituído por outro respondente que integra a atual comissão.

Dessa forma, pude manter quatorze servidores convidados, porém recebi a avaliação de onze participantes (oito docentes e três TAEs). Para a avaliação do Instrumento de Autoavaliação do EMI, especificamente, foram convidados três estudantes¹⁰ do *Campus Ibirubá*, que estão no segundo ano de cada um dos cursos de EMI ofertados, visto que os mesmos já vivenciaram o novo PPC, bem como a coerência com a pesquisa já realizada. Essa avaliação foi pensada para qualificar a proposta com o olhar e a voz dos estudantes, considerando as dificuldades que poderiam surgir. Os estudantes, indicados pela Coordenação Pedagógica, foram escolhidos por já terem participado de projetos integradores, que, no *Campus Ibirubá*, começa no 1º ano, e, no *Campus Veranópolis*, o componente curricular está previsto no 2º ano.

O Caderno de Autoavaliação do EMI foi avaliado por meio do Instrumento de Avaliação do PE, no formato on-line (formulário do *Google Forms*) e no formato editável (Apêndice D) para que os participantes pudessem utilizar o formato mais acessível a eles. Essa avaliação foi bastante positiva, sendo encontradas respostas de concordo parcialmente ou concordo totalmente para cada item dessa avaliação. Faço algumas considerações:

- Na questão *O conteúdo do Caderno é facilmente compreendido e acessível por diferentes públicos*, três participantes responderam com concordo parcialmente. Dois deles indicam que os estudantes podem desconhecer alguns termos.
- O Caderno foi considerado adequado para os seus objetivos, linguagem e conteúdo.
- O Instrumento de Autoavaliação foi aprovado pelos participantes, recebendo sugestões de melhorias que sistematizei no Quadro 3 (Apêndice A) que foram contempladas de acordo com a pertinência com o tema, visto que algumas sugestões não são relacionadas ao Instrumento proposto e, sim, à autoavaliação do IFRS.

Ainda, foi criado um questionário para avaliar o Instrumento de Autoavaliação do EMI (segmento discente) (Apêndice F), composto por seis questões objetivas e duas descritivas.

¹⁰ Cada estudante foi identificado como DIS1, DIS2 e DIS3.

Em relação à avaliação do Instrumento de Autoavaliação pelos estudantes, observo que eles trouxeram uma contribuição importante que retrata a percepção não só do PE, mas também da própria vivência no EMI. Destaco uma fala presente na autoavaliação:

Agradeço imensamente a oportunidade, espero ter auxiliado na elucidação das dúvidas em relação a como o estudante vivencia e enxerga esse processo. Tenham certeza: vivenciamos e enxergamos o ensino médio integrado da melhor maneira possível, um verdadeiro agente transformador do sistema educacional, e conseqüentemente, da sociedade como um todo. (DIS1).

Por fim, é preciso ressaltar que a contribuição dos estudantes, juntamente com os docentes e técnicos, possibilitou a qualificação dos dois produtos educacionais fruto desta dissertação.

5 PERSPECTIVAS DA PESQUISA

Pensando o Ensino Médio Integrado, a investigação partiu do problema de pesquisa para encontrar os indicadores necessários ao desenvolvimento de um Instrumento de Autoavaliação para esses cursos no IFRS. Observados os documentos institucionais, como PAIFRS e PICEMI-IFRS, constatei a ausência de instrumentos específicos para avaliar essa modalidade de oferta frente as suas especificidades.

Trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio pedagógico, avaliação como prática integradora, interdisciplinaridade, construção coletiva por meio da participação, democracia, formação continuada de docentes e TAEs, infraestrutura e permanência e êxito, além do EMI que engloba vários outros referidos, foram os referentes que advieram num primeiro momento da pesquisa.

As entrevistas com servidores docentes e TAEs, bem como membros da CPA, traçaram o caminho (indicadores) para a definição dos critérios que balizaram as questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado.

O Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado surge, então, como material que contextualiza o EMI e a AI, além de apoiar a aplicação do Instrumento. Ainda, sugere ações para refletir crítica e coletivamente sobre os resultados emanados da autoavaliação.

Acreditava que o Instrumento de Autoavaliação pudesse contribuir com avaliação dos cursos de EMI. A avaliação dos PE por docentes, TAEs e estudantes corroborou essa reflexão, acrescentando novas possibilidades de análise e trabalho. Os resultados da pesquisa colocam à disposição da comunidade acadêmica da EPT uma nova possibilidade de avaliar o EMI para, coletiva e participativamente, fortalecê-lo em um momento histórico de desmonte da educação pública e do ensino médio, em particular.

Como perspectivas de pesquisa, preciso compartilhar o Instrumento com a CPA, encaminhar sugestões da avaliação para o DAI (Departamento de Avaliação Institucional) e CPA, sugerir o trabalho com o Caderno para que docentes, TAEs e discentes possam conhecer a autoavaliação e, também, possam criar novas reflexões.

Espero que o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado possa contribuir, efetivamente, com a consolidação dos cursos de EMI no IFRS e na Rede Federal, além de fortalecer novas ofertas a partir de uma reflexão sobre a necessidade

e relevância do EMI para os estudantes e de todas as possibilidades de transformação que a educação humana integral pode trazer para as suas vidas, levando-se em consideração os pressupostos teóricos que os sustentam.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil: [s. n.], 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htmmimpressa.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasil: [s. n.], 2004 c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Diário Oficial da União, n. 72, de 15 de abril de 2004, Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 12 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 10 maio. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 maio. 2019.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. Dados de 2020, Ano Base de 2019. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica: 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 maio. 2019.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS,

Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONIF. **Diretrizes Indutoras para a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: [s. n.], 2018. Disponível em: http://portal.conif.org.br/images/Diretrizes_EMI_-_Reditec2018.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior: Regulação e Emancipação. *In*: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (org.). **Avaliação e Compromisso Público: A Educação Superior em Debate**. Florianópolis: Insular, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, pertinência, relevância, responsabilidade social, bem público (Editorial). *In*: **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 01, p. 1-7, mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v24n1/1982-5765-aval-24-01-1.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

ESCOTT, Clarice Monteiro. Avaliação Institucional: Perspectivas da Avaliação de Currículo na Educação Superior. *In*: FELIX, Glades; LEITE, Denise. (Org.). **Avaliação institucional e ação política**. Múltiplas realidades da educação superior. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2013.

ESCOTT, Clarice Monteiro; VIEGAS, Luciane Torezan; PIZATTO, Michelle Câmara. Avaliação do Ensino e Aprendizagem no Ensino Médio Integrado. *In*: SOBRINHO, Sidinei Cruz; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Educação profissional integrada ao ensino médio**. João Pessoa: IFPB, 2020.

FIGARI, Gérard. **Avaliar: que referencial?** Porto, Portugal: Porto Editora, 1996.

FISCHER, Nilton Bueno. Tempos de formação permeados pelas relações entre tecnologia e educação! *In*: MOLL, Jaqueline. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023**. Bento Gonçalves: [s. n.], 2018a. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-FINAL-2018_Arial.pdf. Acesso em: 26 jul. 19.

IFRS. **Resolução Nº 055, de 25 de junho de 2019.** Aprovar a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, conforme documento anexo. Bento Gonçalves: [s. n.], 2019. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Resolucao_055_19_Aprova_Politica_Ensino_Medio_Integrado_Completa.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019. Texto não paginado.

IFRS. **Resolução nº 064 de 23 de outubro de 2018.** Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves: 2018b. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Resolucao_064_18_Aprovar_Plano_Estrategico_Completo.pdf. Acesso em: 20 ago. 20.

IFRS; CPA-IFRS. **Programa de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - PAIFRS.** Bento Gonçalves: IFRS, 2012. Disponível em: <https://www.poa.ifrs.edu.br/images/Documentos/spa-paiifrs.pdf>. Acesso em: 26 jul. 19.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias:** avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LEITE, Denise; TUTIKIAN, Jane; HOLZ, Norberto. **Avaliação & Compromisso:** Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MACHADO, Lucília. Ensino Médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. *In:* MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MANFREDI, Sílvia. Eixo Temático IV: Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. 2. Proposta Pedagógica. *In:* **Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional Tecnológica, 2007.

MARIN, Ângela; NICHELE, Aline Grunewald. A capacitação de servidores do IFRS sob a perspectiva da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP. **ScientiaTec**, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p. 57-81, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4129>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In:* MOLL, Jaqueline. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em:

15 nov. 2018.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. *In*: NETO, Vicente Molina; TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (orgs.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. Prefácio. *In*: VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara (org.). **Organização e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica: constatações e proposições**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. p. 15-18.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Monica Ribeiro; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. Autoavaliação Institucional: um olhar a partir do programa de autoavaliação do IFRS. *In*: Simpósio Avaliação da Educação Superior (Avalies 2019), 4, 2019, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA/CPA, 2019. Disponível em: http://www.avalies2019inscricao.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=118461.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. Ensino Médio Integrado: uma proposta de autoavaliação. *In*: **ScientiaTec**, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p: 122-146, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4134>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; FAGUNDES, Fabiana Centeno; ESCOTT, Clarice Monteiro. Avaliação Institucional nos Institutos Federais: avanços e desafios de uma nova institucionalidade. *In*: VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara (org.). **Organização e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica: Constatações e Proposições**. Curitiba: CRV, 2020. p. 143-157.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Neste espaço, apresento os Produtos Educacionais (PE), do tipo material textual, Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, oriundo da pesquisa “Avaliação Institucional dos Cursos de Ensino Médio Integrado: um olhar a partir do instrumento de autoavaliação”.

Desenvolvi a pesquisa a partir da minha realidade profissional na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), no Departamento de Avaliação Institucional (DAI), no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), realizado no *Campus* Porto Alegre do IFRS, na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”, Macroprojeto 5 – Organização do currículo integrado na EPT.

O Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado tem por objetivo contribuir com as reflexões sobre a autoavaliação do EMI, tratando, brevemente, da Educação Profissional e Tecnológica, dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, do Ensino Médio Integrado, da Avaliação Institucional, da Comissão Própria de Avaliação e dos Atores Institucionais do processo de autoavaliação do EMI.

O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado é a proposta para a autoavaliação dos cursos de EMI, a partir dos referentes advindos da pesquisa. O Instrumento foi organizado em questões para avaliar os cursos, tendo como foco o olhar dos atores institucionais envolvidos com os mesmos, de forma a contribuir para a consolidação das ofertas de EMI no IFRS e nas demais instituições da Rede Federal.

A forma de avaliação proposta nos PE é a avaliação participativa, objetivando a construção de um currículo efetivamente integrado, com a perspectiva da formação integral dos estudantes, em que trabalho como princípio educativo; pesquisa como princípio pedagógico; construção coletiva por meio da participação/democracia; interdisciplinaridade; formação continuada de professores e TAEs; permanência e êxito; avaliação; infraestrutura física recebam centralidade.

A relevância do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado está na ausência, até o momento, de uma avaliação que privilegie o olhar dos atores institucionais para as especificidades do EMI, elencando as dificuldades e melhorais de cada curso, em cada *campus*, sempre na perspectiva de um currículo efetivamente integrado para os cursos.

Sustentado teoricamente por autores como Dias Sobrinho (2002; 2003; 2019) e Leite (2000; 2005), na avaliação institucional, os quais consideram a avaliação institucional um processo democrático, participativo e coletivo de reflexão, produção de conhecimentos sobre a instituição, cujo processo encaminha para compreensão de conjunto e definição de ações de melhoria, os PE trazem uma proposta de autoavaliação para os três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, TAEs e discentes.

Em relação ao EMI, a pesquisa considerou autores como Ramos (2005), Frigotto (2005; 2015), Ciavatta (2005) e Moura (2007; 2010; 2015), os quais sustentam a compreensão da educação integral, do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio pedagógico, articulando os conhecimentos técnicos e os propedêuticos para a integração do currículo dos cursos de EMI.

A pesquisa foi realizada no IFRS, nos *campi* Ibirubá e Veranópolis, com o objetivo de investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de um Instrumento de Autoavaliação para esses cursos no IFRS.

Para tanto, elaborei o quadro de análise com os referentes, elementos exteriores ao currículo do EMI necessários para a análise dos referidos. Os referidos surgiram da análise da PICEMI-IFRS, do PAIIFRS e de pressupostos teóricos do EMI.

Em seguida, as entrevistas analisadas propiciaram os indicadores necessários para auxiliar a justificar e confirmar os referentes e referidos. Assim, os critérios para a definição das questões do Instrumento de Autoavaliação emanaram da análise dos indicadores, referidos e referentes.

Para a compreensão do processo, segue o quadro de análise:

Quadro 2: Quadro de análise

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
Ensino Médio Integrado	Concepção de formação humana integral (omnilateralidade)	“[...] Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. [...] Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna”	<p>Formação para a vida; mundo (3) Política; princípio; legislação; lei (2) Formação para todos os aspectos; dimensões (2) Formação ser humano; sujeito; cidadão; integral (6) Formação ampla e geral (2) Formação para protagonismo e tomada de decisões (3)</p> <p>SD1: formação pessoal dele da formação técnica dele, pra formação para o mundo do trabalho SD1: Não só na formação técnica, mas na formação cidadã, na formação para o mundo do trabalho. SD9: não só formação ampla e geral com viés técnico profissionalizante também SD4: sai com outra visão de mundo SD4: ele sai mais preparado SD8: alienação SD9: ampliar formação cultura SD10: A educação não se dá só nos espaços formais escolares. A educação se dá na vida. Então a gente precisa promover de alguma maneira essa autonomia pra que esses outros espaços da vida também sejam espaços de formação a partir das referências que eles vão ter aqui. SD10: formação de cidadão e formação profissional</p>	<p>Cultura Tecnologia Técnica Profissional Ciência Trabalho Integração Interdisciplinaridade Omnilateralidade</p>

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
		(SAVIANI, 2003, p. 140). “[...] a politecnia e a escola unitária, em seus sentidos plenos e para todos, ocorre numa perspectiva de futuro. Nesse caso, o ensino médio integrado pode ser a gênese dessa formação.” (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1066).		
	Conhecimento historicamente construído	“[...] No ensino, é preciso que os conteúdos sejam apreendidos como um sistema de relações que expressam a totalidade social. Para isso, eles devem ser aprendidos no seu campo científico de origem (disciplinaridade) e em relação a outros campos distintos (interdisciplinaridade).” (RAMOS, 2017, p. 35)	SD3: A gente tradicionalmente trabalha cada um na sua caixinha, na sua disciplina. SD3: contexto histórico SD3: um depende do outro SD3: conceito para ali na frente aplicar ele ou para que juntem vários conceitos pra criar um novo conceito ST2: uma área, um saber que ele se apropriou SD9: não pode ser enciclopedista SD9: Cada disciplina tem as suas peculiaridades e tem uma ordem específica. Muitas vezes uma ordem específica de trabalhar os conteúdos. SD9: [cada disciplina] tem as suas especificidades SD9: a gente divide em caixinhas para tentar facilitar o estudo SD9: elencou conteúdos mais importantes [para chegar ao perfil do egresso] SD10: lógica da construção dos componentes curriculares	Componentes curriculares

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
Superação da dualidade estrutural		“Neste horizonte, a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média) unitária, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como <i>direito de todos</i> e condição da cidadania e da democracia efetivas”. (FRIGOTTO, 2005, p.74)	Teoria e prática (8) Educação pública (2) SD8: cidadão mais consciente -> sociedade mais humana, mais justa SD7: porque nós queremos mostrar para a sociedade trabalho que se faz enquanto Instituto Federal ST3: aplicado à realidade	Integração Relação teoria e prática Educação pública
Educação básica integrada à educação profissional		Clavatta (2005, p. 94): “A formação integrada entre ensino geral e a educação profissional ou técnica (educação politécnica ou, talvez, tecnológica) exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias da educação propedêutica que treinam para o vestibular. Ambas são práticas operacionais e mecanicistas, e não formação humana no seu sentido pleno”.	Diferencial; princípio; objetivo do IF (6) Integrar; articular disciplinas; áreas; conhecimentos; dimensões (9) Disposição para integrar; troca; descoberta; fazer pedagógico (12) Conhecimento para vida; formação ampla e geral; formação profissional; aplicação (6) SD1: Nós estamos realmente integrando? O que que é integrar? SD3: eu vejo um potencial muito maior no ensino médio técnico integrado SD9: utopia SD10: desconstrução do ponto de vista da reflexão e do amadurecimento das questões intelectualmente falando, mas na prática, às vezes no automatismo é difícil fazer SD10: é difícil encontrar temas	Formação integrada Formação humana integrada

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
			transversais que toquem todo mundo ST3: unidade do ensino médio integrado ST3: Eu acho que ele agrega conhecimento. Ele desafia, ele motiva. Ele não é a profissão em si. Ele desenvolve outras habilidades.	
	Experiência prática Interface com a realidade	Manfredi (2007, p. 171) vai elencar para o EMI algumas dimensões importantes: “quando penso numa proposta voltada ao Ensino Médio e à educação profissional e tecnológica, no caso específico, tenho por certo que devemos contemplar várias dimensões que vão compor o chamado currículo integrado”: a dimensão social dos tipos de trabalho, a dimensão cultural e a <i>profissionalidade</i> devem estar presentes na construção de um currículo integrado.	SD2: antes de se formar eles fazem um estágio em uma empresa SD2: “Então é o inglês a serviço da técnica e ao mesmo tempo a técnica auxiliando a trabalhar textos mais reais em língua inglesa.” SD3: Porque eles conseguem observar a aplicação daquilo [conteúdos] em algo prático em algo real, algo que eles vão utilizar futuramente. SD3: Então eles também têm uma vivência importante no estágio. SD3: criar coisas que possam ser aplicadas efetivamente [no projeto integrador] ST2: natureza profissional daquele curso SD9: questão da prática profissional SD9: formação profissional SD9: Não é somente emprego aquele diploma que a gente vai ter lá no final dos três ou quatro anos. SD10: mundo do trabalho	Experiências laborais Estágios Formação profissional
Trabalho como princípio educativo	Trabalho como princípio educativo	Saviani (2003, p. 140): “[...] diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.	ST2: somos educação profissional SD9: é o princípio que norteia a estrutura dos cursos SD9: três eixos: trabalho, ciência e cultura SD9: Trabalho é a intervenção humana	Trabalho

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
		Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica [...].”	na natureza para garantir a sua vida, sua forma de subsistência. SD9: Trabalho é uma coisa que permeia tudo que a gente faz. SD9: trabalho no sentido de formação profissional SD9: formar para o trabalho não é propriamente formar para o emprego	
Pesquisa como princípio pedagógico	Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, por meio da curricularização da pesquisa e da extensão	As atividades de extensão devem estar articuladas com as ações de ensino e pesquisa – indissociabilidade, suprimindo as demandas da comunidade externa e interna, é uma forma de abrir as portas da instituição de ensino para a comunidade e trazê-la para fazer parte dos projetos que são realizados. (XAVIER <i>et al.</i> , 2013).	Tripé; eixo; indissociabilidade pesquisa, ensino, extensão (6) SD9: iniciação científica SD8: ofertas de oficinas, cursos de curta duração, eventos, como simpósios [...] visitas técnicas, projetos integradores ST3: a diversidade, a inclusão e a convivência ST3: viés mais humano, social [resultado do projeto]	Pesquisa Ensino Extensão Projetos integradores Indissociabilidade
Construção coletiva por meio da participação	Relações dialógicas e construção coletiva	Moura (2007, p. 165): “quanto às possibilidades de organização curricular que existem no Ensino Médio/Técnico Integrado, reconhecemos serem várias e isso vai depender efetivamente de cada coletivo , de cada escola, de cada sistema de ensino, de cada instituição, mediante sua realidade concreta, verificar qual é a	Participação de docentes e técnicos (2) Participação de docentes, técnicos e estudantes (2) Participação de todos; forma coletiva; equipe (11) Espaço para conversar; reuniões; planejamento (11) Docentes -> disposição (3) SD1: os pedagogos, o setor pedagógico SD1: é uma caminhada SD1: a gente tem que avançar [na proposta]	Reuniões Planejamento coletivo Diálogo Participação de todos os envolvidos

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
Democracia		possibilidade mais adequada”.	SD2: Quanto a integração entre os professores, planejamento coletivo, avaliação coletiva. SD3: a gente procurou ouvir os alunos SD5: esforço SD5: vínculo SD5: diversidade trouxe mais qualidade SD7: os alunos também foram ouvidos SD8: trabalhar esta proposta dentro do tempo escolar SD8: necessidade de criar uma estrutura para se isso seja possível SD8: possibilidade que o documento nos possibilita ST2: mediação de conflitos	
	Processo democrático	“[...] O interjogo democrático, transparente e aberto, como cultura institucional e como prática, tem de ser parte do cotidiano das relações que se dão nas [instituições]”. [...]. (LEITE, 2005, p. 71).	ST1: avaliação democrática ST1: a avaliação no IFRS é 100% democrática ST1: todo mundo responde ST1: Eles não são obrigados a responder. ST1: A gente procura manter essa autoavaliação o máximo de um nível de democracia que a gente consegue pra conseguir pegar os dados verdadeiros de quer e tem vontade auxiliar o instituto a crescer. ST1: a gente aplica os mesmos instrumentos para todo mundo SD11: realizada em conjunto SD11: todos os envolvidos. Então os docentes, os discentes e os técnicos-administrativos	Participação de todos os envolvidos Autoavaliação Processo democrático
Interdisciplinaridade	Interdisciplinaridade	Araujo e Frigotto (2015, p. 69), interdisciplinaridade	Interdisciplinaridade (3) Repensar ementas (2)	Interdisciplinaridade Projetos integradores

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
		<p>vista como “a máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas acima de tudo, como o princípio da diversidade e da criatividade”, deve fazer parte do currículo integrado.</p> <p>“[...] a fim de cumprir com o propósito de que os conteúdos sejam apreendidos como um sistema de relações, cabe identificar relações com conteúdos de campos distintos, na perspectiva da interdisciplinaridade”. (RAMOS, 2017, p. 37)</p>	<p>“Conversa”, integração entre disciplinas ou componentes curriculares (8) Projetos interdisciplinares; integradores (9)</p> <p>SD4: não são caixinhas separadas SD5: evitar a sobreposição de conteúdos SD5: não apenas uma formação que olha cada disciplina na sua caixinha SD6: a gente tem uma naturalidade em montar disciplina e seguindo naquela disciplina SD8: estrutura, espaço para integração [tempo institucional para planejamento coletivo] ST2: discussão por área de conhecimento SD9: questão das atividades complementares SD9: relacionar conhecimentos das várias disciplinas SD7: a ênfase não é a disciplinariedade</p>	<p>Projetos interdisciplinares Integração</p>
Formação continuada de professores e TAEs	Formação continuada de professores	<p>O documento [PDI] dita que o IFRS deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação possam qualificar-se através da participação em ações de formação continuada e, quando possível, deve arcar com as despesas decorrentes dessa formação, além de</p>	<p>Formações; reuniões, estudos (9)</p> <p>SD1: eles não tiveram essa formação [...] trabalharmos em nossas formações pedagógicas SD5: importantes para que nós entendêssemos qual a concepção de EMI</p>	<p>Reuniões Formações pedagógicas Semana acadêmica Formação continuada para docentes e técnicos-administrativos em educação</p>

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
		estabelecer uma série de metas para a capacitação tanto de docentes como de técnico-administrativos em educação (IFRS, 2018b). (MARIN; NICHELE, 2020, p. 59)		
Permanência e êxito	Permanência e êxito Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	O conceito de permanência e êxito, contrapondo-se à evasão e retenção, está ligado ao direito social à educação, conforme preconizado na Constituição Federal, necessitando de ações e metas institucionalizadas para conhecer a realidade dos estudantes e propiciar a possibilidade dos estudantes permanecerem na instituição e concluir seus cursos. (IFRS, 2018b). “[...] a qualidade da educação só pode ser completa se buscar a universalização e a permanência de estudantes, na medida de suas competências e possibilidades”. (DIAS SOBRINHO, 2019, p. 3)	SD3: Compravam a ideia de que era minha instituição. SD3: a transformação deles no ensino médio integrado é muito maior. SD3: Então é uma transformação social em toda família. SD3: pertencimento à instituição SD3: eles abraçavam. Essa era a escola deles SD5: os quatro anos poderiam de alguma forma reduzir o número de interessados ou até a permanência dos estudantes no curso SD9: particularidade da nossa cidade [...] da região SD9: aumentar a relação aluno-professor SD9: fazer também ser mais visível na cidade SD9: o médio esse ano, primeira turma, não teve evasão SD9: É o ensino médio que faz o instituto ser visível. Visível na comunidade. Porque ele não envolve só o aluno. Ele envolve a família do aluno. E não só os trinta aqui. No nosso caso são só trinta que entram. Mas agora esse ano são 104 fazendo. 104 mais as	Pertencimento à instituição

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
			<p>famílias.</p> <p>SD9: [CH elevada] estimulante a evasão</p> <p>SD10: fixação de matrículas; desistência ao longo dos anos [cursos subsequentes]</p> <p>SD10: [garantia da estrutura do <i>campus</i>, pois há muita evasão dos superiores e subsequentes]</p> <p>SD3: E aí pra todas as atividades, desde atividades técnicas, quanto atividades culturais, esportivas. Eles acolhiam a instituição muito mais.</p> <p>SD10: de alguma maneira, garantisse pela sua própria estrutura, a permanência dos estudantes. A permanência, no mínimo, dos estudantes.</p>	
Avaliação	Avaliação como prática integradora	Ramos (2017) ao incorporar conceitos da Pedagogia Histórico-crítica de Dermeval Saviani, designa “tempos curriculares” para especificar uma prática curricular integrada. Entre os elementos esquematizados (problematização, instrumentalização, experimentação, orientação e sistematização), destaco os “tempos de consolidação (avaliações com finalidades formativas)”.	<p>SD1: as avaliações eram muitas</p> <p>SD1: reduzir o número de avaliações</p> <p>SD1: Ele pode ser avaliado uma única vez. Ele não precisa fazer provas de todos os componentes curriculares.</p> <p>SD1: [projetos integradores] e esse estudante se envolve uma única vez e todos avaliam dentro das suas, dos seus componentes</p> <p>SD2: Até que ponto o professor conseguiria fazer uma avaliação integrada?</p> <p>SD8: Nós focamos num tema ou dois três temas diferentes e os alunos serem avaliados nos diferentes componentes curriculares nesse trabalho desenvolvido</p> <p>ST2: agora a gente tá fazendo nas</p>	<p>Avaliação como prática integradora</p> <p>Avaliação como da promoção da aprendizagem</p> <p>Avaliação participativa</p>

Referente	Referido		Indicador	Critério
	Política Institucional	Referencial Teórico	Entrevistas	Instrumento de avaliação
			<p>autoavaliações, como autocrítica, autoavaliação e estratégias</p> <p>SD10: avaliação integrada</p> <p>SD10: fazer uma atividade de avaliação integrada [entre disciplinas]</p> <p>SD8: avaliação [autoavaliação dos projetos] foi muito positiva [...] fazer isso de forma coletiva</p> <p>SD1: nossa avaliação ao longo do ano [dos projetos integradores]</p> <p>SD2: Quanto a integração entre os professores, planejamento coletivo, avaliação coletiva.</p>	
Infraestrutura	Condições estruturais	<p>O aspecto virtuoso, a que nos referimos, compreendia a oportunidade de o estudante ter a formação básica sobre a referência do trabalho. Este, porém, tendeu a se efetivar, especialmente, nas instituições da Rede Federal, onde havia condições materiais de infraestrutura administrativa e de didático-pedagógica, bem como de trabalho e de formação docentes compatíveis com uma educação pública, laica e de qualidade referenciada socialmente. (RAMOS, 2017, p. 34).</p>	<p>SD10: problema de infraestrutura física</p> <p>infraestrutura de pessoal</p> <p>SD10: resolver esse problema prático do almoço, da refeição</p> <p>SD9: escola estadual com infraestrutura precária</p> <p>SD10: a gente precisava ter de infraestrutura física e de pessoal</p> <p>SD10: A gente não tem infraestrutura pra trabalhar manhã e tarde</p>	Salas, laboratórios, refeitório etc.

Fonte: Elaborado pela autora.

Procedi a análise do quadro, identifiquei os critérios e, junto com os referentes, elaborei as questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, de forma a privilegiar os resultados encontrados na pesquisa.

De posse do Instrumento, elaborei o Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, objetivando apresentar elementos da autoavaliação e do EMI e o Instrumento de Autoavaliação, dividido pelos segmentos da comunidade acadêmica e com sugestão de como organizar os resultados advindos do processo de autoavaliação.

Posteriormente, os PE foram avaliados nos *campi* Ibirubá e Veranópolis, com docentes, TAEs e estudantes. Além disso, convidei dois membros da CPA atual para avaliar os PE. Por meio de um formulário no Google Forms (Apêndice D), os docentes e TAEs, membros da CPA e envolvidos com os cursos nos *campi* responderam a partir de suas percepções sobre os PE. Os estudantes avaliaram o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) também por meio de um formulário (Apêndice F).

Todas as respostas foram bastante positivas, demonstrando que a proposta alcançou seu objetivo. Mesmo assim, houve sugestões de melhoria, que muito qualificaram o processo e os produtos educacionais. Destaco as sugestões encaminhadas na avaliação:

Quadro 3: Sugestões para o PE

Sugestão	Questão ou aspecto	Status
<p>Para uma melhora do produto educacional - que já apresenta qualidade -, de sugiro definir teoricamente os termos:</p> <p>1. Sistema capitalista – visto no início do trabalho para contextualização e presente no corpo do texto em consonância o mundo do trabalho. Isto pode auxiliar pois a definição de EPT utiliza um bom levantamento histórico que remonta o período monárquico aos IFs, por este motivo a teoria e prática capitalista mudaram – industrial/financeiro e liberalismo/neoliberalismo – assim a contextualização pode incorrer em discrepância teórica e temporal.</p> <p>2. Ética – definição geral já que o debate teórico próprio. Uma opção da autora pode auxiliar na compreensão da proposta nos instrumentos.</p> <p>As sugestões levam em consideração, também, o controle do tempo de resposta. O número de questões não é o único fator para a demora ou não ao responder, mas também a clareza dos termos - por isto definir alguns termos podem auxiliar a quem aplica e a quem responde.</p>	Glossário ou apresentação	Parcialmente acatado. Acrescentado o termo capitalismo no capítulo sobre EPT.
- na primeira pergunta, para mim não ficou claro o que tu quisestes dizer com diferentes públicos. Coloquei 4 pensando em leitura pelos discentes também, pois há várias citações que são de difícil compreensão por esse público. Se o público for discentes e técnicos (além de gestores) dos outros IFs, a avaliação seria 5.	Questão 1 do Instrumento de Avaliação do Produto Educacional	Avaliação do produto. Mencionado no artigo uma sugestão de trabalho com os estudantes.
- na terceira pergunta, sugiro revisar a quantidade de siglas utilizadas, buscando substituí-las por outros termos ou fazer uma redação que as reduza. Ex: na página 20, aparece 7 vezes a sigla EMI, esse número poderia ser reduzido.	Questão 3 do Instrumento de Avaliação do Produto Educacional: A organização do conteúdo favorece a leitura de forma dinâmica, sendo clara e de fácil entendimento.	Acatado.
- na questão 15 do instrumento, prever um espaço para não se aplica. Poderia ser junto ao indiferente, embora isso não se coadune com a escala do PAIFRS. Penso nisso pois há cursos de três anos em que as aulas são manhã e tarde, e o aluno não tem tempo de fazer os estágios.	Questão 15 (discentes): Se já participei de estágios ou exerço atividade profissional, os conhecimentos adquiridos no curso contribuíram para o desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para meu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.	Não acatado, visto alinhamento com o PAIFRS. No entanto, será encaminhado para discussão no DAI e na CPA.
- a questão 18 do instrumento para os discentes poderia ser reformulada, pois em geral	Questão 18 (discentes):	Acatado.

Sugestão	Questão ou aspecto	Status
<p>as discussões ocorrem por meio dos colegiados, onde há a participação de representantes das turmas. Mesmo que seja levada à turma pelos representantes e pelas coordenações, nem sempre os estudantes desejam participar. Poderia ser da seguinte forma:</p> <p>“Ao longo do tempo em que estou no curso foram disponibilizados espaços para discussões sobre o meu curso, em conjunto com professores(as) e técnico-administrativos(as) em educação?” ou “São disponibilizados espaços para discussões sobre o meu curso, em conjunto com professores(as) e técnico-administrativos(as) em educação?”</p>	Participo das discussões sobre o meu curso, com professores(as) e técnicos(as)-administrativos(as) em educação.	Sugestão utilizada: São disponibilizados espaços para discussões sobre o meu curso, em conjunto com professores(as) e técnico-administrativos(as) em educação.
1) A questão 15 precisa ter uma opção "Não se aplica" para os estudantes que não fizeram estágio;	Questão 15 (discentes): Se já participei de estágios ou exerço atividade profissional, os conhecimentos adquiridos no curso contribuíram para o desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para meu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.	Não acatado, visto alinhamento com o PAIFRS. No entanto, será encaminhado para discussão no DAI e na CPA.
2) Eu sugeriria uma opção "Não se aplica" ou "Não tenho informações para responder" em todas as questões porque percebo que na atual avaliação institucional os estudantes marcam "Indiferente" quando não sabem responder, mas acredito que "Indiferente" é diferente de "Não sei responder" uma vez que o "Indiferente" é que não acho nem que está bom, nem que está ruim, seria um regular, enquanto "Não sei responder" é mais um problema de comunicação institucional;	PAIFRS – CPA DAI	Não acatado, visto alinhamento com o PAIFRS. No entanto, será encaminhado para discussão no DAI e na CPA.
3) Deixar a questão 16 um pouco mais clara. Seria uma reflexão pessoal ou uma avaliação institucional. Está perguntando se eu reflito sobre essa questão ou se a instituição possibilita instrumentos de avaliação?;	Questão 16: DIS: Avalio minha participação em aulas, projetos e outras atividades. DOC: Avalio minhas aulas, participação em projetos e outras atividades. TAE: Avalio minha participação em projetos e outras atividades.	Acatado. Incluído “do curso, em diferentes momentos.”
4) Durante os encontros virtuais de elaboração do Plano de ação 2021, foi sugerida a inclusão da avaliação dos técnicos-administrativos/setores do Campus;	PAIFRS – CPA DAI	Não acatado, visto alinhamento com o PAIFRS. No entanto, será

Sugestão	Questão ou aspecto	Status
		encaminhado para discussão no DAI e na CPA.
5) Faltou a avaliação dos coordenadores de curso;	Instrumento.	Não acatado, porém considerado relevante. Será encaminhado para discussão no DAI.
6) Faltou uma avaliação sobre o apoio psicológico fornecido pelo Campus. Este é um ponto muito importante, que influencia no aprendizado. Eu sugeriria algumas perguntas como: O Campus oferta ações sobre o tema Ansiedade de forma satisfatória? O Campus oferta ações de orientação vocacional de forma satisfatória?	Instrumento	Não acatado, visto serem temas mais específicos e sobre um setor específico do <i>campus</i> .
7) Faltou questões relacionadas aos Núcleos de Ações Afirmativas e Acessibilidade.	Instrumento	Acatado. Os projetos integradores ou outros componentes curriculares possuem interação com as ações desenvolvidas pelos núcleos (Neabi, Nead, Naaf, etc.).
Sobre a questão inicial "O conteúdo do Caderno é facilmente compreendido e acessível por diferentes públicos", certamente existem estudantes que terão dificuldade de compreender. Claro que o nosso papel é ajudá-los nesse processo. Mas tanto o caderno quanto o instrumento de avaliação precisariam ser trabalhados com os estudantes. Nessa perspectiva ele é uma ótima proposta.	Questão 1 do Instrumento de Avaliação do Produto Educacional	Avaliação do produto.
Questão 16 do instrumento está estranha, as alternativas de resposta não estão adequadas à pergunta.	Questão 16: DIS: Avalio minha participação em aulas, projetos e outras atividades. DOC: Avalio minhas aulas, participação em projetos e outras atividades. TAE: Avalio minha participação em projetos e outras atividades.	Acatado. Incluído "do curso, em diferentes momentos."
Estudantes		
Acredito ser interessante abordar mais questões sobre os projetos integradores.	Instrumento	Já previsto nas questões 2, 3, 5, 13 e 21.
Acredito que seria interessante fazer pesquisas constantes com os alunos e profissionais para aprimorar o instrumento de avaliação, e sempre manter os mesmos	PAIFRS – CPA DAI	Não acatado, porém considerado relevante. Será

Sugestão	Questão ou aspecto	Status
informados sobre o que consta no documento, muitos alunos quase não conhecem, ou sabem muito pouco sobre, o que prejudica na hora das autoavaliações.		encaminhado para discussão no DAI.
Poderia, no entanto, apresentar mais questões que provocassem reflexão sobre projetos integradores e ações de ensino, pesquisa e extensão (previstas em PPC ou de projetos fomentados).	Instrumento	Sobre projetos: questões 2, 3, 5, 13 e 21. Sobre indissociabilidade: questões 8 e 14 (dimensão didático-pedagógica) e questão 8 (dimensão infraestrutura).

Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, oito comentários sobre os PE foram no intuito de parabenizar a iniciativa de um Instrumento de Autoavaliação para o EMI. Trago, a título ilustrativo, uma das contribuições:

Gostaria de dizer que a tua iniciativa é muito necessária para pensarmos o ensino médio integrado e tu estás de parabéns. Coloco-me à disposição para uma aplicação experimental junto ao curso no qual sou coordenador no momento, caso o projeto seja levado para além da proposta do instrumento. O glossário está excelente e nos ajuda a lembrar por que estamos na instituição. (SD9).

Um dos estudantes respondeu “indiferente” quanto à linguagem acessível e à visão integrada do curso, apontando:

[...] interessante fazer pesquisas constantes com os alunos e profissionais para aprimorar o instrumento de avaliação, e sempre manter os mesmos informados sobre o que consta no documento, muitos alunos quase não conhecem, ou sabem muito pouco sobre, o que prejudica na hora das autoavaliações. (DS3).

Tendo sido encontrado nas respostas de docentes e discentes, importante observar que o Caderno de Autoavaliação do EMI deve ser trabalhado com os estudantes para dirimir dúvidas quanto aos termos e questões mais afetas aos servidores.

Nas demais questões, os estudantes avaliaram positivamente com “concordo parcial ou totalmente”. DIS1 e DIS2 sugeriram mais questões relacionadas aos projetos integradores no Instrumento de Autoavaliação. Ambos também “aprovaram” o Instrumento na perspectiva de estudantes.

Apresento, agora, o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado e alguns excertos do Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado. Os Produtos Educacionais, na íntegra, estarão no Apêndice B.

Quadro 4: Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
Organização didático-pedagógica	1	A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação para o ser humano ético, profissional, técnico, cidadão, democrático. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação é voltada para as dimensões técnica e cidadã do estudante. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação é voltada para as dimensões técnica e cidadã do estudante. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente
	2	A organização dos componentes curriculares prevê o diálogo entres eles, de forma a ampliar minha preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	A organização dos componentes curriculares prevê a interdisciplinaridade, de forma a ampliar a preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	A organização dos componentes curriculares prevê a interdisciplinaridade, de forma a ampliar a preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente
	3	As atividades e projetos ofertados no meu curso contribuem para que eu aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	As atividades e projetos ofertados no curso contribuem para que o estudante aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	As atividades e projetos ofertados no curso contribuem para que o estudante aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente
	4	A formação técnica dialoga com a realidade profissional da minha área, apoiada e articulada com conhecimentos culturais, tecnológicos,	O currículo do curso propicia o diálogo entre a formação técnica e a realidade profissional da área do curso, apoiada e articulada com conhecimentos culturais,	O currículo do curso propicia o diálogo entre a formação técnica e a realidade profissional da área do curso, apoiada e articulada com conhecimentos culturais,

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
		científicos, éticos e cidadãos. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	tecnológicos, científicos, éticos e cidadãos. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	tecnológicos, científicos, éticos e cidadãos. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	5	A participação em projetos no IF me propicia maior interação e atuação na instituição e em outros espaços sociais. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	Minha experiência docente aplicada nos projetos contribui para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos estudantes na instituição e em outros espaços sociais. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	Minha experiência aplicada nos projetos contribui para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos estudantes na instituição e em outros espaços sociais. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	6	Percebo a aprendizagem da teoria e da prática no meu curso de forma integrada e aplicada, tal qual acontece no mundo do trabalho. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	Procuro trabalhar a teoria e a prática aplicadas nos conceitos e aprendizagens do curso de forma integrada, tal qual acontece no mundo do trabalho. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	Contribuo com a aplicação da teoria e da prática nos conceitos e aprendizagens do curso de forma integrada, tal qual acontece no mundo do trabalho. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	7	O curso propicia a compreensão do trabalho como transformador da nossa realidade e da sociedade pela ação humana sistematizada e consciente. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente	O trabalho como princípio educativo está presente nos componentes curriculares do curso. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente	O trabalho como princípio educativo está presente nos componentes curriculares do curso. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
		<input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	8	<p>A pesquisa está presente no currículo do meu curso, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>A pesquisa como princípio pedagógico está presente no currículo do curso e na minha prática docente, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>A pesquisa como princípio pedagógico está presente no currículo do curso e nas atividades das quais participo, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	9	<p>Percebo uma unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Há unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações desenvolvidas pelos (as) docentes.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Há unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações das quais estou envolvido.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	10	<p>Entendo o contexto histórico do conhecimento científico estudado e como ele se relaciona com os componentes curriculares abordados no curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>O currículo está organizado de forma a propiciar a compreensão do contexto histórico do conhecimento científico e sua relação com os componentes curriculares do curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>O currículo está organizado de forma a propiciar a compreensão do contexto histórico do conhecimento científico e sua relação com os componentes curriculares do curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	11	Entendo a natureza profissional do meu	Minha prática docente contribui para a	Minha prática como técnico(a)

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
		<p>curso e consigo articular com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>compreensão dos estudantes acerca da natureza profissional do curso e a articulação com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>administrativo(a) em educação contribui para a compreensão dos estudantes acerca da natureza profissional do curso e a articulação com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
	12	<p>O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social, relacionados ao curso.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
	13	<p>Percebo a integração entre os conhecimentos da área técnica com os conteúdos da área de conhecimentos gerais, propiciando a sua aplicação em situações reais.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>O currículo do curso prevê a integração entre os conhecimentos da área técnica e os conteúdos da área propedêutica, propiciando a sua aplicação em situações reais.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>O currículo do curso prevê a integração entre os conhecimentos da área técnica e os conteúdos da área propedêutica, propiciando a sua aplicação em situações reais.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
	14	<p>A pesquisa, o ensino e a extensão estão presentes de forma articulada nos</p>	<p>Proponho projetos integradores e demais atividades do curso que</p>	<p>Participo de projetos integradores e outras atividades do curso que</p>

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
		<p>projetos integradores e demais atividades do curso.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>envolvam a pesquisa, o ensino e a extensão de forma articulada e indissociável.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>envolvam a pesquisa, o ensino e a extensão de forma articulada e indissociável.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
	15	<p>Se já participei de estágios ou exerço atividade profissional, os conhecimentos adquiridos no curso contribuíram para o desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para meu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Os estudantes que participam de estágios ou exercem atividade profissional, utilizam os conhecimentos adquiridos no curso para o desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para seu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Os estudantes que participam de estágios ou exercem atividade profissional, utilizam os conhecimentos adquiridos no curso para o desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para seu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
	16	<p>Avalio minha participação em aulas, projetos e outras atividades do curso, em diferentes momentos.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Avalio minhas aulas, participação em projetos e outras atividades do curso, em diferentes momentos.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Avalio minha participação em projetos e outras atividades do curso, em diferentes momentos.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
	17	<p>Sou avaliado de forma integrada por professores(as) em componentes curriculares, projetos e outras atividades.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente</p>	<p>Avalio os estudantes junto a outros(as) professores(as) de forma integrada, em componentes curriculares, projetos e outras atividades.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente</p>	<p>Não se aplica.</p>

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
		<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	
	18	<p>São disponibilizados espaços para discussões sobre o meu curso, em conjunto com professores(as) e técnico-administrativos(as) em educação.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Participo das discussões sobre o curso, com outros(as) professores(as), estudantes e técnicos(as) administrativos(as) em educação.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Participo das discussões sobre o(s) curso, com outros(as) técnicos(as) administrativos(as) em educação, professores(as) e estudantes.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	19	<p>Participo e contribuo com o planejamento dos projetos integradores e outras atividades do meu curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Participo e contribuo com o planejamento e execução dos projetos integradores e outras atividades do curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Participo e contribuo com o planejamento e execução dos projetos integradores e outras atividades do curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	20	Não se aplica.	<p>A instituição propicia cursos, eventos e discussões sobre o Ensino Médio Integrado (Política dos Cursos de EMI do IFRS; legislação; avaliação integradora; indissociabilidade etc.).</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>A instituição propicia cursos, eventos e discussões sobre o Ensino Médio Integrado (Política dos Cursos de EMI do IFRS; legislação; avaliação integradora; indissociabilidade etc.).</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	21	Os projetos integradores ou outros componentes curriculares possuem	Os projetos integradores ou outros componentes curriculares possuem	Os projetos integradores ou outros componentes curriculares possuem

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
		interação com as ações desenvolvidas pelos núcleos (Neabi, Nead, Naaf, etc.). <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	interação com as ações desenvolvidas pelos núcleos (Neabi, Nead, Naaf, etc.). <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	interação com as ações desenvolvidas pelos núcleos (Neabi, Nead, Naaf, etc.). <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	Descritiva	Registre sua opinião sobre o curso.	Registre sua opinião sobre o curso.	Registre sua opinião sobre o curso.
Infraestrutura	1	A infraestrutura para o meu curso, de forma geral, é adequada. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	A infraestrutura do curso, de forma geral, é adequada. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	A infraestrutura do curso, de forma geral, é adequada. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	2	Os equipamentos específicos para formação na área do meu curso estão atualizados e auxiliam na aprendizagem. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	Os equipamentos específicos para formação na área do curso estão atualizados e auxiliam na aprendizagem. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	Os equipamentos específicos para formação na área do curso estão atualizados e auxiliam na aprendizagem. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	3	Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes. <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
	4	O acervo bibliográfico – livros e	O acervo bibliográfico – livros e	O acervo bibliográfico – livros e

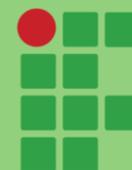
Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
		periódicos, tanto físicos quanto virtuais – é adequado às necessidades do meu curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	periódicos, tanto físicos quanto virtuais – é adequado às necessidades do curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	periódicos, tanto físicos quanto virtuais – é adequado às necessidades do curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente
	5	Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i> . () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i> . () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i> . () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente
	6	Utilizo a quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	Há a utilização da quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	Há a utilização da quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente
	7	Tenho aulas em laboratórios específicos ou de informática. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente	Utilizo laboratórios específicos ou de informática para ministrar aulas aos estudantes. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente	Estudantes e docentes utilizam laboratórios específicos ou de informática para aulas. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
		() Concordo totalmente	() Concordo totalmente	() Concordo totalmente
	8	Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente
	9	Não se aplica.	Os laboratórios específicos para o curso estão em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente	Os laboratórios específicos para o curso estão em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. () Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente
	Descritiva	Registre sua opinião sobre a infraestrutura do <i>campus</i> e do curso.	Registre sua opinião sobre a infraestrutura do <i>campus</i> e do curso.	Registre sua opinião sobre a infraestrutura do <i>campus</i> e do curso.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na próxima página, excertos do Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado.

Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande
do Sul



Lisiane Bender da Silveira
Clarice Monteiro Escott



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado

APRESENTAÇÃO

O presente Produto Educacional, fruto da pesquisa no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica, pretende contribuir com a Avaliação Institucional (AI) e as reflexões daí advindas sobre Ensino Médio Integrado (EMI), por meio de uma proposta de autoavaliação de cursos de EMI ofertados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).



A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), nos *campi* Ibirubá e Veranópolis, com o objetivo de investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de EMI com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS.

Embora o instrumento tenha sido construído a partir da realidade do IFRS, ele poderá ser apropriado por outras instituições da RFEPCT que ofertam EMI.

O Caderno de Autoavaliação do EMI foi estruturado com base nos elementos necessários para a compreensão da AI no EMI, podendo ser representado da seguinte maneira:

Figura 1: Elementos do Caderno.



Fonte: Elaborado pela autora.

No capítulo “Educação Profissional e Tecnológica”, faremos uma breve retomada da história da constituição e organização da EPT no país, seguido pelos “Institutos Federais”, sua institucionalidade e a apresentação do IFRS.

Em seguida, apresentamos o “Ensino Médio Integrado”, com questões importantes para compreensão dos pressupostos que sustentam o EMI, trazendo, ainda, a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS e a Formação Omnilateral ou Integral, visando complementar o tema.

A “Avaliação Institucional” é o capítulo posterior, trazendo reflexões sobre a importância da AI, os atores institucionais que a realizam e o Programa de Autoavaliação do IFRS (PAIIFRS).

Por fim, apresentamos a proposta do “Instrumento de Autoavaliação do EMI”, contextualizando-a com a pesquisa realizada, a sugestão de trabalho com os resultados e a forma como o Instrumento foi estruturado.



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, ao longo da sua história, foi orientada, preponderantemente, pela concepção de educação conforme os interesses da classe dominante e do governo de cada período histórico, sempre evidenciando a lógica assistencialista e de qualificação mínima para o **mercado de trabalho**.

A lógica de formação de técnicos para o mercado de trabalho também carrega a dualidade estrutural de educação, diferenciando a educação intelectual e manual, sendo a primeira reservada às elites e a segunda voltada aos jovens da classe trabalhadora.

A concepção de *mercado de trabalho* atende à lógica do sistema capitalista, enquanto que o conceito de *mundo do trabalho* revela a concepção de trabalho como princípio educativo e educação integral. Nesse caso, mercado de trabalho é a perspectiva presente na EPT historicamente presente no país (MOURA, 2010; ANTUNES, 2009).

Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Conheça!
https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Resolucao_055_19_Aprova_Politica_Ensino_Medio_Integrado_Completa.pdf

No dia 25 de junho de 2019, por meio do Conselho Superior, o IFRS aprovou a Resolução nº 55/2019, Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) alinhada à legislação vigente quanto à Lei nº 11.892/2008, Resolução nº 6/2012 e Diretrizes Indutoras do CONIF (2018) e objetivos e orientações da Rede (RFEPCT), além dos pressupostos definidos e defendidos coletivamente pela sua comunidade acadêmica.

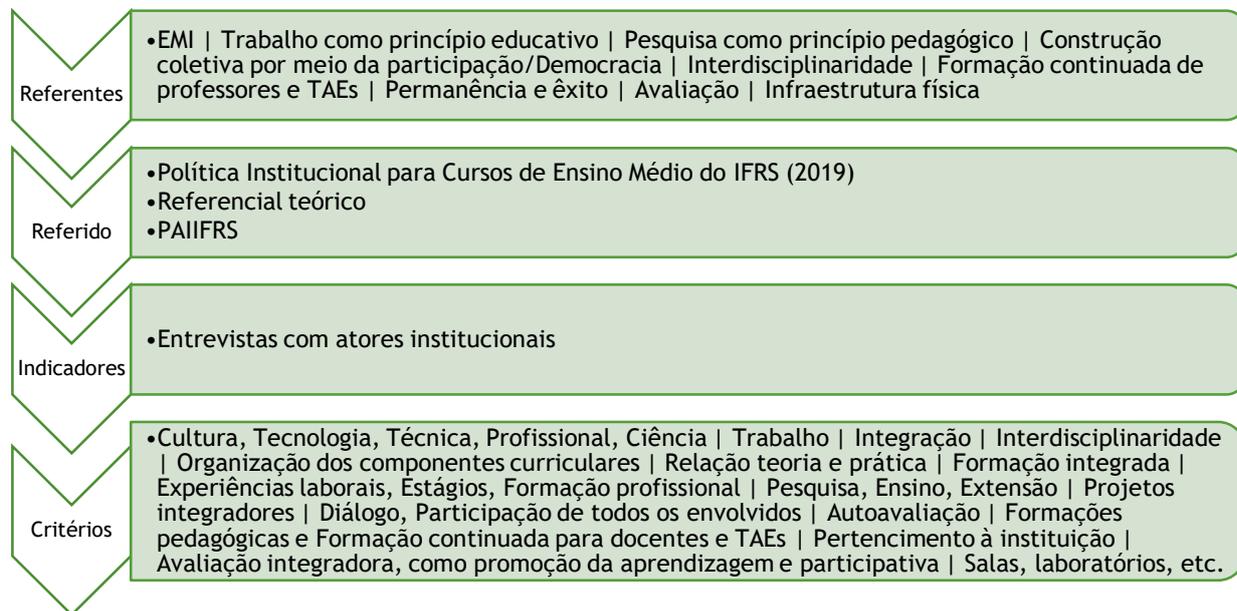
Encontramos na Política Institucional para os Cursos de EMI do IFRS (2019) pressupostos importantes referentes ao EMI:

Figura 8: Pressupostos teóricos sobre EMI na Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS (2019):



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 11: Metodologia utilizada para definição das questões avaliativas



Fonte: Elaborado pela autora.

Referente, segundo Figari (1996, p. 47), é “o elemento exterior a que qualquer coisa pode ser reportada, referida”. Num processo de avaliação, Figari (1996) entende que há o *referente*, entendido como instrumental, e o *referido*, compreendido como a reflexão utilizando-se o instrumental. Assim, utilizamos referentes, como ensino médio integrado, trabalho, avaliação, etc. e o referencial teórico e a Política do IFRS (2019), como o referido.

Figari (1996) afirma que o *indicador*, em avaliação, é o elemento que indica os caminhos a serem percorridos. Definidos os referentes e os referidos, buscamos os indicadores nas entrevistas com os atores institucionais participantes da pesquisa: docentes e TAEs, além de presidentes da CPA.

Por fim, analisando e relacionando referente, referido e indicador, chegamos aos critérios. Recorremos novamente ao Figari (1996), que define *critério* como o elemento que permitirá a escolha dos referentes e indicadores a serem utilizados, visto ter como características a abstração e a discriminação.

Definidos os critérios, organizamos as questões do instrumento de forma a privilegiar o olhar dos atores institucionais, os quais deverão participar de

discentes e TAEs, de forma a evidenciar as aproximações e afastamentos da autoavaliação.

A partir da análise comparativa sistematizada, os segmentos podem ser convidados a discutir o comparativo e elencar ações de superação em relação às dimensões e critérios avaliados.

No quadro a seguir, apresentamos a sugestão de como organizar os resultados obtidos, a partir das principais informações coletadas na autoavaliação, observando o olhar de cada segmento para o curso.

Quadro 1: Sugestão de Relatório

Dimensão	Instrumento		Segmento		
	Nº	Critério	Docente	Discente	TAE
Organização didático-pedagógica	1.1	Ensino Médio Integrado			
	1.2	Trabalho			
	1.3	Pesquisa como princípio pedagógico			
	1.4	Construção coletiva/Democracia			
	1.5	Interdisciplinaridade			
	1.6	Formação continuada de professores e técnicos administrativos em educação			
	1.7	Permanência e êxito			
	1.8	Avaliação			
Infraestrutura	2.1	Infraestrutura física			

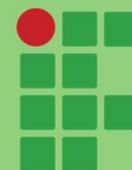
Fonte: Elaborado pela autora

GLOSSÁRIO

Pressuposto	Referencial Teórico
Concepção de formação humana integral (omnilateralidade)	<p>“Falamos de formação integrada e integral dos sujeitos, como substantivo e como adjetivo. Porém, a raiz é a mesma: integro, inteiro, integralidade. A formação integral dos sujeitos significa o desenvolvimento de todas as suas capacidades. A formação integrada pressupõe uma formação que integra as múltiplas dimensões da vida no sentido histórico e social de produção da existência humana”. (RAMOS, 2020, p. 18).</p> <p>“[...] a politecnia e a escola unitária, em seus sentidos plenos e para todos, ocorre numa perspectiva de futuro. Nesse caso, o ensino médio integrado pode ser a gênese dessa formação”. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1066).</p>
Politecnia	<p>“[...] Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. [...] Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna”. (SAVIANI, 2003, p. 140).</p>
Conhecimento historicamente construído	<p>“[...] No ensino, é preciso que os conteúdos sejam apreendidos como um sistema de relações que expressam a totalidade social. Para isso, eles devem ser aprendidos no seu campo científico de origem (disciplinaridade) e em relação a outros campos distintos (interdisciplinaridade)”. (RAMOS, 2017, p. 35).</p>
Superação da dualidade estrutural	<p>“Neste horizonte, a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média) unitária, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como <i>direito de todos</i> e condição da cidadania e da democracia efetivas”. (FRIGOTTO, 2005, p. 74).</p>
Educação básica integrada à educação profissional	<p>“A formação integrada entre ensino geral e a educação profissional ou técnica (educação politécnica ou, talvez, tecnológica) exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias da educação propedêutica que treinam para o vestibular. Ambas são práticas operacionais e mecanicistas, e não formação humana no seu sentido pleno”. (CIAVATTA, 2005, p. 94):</p>

APÊNDICE B – PRODUTOS EDUCACIONAIS

Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande
do Sul



Lisiane Bender da Silveira
Clarice Monteiro Escott



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul



Imagens cedidas pela Comunicação do IFRS (Reitoria) e pelo *Campus* Ibirubá.

Edição das imagens: Lucila Bender da Silveira

Revisão ortográfica e gramatical: Lisiane Delai

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S587c Silveira, Lisiane Bender da

Caderno de autoavaliação do ensino médio integrado
[recurso eletrônico] / Lisiane Bender da Silveira, Clarice
Monteiro Escott - Porto Alegre: 2020.

1 arquivo em PDF 70 p. : il. color.

ISBN 978-65-5950-007-9 (Livro eletrônico)

1. Educação. 2. Ensino médio 3. Institutos Federais de
Educação, Ciência e Tecnologia. I. Escott, Clarice Monteiro II.
Título.

CDU(online): 377

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933





Lista de Figuras

Figura 1: Elementos do caderno	7
Figura 2: Linha do tempo da EPT	10
Figura 3: Dualidade estrutural	11
Figura 4: Diferenças entre os decretos	12
Figura 5: Características dos Institutos Federais	14
Figura 6: Modalidades de oferta de cursos técnicos de nível médio	15
Figura 7: <i>Campi</i> do IFRS	17
Figura 8: Pressupostos teóricos sobre o EMI na Política Institucional para cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS (2019)	21
Figura 9: Dimensões da AI	25
Figura 10: Processo de autoavaliação	27
Figura 11: Metodologia utilizada para definição das questões avaliativas	30
Figura 12: Código dos instrumentos	34





Lista de Quadros

Quadro 1: Sugestão de Relatório	32
Quadro 2: Dimensões do Instrumento de Autoavaliação do EMI	33
Quadro 3: Participantes do processo de autoavaliação	33
Quadro 4: Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento TAE	35
Quadro 5: Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Docente	40
Quadro 6: Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Discente	45
Quadro 7: Instrumento de Autoavaliação do EMI	50





Lista de Abreviaturas e Siglas

AI - Avaliação Institucional

Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica

Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CPA - Comissão Própria de Avaliação

DAI - Departamento de Avaliação Institucional

EMI - Ensino Médio Integrado

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FDE - Fórum de Dirigentes de Ensino

IES - Instituição de Educação Superior

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PAIFRS - Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

Prodi - Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica

TAE (s) - Técnico administrativo em educação

Ufrgs - Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Sumário

Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado	6
APRESENTAÇÃO.....	6
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	9
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)	16
ENSINO MÉDIO INTEGRADO	18
Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	21
Formação omnilateral ou integral.....	22
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	24
Comissão Própria de Avaliação.....	26
Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIIFRS)	27
Atores institucionais.....	28
INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	29
Resultados.....	31
Estrutura e códigos dos instrumentos.....	33
Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Técnico-Administrativo em Educação	35
Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Docente.....	40
Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Discente	45
INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO EMI.....	51
PERSPECTIVAS	61
GLOSSÁRIO	62
Referências	65

Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado

APRESENTAÇÃO

O presente Produto Educacional, fruto da pesquisa no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica, pretende contribuir com a Avaliação Institucional (AI) e as reflexões daí advindas sobre Ensino Médio Integrado (EMI), por meio de uma proposta de autoavaliação de cursos de EMI ofertados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).



A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), nos *campi* Ibirubá e Veranópolis, com o objetivo de investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de EMI com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS.

Embora o instrumento tenha sido construído a partir da realidade do IFRS, ele poderá ser apropriado por outras instituições da RFEPCT que ofertam EMI.

O Caderno de Autoavaliação do EMI foi estruturado com base nos elementos necessários para a compreensão da AI no EMI, podendo ser representado da seguinte maneira:

Figura 1: Elementos do Caderno.



Fonte: Elaborado pela autora.

No capítulo “Educação Profissional e Tecnológica”, faremos uma breve retomada da história da constituição e organização da EPT no país, seguido pelos “Institutos Federais”, sua institucionalidade e a apresentação do IFRS.

Em seguida, apresentamos o “Ensino Médio Integrado”, com questões importantes para compreensão dos pressupostos que sustentam o EMI, trazendo, ainda, a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS e a Formação Omnilateral ou Integral, visando complementar o tema.

A “Avaliação Institucional” é o capítulo posterior, trazendo reflexões sobre a importância da AI, os atores institucionais que a realizam e o Programa de Autoavaliação do IFRS (PAIIFRS).

Por fim, apresentamos a proposta do “Instrumento de Autoavaliação do EMI”, contextualizando-a com a pesquisa realizada, a sugestão de trabalho com os resultados e a forma como o Instrumento foi estruturado.

Ainda, apresentamos a proposta dos instrumentos diferenciada por segmento (docente, técnico-administrativo em educação e discente) e o Instrumento de Autoavaliação do EMI, constituído por questões específicas para a autoavaliação do EMI, tendo por base os referentes e critérios encontrados na pesquisa.

Para a proposta, compreendemos os referentes como o “elemento exterior a que qualquer coisa pode ser reportada”, ou seja, os referentes estabelecidos na pesquisa para a construção do Instrumento partem dos pressupostos do EMI e da Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS. (FIGARI, 1996, p. 47).

A partir dos referentes e das entrevistas com os atores institucionais que fazem, no dia a dia, o EMI e AI na instituição, os critérios emergem para a definição das questões que orientarão o instrumento de autoavaliação do EMI do IFRS.

Finalizando este Caderno, apresentamos Perspectivas para a avaliação dos cursos de EMI no IFRS advindas da pesquisa e um glossário com pressupostos teóricos apresentados ao longo do Produto Educacional.

Boa leitura!



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

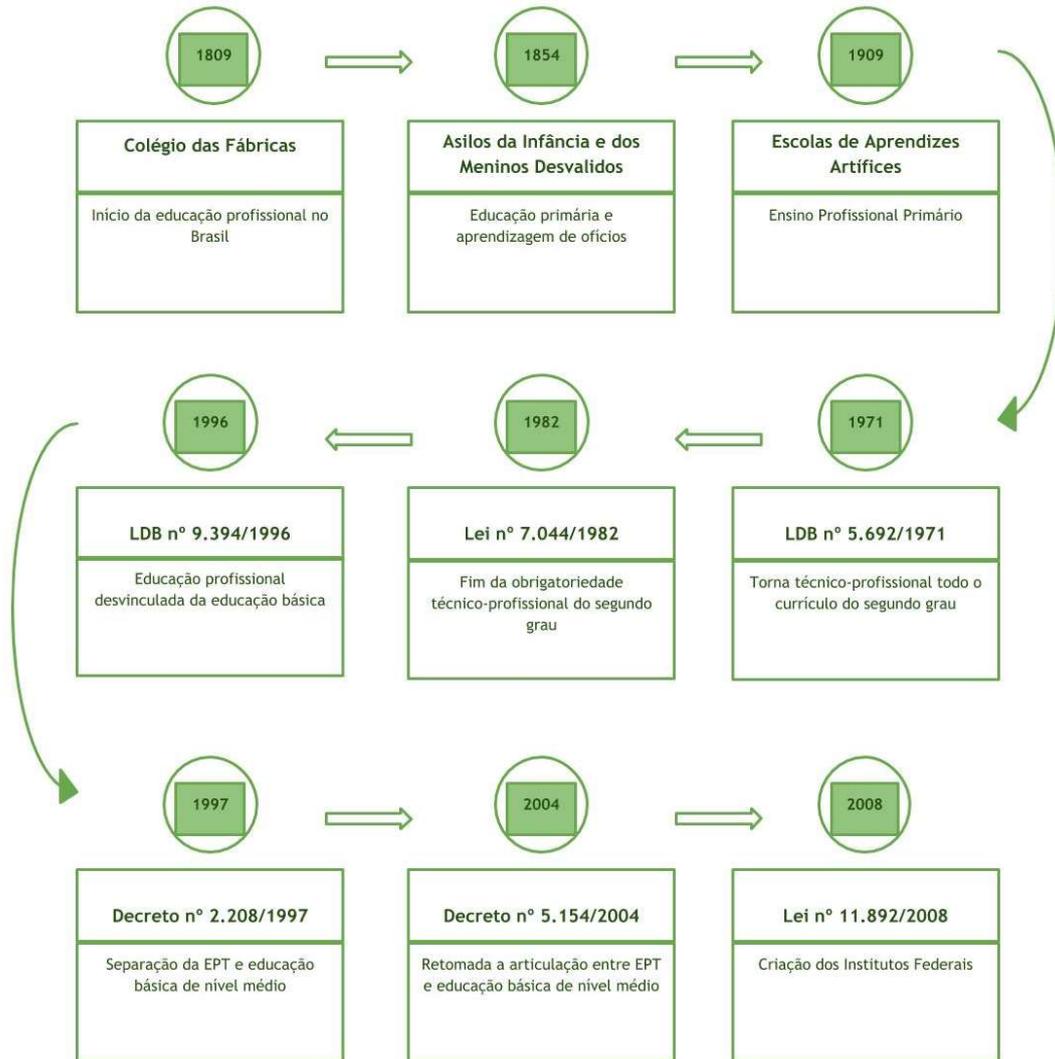
A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, ao longo da sua história, foi orientada, preponderantemente, pela concepção de educação conforme os interesses da classe dominante e do governo de cada período histórico, sempre evidenciando a lógica assistencialista e de qualificação mínima para o mercado de trabalho.

A lógica de formação de técnicos para o mercado de trabalho também carrega a dualidade estrutural de educação, diferenciando a educação intelectual e manual, sendo a primeira reservada às elites e a segunda voltada aos jovens da classe trabalhadora.

A concepção de *mercado de trabalho* atende à lógica do sistema capitalista*, enquanto que o conceito de *mundo do trabalho* revela a concepção de trabalho como princípio educativo e educação integral. Nesse caso, mercado de trabalho é a perspectiva presente na EPT historicamente presente no país (MOURA, 2010; ANTUNES, 2009).

*Sistema capitalista: uma das formas possíveis de realização do capital, responsável pela divisão hierárquica do trabalho. (ANTUNES, 2009).

Figura 2: Linha do tempo da EPT.



Fonte: Elaborado pela autora.

A EPT terá sua origem na perspectiva assistencialista, sem a preocupação com a elevação da escolaridade ou diminuição da desigualdade. Ela servia ao duplo propósito de manter os jovens “desvalidos da fortuna” dentro dos “bons costumes” e iniciá-los em profissões necessárias ao desenvolvimento da época.

Decreto 7.566, de 23 setembro de 1909, que cria as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Figura 3: Dualidade estrutural.



Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, a educação brasileira, básica ou profissional, mantém-se numa “dualidade existente entre a formação de caráter propedêutico dirigida à formação das elites e a formação de caráter instrumental proporcionada aos filhos das classes populares”. (MOURA, 2010, p. 58).

Durante toda a história da educação brasileira, com atualizações e revogações de Leis e perspectivas educacionais, a EPT permanece com seu caráter dual, propiciando educação diferenciada entre os jovens filhos dos operários e trabalhadores do campo e os filhos da elite governante do país, entre a educação para o trabalho manual e o trabalho intelectual.

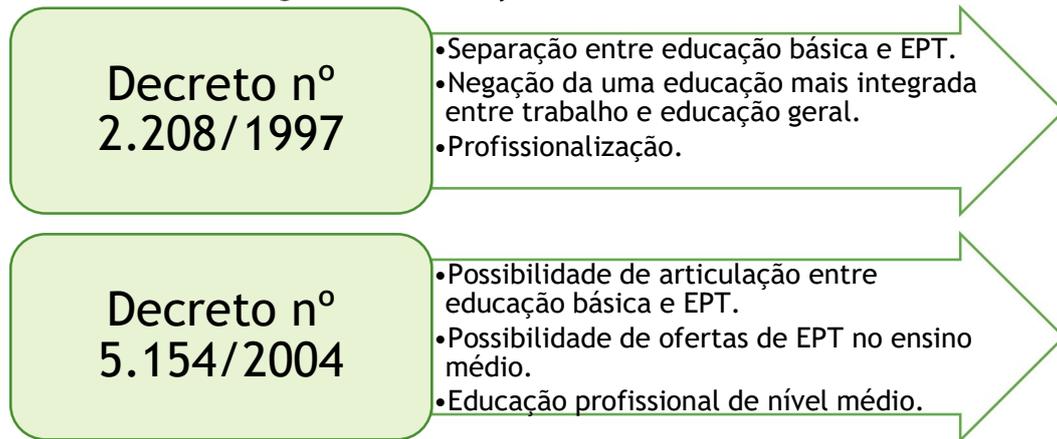
SUGESTÕES DE LEITURA COMPLEMENTAR:

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da Educação Profissional no Brasil: As Políticas Públicas e o Novo Cenário de Formação de Professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil', 2012, João Pessoa. Anais Eletrônicos: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" - História da Educação Brasileira: Experiências e Peculiaridades. João Pessoa: UFPB, 2012.

A EPT passou pela imposição nos currículos de segundo grau, no período da Ditadura Militar, de 1964 a 1985; viu a mesma obrigatoriedade chegar ao fim em 1982; viu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394/1996 surgir, desvinculando-a da educação básica; por fim, o Decreto nº 2.208/1997, que tornou obrigatória a separação da educação básica e da educação profissional, sendo então substituído pelo Decreto nº 5.154/2004, que possibilitou repensar a EPT no Brasil.

Figura 4: Diferenças entre os decretos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo por horizonte a retomada da EPT no país, em 2008, surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades:

Os institutos federais podem atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, devendo articular, em experiência institucional inovadora, todos os princípios fundamentais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE) [...]. Em especial, esse arranjo Educacional abre novas perspectivas para o ensino médio-técnico, por meio de uma combinação do ensino de ciências, humanidades e educação profissional e tecnológica. (PACHECO; SILVA, 2009, p. 8-9).

Na perspectiva de educação profissional e tecnológica, os IFs encontram no Brasil, hoje, a oportunidade de ofertar cursos técnicos e tecnológicos, a partir de uma proposta de formação integral, prioritariamente, voltada aos cursos de nível médio.



INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e os IFs.

Instituída a Rede, os IFs são definidos no art. 2º da Lei de Criação como

instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008).

Dessa forma, os IFs são criados como instituições que ofertam cursos de nível técnico e cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e “bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em

particular as engenharias”, além de cursos de pós-graduação e formação continuada. (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1501).

Figura 5: Características dos Institutos Federais

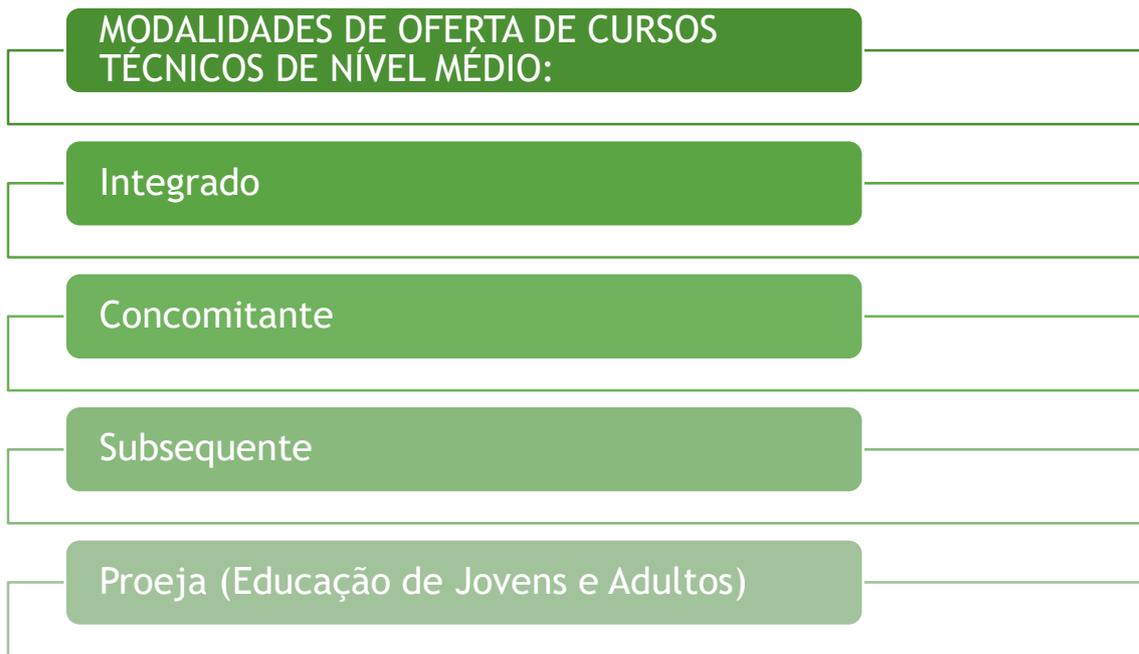


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Pacheco (2010).

São equiparados às universidades para efeitos de regulação, avaliação e supervisão, mas diferentes, pois são pluricurriculares, *multicampi* e trabalham com a EPT na educação básica e superior. (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010).

No entanto, o diferencial dos IFs é a previsão de 50% das vagas ofertadas para a educação básica, notadamente o ensino médio com cursos técnicos de nível médio, a partir da articulação com a educação profissional. (BRASIL, 2008, art. 8º).

Figura 6: Modalidades de oferta de cursos técnicos de nível médio:



Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, imprescindível destacar o primeiro objetivo da Lei de Criação dos Institutos Federais, art. 7º:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)

O IFRS, criado também a partir da Lei nº 11.892/2008, foi estruturado a partir da união de três autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas, que ainda “não se constituía como espaço físico”. (IFRS, 2018a, p. 36). Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os *campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga.

Atualmente, o IFRS possui 17 *campi*, assim distribuídos:

Figura 7: *Campi* do IFRS



Fonte: IFRS (2018a)

O IFRS oferta cursos atendendo às regiões dos seus *campi*, com diversos eixos tecnológicos sendo previstos e possui, atualmente, 216 cursos de diferentes níveis, contemplando do ensino médio à pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Em 2020, segundo a [Plataforma Nilo Peçanha](http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/), o IFRS oferta 64 cursos de EMI, sendo 5.096 matrículas e 1.644 vagas.

Plataforma Nilo Peçanha:
<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>



ENSINO MÉDIO INTEGRADO

O ensino médio é a última etapa da educação básica brasileira, conforme definido na legislação, porém é considerado a transição da **educação básica** para o mundo do trabalho para a maioria dos estudantes. Além disso, o ensino médio é essencialmente educação pública, visto que 90% dos estudantes brasileiros, aproximadamente, estão na escola pública. (RAMOS, 2017).

Educação
básica

Num país tão desigual em oportunidades para os jovens, o **ensino médio integrado (EMI)** passa a ser uma opção que alia educação profissional e propedêutica em um mesmo espaço de tempo. Os IFs, com sua proposta de educação básica, devem compreender essa opção dos estudantes, mas sem desconsiderar a possibilidade da formação integral proposta em sua institucionalidade. Assim, o EMI é a possível “travessia” entre o ensino médio regular, ofertado na maioria dos sistemas de ensino, e a formação omnilateral. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Ensino Médio Integrado (EMI) na LDB pode ser encontrado como Educação Profissional Técnica de Nível Médio Articulada Integrada e Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O EMI, majoritariamente desenvolvido na RFEPCT, deve ser pensado de forma a alcançar a formação integral dos estudantes, articulando a educação técnica/específica e propedêutica/geral, com espaços que incluam o trabalho (sentido ontológico e histórico), ciência e cultura. Assim, o EMI não deve ser entendido e implementado como uma junção de currículos de educação básica e tecnológica.

Compreender tais possibilidades implica reconhecer que o processo de formação humana é inacabado. A formação integral exige que o currículo integre na sua constituição e no seu desenvolvimento as múltiplas dimensões da vida de forma elaborada e intencional, consubstanciadas nos componentes curriculares, sobre o princípio da integração entre ciência, trabalho e cultura. (RAMOS, 2020, p. 18).

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), iniciou em 2016, por meio do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), a elaboração das “Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. A conclusão do documento, em 2018, traz como uma das diretrizes indutoras de cursos de EMI a

Acesse as Diretrizes:

http://portal.conif.org.br/images/Diretrizes_EMI_-_Reditec2018.pdf

aprovação de diretrizes institucionais para cada IF por seu Conselho Superior. (CONIF, 2018).

A proposta de Ensino Médio Integrado deve sempre buscar a superação da dualidade estrutural entre formação geral e específica, a dicotomia entre trabalho intelectual e manual, a educação que forma para o trabalho e a educação que forma para a continuidade dos estudos no Ensino Superior.

O currículo integrado não deve deixar de prever e discutir as concepções do mundo do trabalho, com seu imperativo de consumo e tecnológico, mas não deve pautar o currículo por ele.

Os Institutos Federais devem propor cursos de EMI que reflitam a educação politécnica, com a formação integral do ser humano, superando a dualidade histórica e estrutural, enquanto agentes da educação brasileira.

No entanto, importante salientar que os pressupostos encontrados nas Diretrizes e demais documentos da RFEPCT devem ser debatidos e integralizados na prática dos currículos do Ensino Médio Integrado.

Atualmente, no ano 2020, o EMI na Rede Federal conta com 2.179 cursos de Ensino Médio Integrado no país, sendo 76.284 vagas e 246.684 matrículas.



Dados da Plataforma Nilo Peçanha de 2020, Ano Base de 2019. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 31 ago.2020.

Com o objetivo de desenvolver um instrumento de autoavaliação para os cursos de Ensino Médio Integrado no IFRS, ensejamos que a proposta apresentada possa ser utilizada por outras instituições da RFEPCT, de forma a consolidar a cultura avaliativa nestas instituições e no EMI, visando à formação omnilateral dos estudantes.

Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Conheça!
https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Resolucao_055_19_Aprova_Politica_Ensino_Medio_Integrado_Completa.pdf

No dia 25 de junho de 2019, por meio do Conselho Superior, o IFRS aprovou a Resolução nº 55/2019, Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) alinhada à legislação vigente quanto à Lei nº 11.892/2008, Resolução nº 6/2012 e Diretrizes Indutoras do CONIF (2018) e objetivos e orientações da Rede (RFEPCT), além dos pressupostos definidos e defendidos coletivamente pela sua comunidade acadêmica.

Encontramos na Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS (2019) pressupostos importantes referentes ao EMI:

Figura 8: Pressupostos teóricos sobre EMI na Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS (2019):



Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS (2019) se reporta à avaliação como “processo contínuo de reflexão crítica sobre a prática pedagógica desenvolvida no espaço acadêmico, envolvendo os diferentes sujeitos que o constituem”. (IFRS, 2019). Traz as concepções avaliativas voltadas para o ensino e para a aprendizagem, finalizando com as três dimensões que devem orientar o EMI: “desempenho do aluno; o desempenho dos docentes e a adequação do currículo do curso como planejado inicialmente, bem como dos projetos e atividades de integração propostos pelos docentes”. (IFRS, 2019).

Embora considere que a avaliação deva ser proposta por diferentes instrumentos, a Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS (2019) não prevê ou discute a autoavaliação como forma possível de conhecer e superar dificuldades presentes no percurso formativo dos estudantes e a cultura avaliativa do EMI.

Formação omnilateral ou integral

Formação omnilateral ou integral, ou educação integral, é um conceito presente na educação e nos referenciais teóricos de diversos autores ao longo do tempo. Ela ganha centralidade quando a concepção de ensino médio integrado começa a despontar no horizonte das políticas públicas brasileiras, em especial, a partir de 2004.

Diversos autores tratam sobre o tema, produzindo conhecimento e reflexões sobre uma formação mais abrangente, percebendo a omnilateralidade do indivíduo: o ser humano integralmente desenvolvido nas dimensões do trabalho, cultura, educação, tecnologia e cidadania.

Falamos de formação integrada e integral dos sujeitos, como substantivo e como adjetivo. Porém, a raiz é a mesma: integro, inteiro, integralidade. A formação integral dos sujeitos significa o desenvolvimento de todas as suas capacidades. A formação integrada pressupõe uma formação que integra as múltiplas dimensões da vida no sentido histórico e social de produção da existência humana. (RAMOS, 2020, p. 18).

Nesse contexto, acredito que a *politecnia* seja a melhor forma de pensarmos na formação e educação integral na perspectiva do trabalho, a partir do conceito de *politecnia* desenvolvido por Saviani (2003, p. 140):

[...] diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica [...].

Trabalho, ciência e cultura, pensados em conjunto, devem auxiliar a concepção de formação integral, afixada na identidade constituinte dos IFs quando elencada como prioritária para a oferta de ensino médio.



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional (AI) é realizada no Brasil em instituições de ensino superior (IES) e, por isso, deve ser realizada nos IFs também. Sendo instituído, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem por objetivo “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”. (BRASIL, 2004).

Já, por finalidade, o que está previsto no SINAES é

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

O processo de AI proposto pelo SINAES compreende a avaliação de cursos de graduação para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento; reconhecimento e renovação de reconhecimento de IES e avaliação de desempenho de estudantes (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE), além da autoavaliação, realizada pela própria instituição, sendo responsável a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Para Dias Sobrinho (2003, p. 46), “o processo de avaliação deve desenvolver-se nas instituições de modo contínuo, estabelecendo ciclicamente três dimensões essenciais: a) *auto-avaliação* ou *avaliação interna*, b) *avaliação externa* e c) *re-avaliação e meta-avaliação*. [...]”.

Figura 9: Dimensões da AI



Fonte: Elaborado pela autora.

No entanto, os IFs **contam também com educação básica**, cuja avaliação não está prevista no SINAES. A avaliação do ensino médio, assim, ficou relegada à avaliação do ensino e da aprendizagem e as avaliações de larga escala, como ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), que também estão voltados à avaliação de desempenho dos estudantes.

Embora os IFs realizem a AI balizada pelos SINAES e a prática esteja consolidada nas instituições, precisamos ampliar o alcance da avaliação para a educação básica, em moldes próximos, mas sem o comparativo entre cursos, *campus* e instituições.

Sobre esta questão, consulte:
SILVEIRA, Lisiane Bender da;
FAGUNDES, Fabiana Centeno;
ESCOTT, Clarice Monteiro.
Avaliação Institucional nos
Institutos Federais: avanços e
desafios de uma nova
institucionalidade. In: VIEIRA,
Josimar de Aparecido; CASTAMAN,
Ana Sara (org.). **Organização e
Memórias da Educação
Profissional e Tecnológica:
Constatações e Proposições.**
Curitiba: CRV, 2020. p. 143-157.

A proposta aqui apresentada, visa consolidar a cultura avaliativa pelo olhar dos atores institucionais dos IFs, visando à adoção de ações de superação que contribuam para o fortalecimento do EMI integrado, promovendo, de fato, a integração entre as áreas propedêutica e técnica, com vistas à formação omnilateral dos estudantes.

[...] A avaliação institucional não é o instrumento de medida de indivíduos isolados, nem de trabalhos descolados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiência de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter pedagógico [...]. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 61).

Comissão Própria de Avaliação

No IFRS, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi criada em 2010, consoante com os objetivos definidos no SINAES referentes à autoavaliação, sistematizou os critérios, o processo e definiu os participantes da autoavaliação na instituição.

A avaliação [autoavaliação] deve ser realizada pela comunidade [...] interna e externa. A auto-avaliação deve contar com ampla participação da comunidade interna, a quem, segundo decisões e normas estabelecidas institucionalmente, cabe definir os princípios, a concepção básica, o objeto, os sujeitos, procedimentos, objetivos e usos do processo avaliativo, para compreensão e melhora dos compromissos fundamentais da IES. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 46-7).

Desde o primeiro processo de autoavaliação realizado na instituição, a comunidade foi convidada a participar, havendo a participação dos estudantes dos cursos superiores de graduação, cursos de pós-graduação *lato sensu* e dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante, subsequente e Proeja).

A abrangência da autoavaliação em todos os níveis e modalidades possibilitou um grande engajamento por parte da comunidade acadêmica.

Figura 10: Processo de autoavaliação



Fonte: Elaborado pela autora.

Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIFRS)

Conhecer o PAIFRS, consulte:

<https://www.poa.ifrs.edu.br/images/Documentos/spa-paiifrs.pdf>

Se quiser saber mais sobre o PAIFRS, consulte:

http://www.avalies2019inscricao.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=118461.pdf

O **PAIFRS** foi aprovado e instituído em 2012, prevendo a autoavaliação a ser efetivada no IFRS, destacando-se o alinhamento com as dimensões previstas no SINAES, porém aliada à verticalização presente na instituição.

Dessa forma, foi um dos primeiros IFs a realizar a autoavaliação também para cursos técnicos.

No PAIFRS, foi definida uma avaliação plural, *multicampi*, envolvendo a comunidade acadêmica como um todo. Os instrumentos de autoavaliação previstos são: autoavaliação institucional - comunidade interna; autoavaliação do curso; autoavaliação discente; avaliação pela comunidade externa; avaliação docente; avaliação de egressos. (IFRS; CPA-IFRS, 2012).

Ao longo do tempo, a CPA atualizou os instrumentos, procurando responder aos anseios da comunidade, melhorando seus processos.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, há a previsão de revisão dos objetivos do Programa, de forma a incluir processos de avaliação externa, meta-avaliação e avaliação do ensino médio, objetivando consolidar a cultura avaliativa na instituição.

Dessa forma, a proposta de Instrumento de Autoavaliação do EMI pode contribuir para a ampliação do PAIFRS, pois propõe um instrumento específico para avaliar os cursos de ensino médio integrado dada a especificidade dessa modalidade de oferta.

Embora a verticalização presente no PAIFRS seja importante, apenas um olhar dos atores institucionais envolvidos no EMI, por meio de um instrumento específico para essa realidade, pode oferecer bases proposta de superação da realidade avaliada.

Atores institucionais

Podemos considerar como atores institucionais os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação (TAE), ou seja, a comunidade interna do *campus* e do curso. São os atores institucionais que são convidados a conhecer, responder e utilizar o Instrumento de Autoavaliação do EMI.

Além de estar envolvidos no cotidiano do curso e do *campus*, os atores institucionais são aqueles que podem contribuir com a avaliação dos projetos, aulas, infraestrutura, Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS e demais aspectos pertinentes à essa modalidade de oferta.

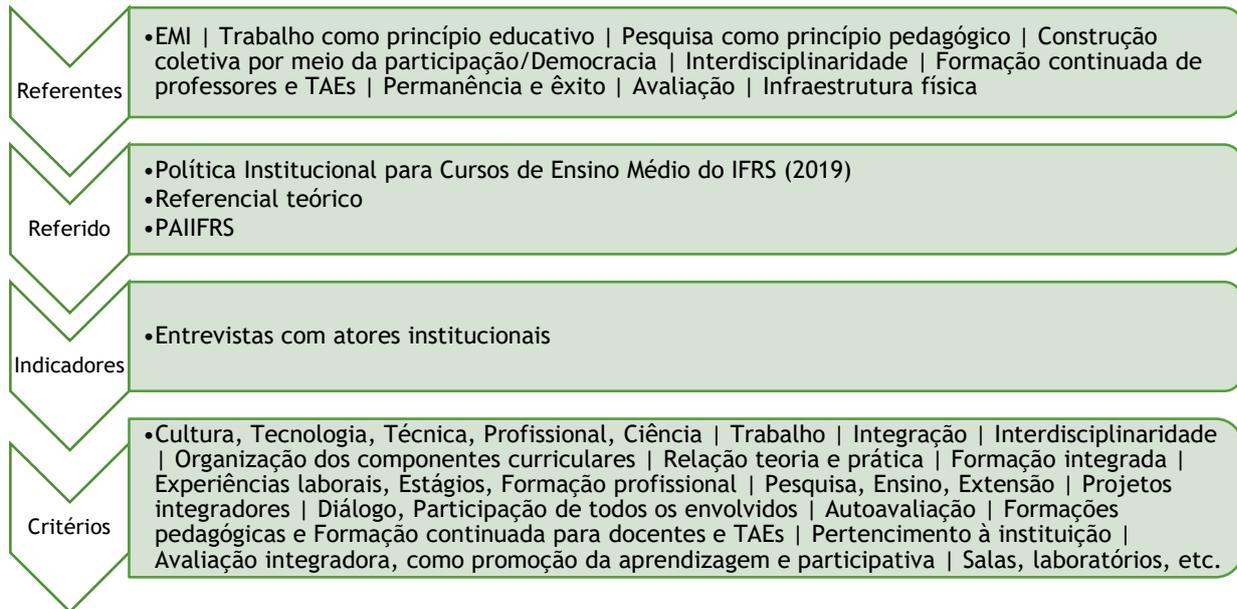
Ainda é importante considerar que, conforme já previsto no PAIFRS, a comunidade externa e os egressos também podem participar, avaliando o curso e a instituição, por meio do instrumento de avaliação para a comunidade externa e para egressos. Esses instrumentos são o meio pelo qual as famílias dos estudantes e instituições públicas e privadas têm voz e colaboram com a AI, registrando a percepção sobre o curso, o *campus*, a instituições, projetos, comunicação, etc. (IFRS; CPA-IFRS, 2012).



INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

O Instrumento de Autoavaliação do EMI é resultante de uma pesquisa que procurou estabelecer os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de EMI. A partir do referencial teórico sobre o EMI, a AI e a análise da Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS, elencaram-se referentes para a criação do instrumento.

Figura 11: Metodologia utilizada para definição das questões avaliativas



Fonte: Elaborado pela autora.

Referente, segundo Figari (1996, p. 47), é “o elemento exterior a que qualquer coisa pode ser reportada, referida”. Num processo de avaliação, Figari (1996) entende que há o *referente*, entendido como instrumental, e o *referido*, compreendido como a reflexão utilizando-se o instrumental. Assim, utilizamos referentes, como ensino médio integrado, trabalho, avaliação, etc. e o referencial teórico e a Política do IFRS (2019), como o referido.

Figari (1996) afirma que o *indicador*, em avaliação, é o elemento que indica os caminhos a serem percorridos. Definidos os referentes e os referidos, buscamos os indicadores nas entrevistas com os atores institucionais participantes da pesquisa: docentes e TAEs, além de presidentes da CPA.

Por fim, analisando e relacionando referente, referido e indicador, chegamos aos critérios. Recorremos novamente ao Figari (1996), que define *critério* como o elemento que permitirá a escolha dos referentes e indicadores a serem utilizados, visto ter como características a abstração e a discriminação.

Definidos os critérios, organizamos as questões do instrumento de forma a privilegiar o olhar dos atores institucionais, os quais deverão participar de todo o processo, culminando no relatório da autoavaliação, com a definição de ações de superação.

Cada segmento da comunidade interna, docente, discente e TAE, participará com instrumento próprio construído para o segmento, avaliando os aspectos pertinentes da realidade e as atividades desenvolvidas na instituição no contexto do EMI.

Cabe destacar, ainda, que as questões avaliativas foram estruturadas nas dimensões didático-pedagógica e infraestrutura, tendo como referência as dimensões definidas pelo SINAES.

As questões foram estruturadas com a escala de avaliação do PAIFRS, para manter o alinhamento ao Programa já existente, além de questões descritivas, e abordam os referentes e critérios definidos na pesquisa, procurando contribuir para a avaliação do currículo do curso.

Escala de avaliação do PAIFRS:

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Indiferente

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

Os resultados advindos da autoavaliação podem ser norteadores para reformulação de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), organização de componentes curriculares e criação de projetos interdisciplinares com vista à formação integral dos estudantes.

Resultados

A CPA apresenta, anualmente, os resultados obtidos por meio da autoavaliação institucional e encaminha o relatório para a gestão do *campus*, do curso e para docentes, quando da avaliação dos docentes.

Propomos que as discussões acerca dos resultados advindos da autoavaliação do EMI sejam realizadas de forma participativa.

De posse do relatório organizado e disponibilizado pela CPA à gestão do curso, a coordenação, o colegiado e a equipe pedagógica podem analisar os dados, comparando os resultados da aplicação do instrumento de docentes, discentes e TAEs, de forma a evidenciar as aproximações e afastamentos da autoavaliação.

A partir da análise comparativa sistematizada, os segmentos podem ser convidados a discutir o comparativo e elencar ações de superação em relação às dimensões e critérios avaliados.

No quadro a seguir, apresentamos a sugestão de como organizar os resultados obtidos, a partir das principais informações coletadas na autoavaliação, observando o olhar de cada segmento para o curso.

Quadro 1: Sugestão de Relatório

Dimensão	Instrumento		Segmento		
	Nº	Referente	Docente	Discente	TAE
Organização didático-pedagógica	1.1	Ensino Médio Integrado			
	1.2	Trabalho			
	1.3	Pesquisa como princípio pedagógico			
	1.4	Construção coletiva/Democracia			
	1.5	Interdisciplinaridade			
	1.6	Formação continuada de professores e técnicos administrativos em educação			
	1.7	Permanência e êxito			
	1.8	Avaliação			
Infraestrutura	2.1	Infraestrutura física			

Fonte: Elaborado pela autora

Estrutura e códigos dos instrumentos

A estrutura dos instrumentos foi organizada da seguinte forma:

- Dimensões do Instrumento de Autoavaliação do EMI:

Quadro 2: Dimensões do Instrumento de Autoavaliação do EMI

Dimensões do Instrumento de Autoavaliação do EMI			
1	Organização didático-pedagógica	1.1	Ensino Médio Integrado
		1.2	Trabalho
		1.3	Pesquisa como princípio pedagógico
		1.4	Construção coletiva/Democracia
		1.5	Interdisciplinaridade
		1.6	Formação continuada de professores e técnicos administrativos em educação
		1.7	Permanência e êxito
		1.8	Avaliação
2	Infraestrutura	2.1	Infraestrutura física

Fonte: Elaborado pela autora.

- Participantes do processo de autoavaliação

Quadro 3: Participantes do processo de autoavaliação

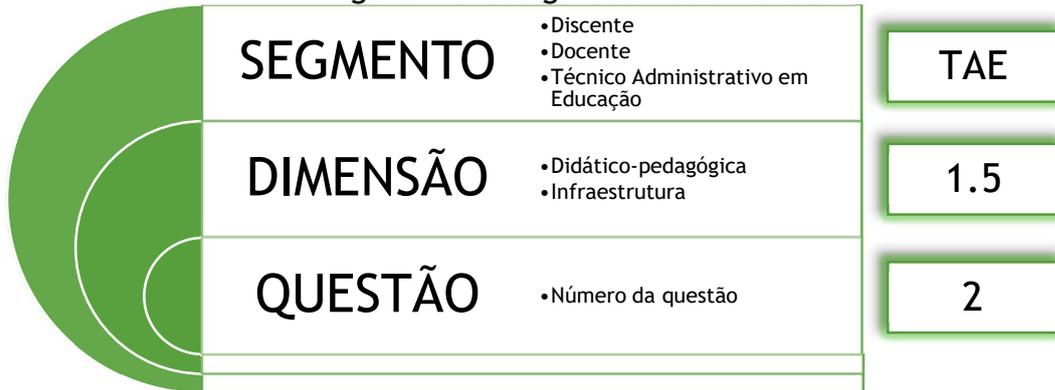
Participantes do processo de autoavaliação		
	Segmentos	Sigla utilizada
1	Discente	DIS
2	Docente	DOC
3	Técnico administrativo em educação	TAE

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da definição das dimensões, referentes e siglas, cada questão do instrumento recebeu um código formado pelo segmento, dimensão e número da questão conforme o Instrumento de Autoavaliação do EMI (quadro 7). Essa organização visa à sistematização dos resultados, quando extraídas pela CPA, sendo possível a sua reorganização e comparabilidade.

Exemplo: TAE-1.5/2

Figura 12: Código dos instrumentos



Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, foram definidas duas **questões descritivas** para cada dimensão. As questões descritivas objetivam que cada participante da autoavaliação possa opinar ou sugerir aspectos não previstos no instrumento, mas que sejam importantes do ponto de vista do discente, docente ou TAE.

Registre sua opinião sobre o curso (Dimensão 1).

Registre sua opinião sobre a infraestrutura do *campus* e do curso (Dimensão 2).

Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Técnico-Administrativo em Educação

Quadro 4: Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento TAE

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
Ensino Médio Integrado	Cultura, tecnologia, técnica, profissional, ciência, trabalho, integração, interdisciplinaridade, omnilateralidade, projeto integrador, organização dos componentes curriculares, relação teoria e prática, formação integrada, experiências laborais, estágios	Organização didático-pedagógica	A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação é voltada para as dimensões técnica e cidadã do estudante.	TAE-1.1/1
			As atividades e projetos ofertados no curso contribuem para que o estudante aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã.	TAE-1.1/3
			O currículo do curso propicia o diálogo entre a formação técnica e a realidade profissional da área do curso, apoiada e articulada com conhecimentos culturais, tecnológicos, científicos, éticos e cidadãos.	TAE-1.1/4
			Minha experiência aplicada nos projetos contribui para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos estudantes na instituição e em outros espaços sociais.	TAE-1.1/5

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			Contribuo com a aplicação da teoria e da prática nos conceitos e aprendizagens do curso de forma integrada, tal qual acontece no mundo do trabalho.	TAE-1.1/6
			Há unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações das quais estou envolvido.	TAE-1.1/9
			O currículo está organizado de forma a propiciar a compreensão do contexto histórico do conhecimento científico e sua relação com os componentes curriculares do curso.	TAE-1.1/10
			Minha prática como técnico(a) administrativo(a) em educação contribui para a compreensão dos estudantes acerca da natureza profissional do curso e a articulação com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.	TAE-1.1/11
			O currículo do curso prevê a integração entre os conhecimentos da área técnica e os conteúdos da área propedêutica, propiciando a sua aplicação em situações reais.	TAE-1.1/13

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			Os estudantes que participam de estágios ou exercem atividade profissional, utilizam os conhecimentos adquiridos no curso para o desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para seu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.	TAE-1.1/15
			Os projetos integradores ou outros componentes curriculares possuem interação com as ações desenvolvidas pelos núcleos (Neabi, Nead, Naaf, etc.).	TAE-1.1/21
Trabalho	Trabalho	Organização didático-pedagógica	O trabalho como princípio educativo está presente nos componentes curriculares do curso.	TAE-1.2/7
Pesquisa como princípio pedagógico	Indissociabilidade Pesquisa, ensino, extensão Projeto integrador	Organização didático-pedagógica	A pesquisa como princípio pedagógico está presente no currículo do curso e nas atividades das quais participo, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.	TAE-1.3/8
			Participo de projetos integradores e outras atividades do curso que envolvam a pesquisa, o ensino e a extensão de forma articulada e indissociável.	TAE-1.3/14
		Infraestrutura	Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa.	TAE-2.1/8
Construção coletiva por meio da participação	Reuniões, planejamento coletivo, diálogo, participação de todos os envolvidos,	Organização didático-pedagógica	Participo das discussões sobre o(s) curso, com outros(as) técnicos(as) administrativos(as) em educação, professores(as) e estudantes.	TAE-1.4/18

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
Democracia	autoavaliação, processo democrático		Participo e contribuo com o planejamento e execução dos projetos integradores e outras atividades do curso.	TAE-1.4/19
Interdisciplinaridade	Interdisciplinaridade, projeto integrador, projeto interdisciplinar, integração	Organização didático-pedagógica	A organização dos componentes curriculares prevê a interdisciplinaridade, de forma a ampliar a preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.	TAE-1.5/2
Formação continuada de professores e técnicos administrativos em educação	Reuniões, formações pedagógicas, semana acadêmica, formação continuada	Organização didático-pedagógica	A instituição propicia cursos, eventos e discussões sobre o Ensino Médio Integrado (Política dos Cursos de EMI do IFRS; legislação; avaliação integradora; indissociabilidade etc.).	TAE-1.6/20
Permanência e êxito	Pertencimento à instituição	Organização didático-pedagógica	O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social.	TAE-1.7/12
		Infraestrutura	Há a utilização da quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas.	TAE-2.1/6
Avaliação	Avaliação como prática integradora, avaliação como promoção da aprendizagem, avaliação participativa	Organização didático-pedagógica	Há unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações das quais estou envolvido ⁱ .	TAE-1.1/9
			Avalio minha participação em projetos e outras atividades do curso, em diferentes momentos.	TAE-1.9/16
			Não se aplica.	Não se aplica

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			A infraestrutura do curso, de forma geral, é adequada.	TAE-2.1/1
			Os equipamentos específicos para formação na área do curso estão atualizados e auxiliam na aprendizagem.	TAE-2.1/2
			Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes.	TAE-2.1/3
			O acervo bibliográfico - livros e periódicos, tanto físicos quanto virtuais - é adequado às necessidades do meu curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo.	TAE-2.1/4
			Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i> .	TAE-2.1/5
			Há a utilização da quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas ⁱⁱ .	TAE-2.1/6
			Estudantes e docentes utilizam laboratórios específicos ou de informática para aulas.	TAE-2.1/7
			Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa ⁱⁱⁱ .	TAE-2.1/8
			Os laboratórios específicos para o curso estão em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.	TAE-2.1/9

Fonte: Elaborado pela autora.

Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Docente

Quadro 5: Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Docente

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
Ensino Médio Integrado	Cultura, tecnologia, técnica, profissional, ciência, trabalho, integração, interdisciplinaridade, omnilateralidade, projeto integrador, organização dos componentes curriculares, relação teoria e prática, formação integrada, experiências laborais, estágios	Organização didático-pedagógica	A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação é voltada para as dimensões técnica e cidadã do estudante.	DOC-1.1/1
			As atividades e projetos ofertados no curso contribuem para que o estudante aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã.	DOC-1.1/3
			O currículo do curso propicia o diálogo entre a formação técnica e a realidade profissional da área do curso, apoiada e articulada com conhecimentos culturais, tecnológicos, científicos, éticos e cidadãos.	DOC-1.1/4
			Minha experiência docente aplicada nos projetos contribui para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos estudantes na instituição e em outros espaços sociais.	DOC-1.1/5

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			Procuro trabalhar a teoria e a prática aplicadas nos conceitos e aprendizagens do curso de forma integrada, tal qual acontece no mundo do trabalho.	DOC-1.1/6
			Há unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações desenvolvidas pelos(as) docentes.	DOC-1.1/9
			O currículo está organizado de forma a propiciar a compreensão do contexto histórico do conhecimento científico e sua relação com os componentes curriculares do curso.	DOC-1.1/10
			Minha prática docente contribui para a compreensão dos estudantes acerca da natureza profissional do curso e a articulação com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.	DOC-1.1/11
			O currículo do curso prevê a integração entre os conhecimentos da área técnica e os conteúdos da área propedêutica, propiciando a sua aplicação em situações reais.	DOC-1.1/13

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			Os estudantes que participam de estágios ou exercem atividade profissional, utilizam os conhecimentos adquiridos no curso para o desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para seu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.	DOC-1.1/15
			Os projetos integradores ou outros componentes curriculares possuem interação com as ações desenvolvidas pelos núcleos (Neabi, Nead, Naaf, etc.).	DOC-1.1/21
Trabalho	Trabalho	Organização didático-pedagógica	O trabalho como princípio educativo está presente nos componentes curriculares do curso.	DOC-1.2/7
Pesquisa como princípio pedagógico	Indissociabilidade Pesquisa, ensino, extensão Projeto integrador	Organização didático-pedagógica	A pesquisa como princípio pedagógico está presente no currículo do curso e na minha prática docente, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.	DOC-1.3/8
			Proponho projetos integradores e demais atividades do curso que envolvam a pesquisa, o ensino e a extensão de forma articulada e indissociável.	DOC-1.3/14
		Infraestrutura	Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa.	DOC-2.1/8
Construção coletiva por meio da participação	Reuniões, planejamento coletivo, diálogo, participação de todos os envolvidos,	Organização didático-pedagógica	Participo das discussões sobre o curso, com outros(as) professores(as), estudantes e técnicos(as) administrativos(as) em educação.	DOC-1.4/18

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
Democracia	autoavaliação, processo democrático		Participo e contribuo com o planejamento e execução dos projetos integradores e outras atividades do curso.	DOC-1.4/19
Interdisciplinaridade	Interdisciplinaridade, projeto integrador, projeto interdisciplinar, integração	Organização didático-pedagógica	A organização dos componentes curriculares prevê a interdisciplinaridade, de forma a ampliar a preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.	DOC-1.5/2
Formação continuada de professores e técnicos administrativos em educação	Reuniões, formações pedagógicas, semana acadêmica, formação continuada	Organização didático-pedagógica	A instituição propicia cursos, eventos e discussões sobre o Ensino Médio Integrado (Política dos Cursos de EMI do IFRS; legislação; avaliação integradora; indissociabilidade etc.).	DOC-1.6/20
Permanência e êxito	Pertencimento à instituição	Organização didático-pedagógica	O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social.	DOC-1.7/12
		Infraestrutura	Há a utilização da quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas.	DOC-2.1/6
Avaliação	Avaliação como prática integradora, avaliação como promoção da aprendizagem, avaliação participativa	Organização didático-pedagógica	Há unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações desenvolvidas pelos(as) docentes ^{iv} .	DOC-1.1/9
			Avalio minhas aulas, participação em projetos e outras atividades do curso, em diferentes momentos.	DOC-1.9/16

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			Avalio os estudantes junto a outros(as) professores(as) de forma integrada, em componentes curriculares, projetos e outras atividades.	DOC-1.9/17
			A infraestrutura do curso, de forma geral, é adequada.	DOC-2.1/1
			Os equipamentos específicos para formação na área do curso estão atualizados e auxiliam na aprendizagem.	DOC-2.1/2
			Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes.	DOC-2.1/3
			O acervo bibliográfico - livros e periódicos, tanto físicos quanto virtuais - é adequado às necessidades do meu curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo.	DOC-2.1/4
			Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i> .	DOC-2.1/5
			Há a utilização da quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas ^v .	DOC-2.1/6
			Utilizo laboratórios específicos ou de informática para ministrar aulas aos estudantes.	DOC-2.1/7
			Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa ^{vi} .	DOC-2.1/8
			Os laboratórios específicos para o curso estão em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.	DOC-2.1/9

Fonte: Elaborado pela autora.

Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Discente

Quadro 6: Instrumento de Autoavaliação do EMI: Segmento Discente

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
Ensino Médio Integrado	Cultura, tecnologia, técnica, profissional, ciência, trabalho, integração, interdisciplinaridade, omnilateralidade, projeto integrador, organização dos componentes curriculares, relação teoria e prática, formação integrada, experiências laborais, estágios,	Organização didático-pedagógica	A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação para o ser humano ético, profissional, técnico, cidadão, democrático.	DIS-1.1/1
			As atividades e projetos ofertados no meu curso contribuem para que eu aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã.	DIS-1.1/3
			A formação técnica dialoga com a realidade profissional da minha área, apoiada e articulada com conhecimentos culturais, tecnológicos, científicos, éticos e cidadãos.	DIS-1.1/4
			A participação em projetos no IF me propicia maior interação e atuação na instituição e em outros espaços sociais.	DIS-1.1/5

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			Percebo a aprendizagem da teoria e da prática no meu curso de forma integrada e aplicada, tal qual acontece no mundo do trabalho.	DIS-1.1/6
			Percebo uma unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações.	DIS-1.1/9
			Entendo o contexto histórico do conhecimento científico estudado e como ele se relaciona com os componentes curriculares abordados no curso.	DIS-1.1/10
			Entendo a natureza profissional do meu curso e consigo articular com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.	DIS-1.1/11
			Percebo a integração entre os conhecimentos da área técnica com os conteúdos da área de conhecimentos gerais, propiciando a sua aplicação em situações reais.	DIS-1.1/13

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			Se já participei de estágios ou exerço atividade profissional, os conhecimentos adquiridos no curso contribuíram para o desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para meu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.	DIS-1.1/15
			Os projetos integradores ou outros componentes curriculares possuem interação com as ações desenvolvidas pelos núcleos (Neabi, Nead, Naaf, etc.).	DIS-1.1/21
Trabalho	Trabalho	Organização didático-pedagógica	O curso propicia a compreensão do trabalho como transformador da nossa realidade e da sociedade pela ação humana sistematizada e consciente.	DIS-1.2/7
Pesquisa como princípio pedagógico	Indissociabilidade, pesquisa, ensino, extensão, projeto integrador	Organização didático-pedagógica	A pesquisa está presente no currículo do meu curso, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.	DIS-1.3/8
			A pesquisa, o ensino e a extensão estão presentes de forma articulada nos projetos integradores e demais atividades do curso.	DIS-1.3/14
		Infraestrutura	Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa.	DIS-2.1/8
Construção coletiva por meio da participação	Reuniões, planejamento coletivo, diálogo, participação de todos os envolvidos, autoavaliação, processo democrático	Organização didático-pedagógica	São disponibilizados espaços para discussões sobre o meu curso, em conjunto com professores(as) e técnico-administrativos(as) em educação.	DIS-1.4/18
Democracia			Participo e contribuo com o planejamento dos projetos integradores e outras atividades do meu curso.	DIS-1.4/19

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
Interdisciplinaridade	Interdisciplinaridade, projeto integrador, projeto interdisciplinar, integração	Organização didático-pedagógica	A organização dos componentes curriculares prevê o diálogo entre eles, de forma a ampliar minha preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.	DIS-1.5/2
Formação continuada de professores e técnicos administrativos em educação	Reuniões, formações pedagógicas, semana acadêmica, formação continuada	Organização didático-pedagógica	Não se aplica.	Não se aplica.
Permanência e êxito	Pertencimento à instituição	Organização didático-pedagógica	O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social, relacionados ao curso.	DIS-1.7/12
		Infraestrutura	Utilizo a quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas.	DIS-2.1/6
Avaliação	Avaliação como prática integradora, avaliação como promoção da aprendizagem, avaliação participativa	Organização didático-pedagógica	Percebo uma unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e avaliações ^{vii} .	DIS-1.1/9
			Avalio minha participação em aulas, projetos e outras atividades do curso, em diferentes momentos.	DIS-1.9/16
			Sou avaliado de forma integrada por professores(as) em componentes curriculares, projetos e outras atividades.	DIS-1.9/17

Referente	Critério	Dimensão	Questão	
			A infraestrutura para o meu curso, de forma geral, é adequada.	DIS-2.1/1
			Os equipamentos específicos para formação na área do meu curso estão atualizados e auxiliam na aprendizagem.	DIS-2.1/2
			Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes.	DIS-2.1/3
			O acervo bibliográfico - livros e periódicos, tanto físicos quanto virtuais - é adequado às necessidades do meu curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo.	DIS-2.1/4
			Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i> .	DIS-2.1/5
			Utilizo a quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas ^{viii} .	DIS-2.1/6
			Tenho aulas em laboratórios específicos ou de informática.	DIS-2.1/7
			Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa ^{ix} .	DIS-2.1/8
			Não se aplica	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora.



INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO EMI

Por fim, apresentamos o Instrumento de Autoavaliação do EMI, proposta de autoavaliação, construída para ser uma possibilidade de avaliar os cursos de EMI a partir do olhar dos atores institucionais que desenvolvem o trabalho no *campus*. Esse instrumento de autoavaliação, produto educacional desenvolvido no ProfEPT, tem o objetivo de contribuir para a consolidação do EMI e que, por meio de avaliação participativa, venha a contribuir para a discussão de um currículo realmente integrado e para a consolidação da cultura avaliativa nos IFs.

Quadro 7: Instrumento de Autoavaliação do EMI

Dimensão	Questão	Discente	Docente	TAE
<i>Organização didático-pedagógica</i>	1	<p>A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação para o ser humano ético, profissional, técnico, cidadão, democrático.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação é voltada para as dimensões técnica e cidadã do estudante.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>A formação desenvolvida no curso é voltada para o ser humano integral, ou seja, a formação é voltada para as dimensões técnica e cidadã do estudante.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
	2	<p>A organização dos componentes curriculares prevê o diálogo entre eles, de forma a ampliar minha preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente</p>	<p>A organização dos componentes curriculares prevê a interdisciplinaridade, de forma a ampliar a preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente</p>	<p>A organização dos componentes curriculares prevê a interdisciplinaridade, de forma a ampliar a preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente</p>

	<input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Concordo totalmente
3	<p>As atividades e projetos ofertados no meu curso contribuem para que eu aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>As atividades e projetos ofertados no curso contribuem para que o estudante aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>As atividades e projetos ofertados no curso contribuem para que o estudante aprenda a tomar decisões de maneira crítica, ética, profissional e cidadã.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
4	<p>A formação técnica dialoga com a realidade profissional da minha área, apoiada e articulada com conhecimentos culturais, tecnológicos, científicos, éticos e cidadãos.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>O currículo do curso propicia o diálogo entre a formação técnica e a realidade profissional da área do curso, apoiada e articulada com conhecimentos culturais, tecnológicos, científicos, éticos e cidadãos.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>O currículo do curso propicia o diálogo entre a formação técnica e a realidade profissional da área do curso, apoiada e articulada com conhecimentos culturais, tecnológicos, científicos, éticos e cidadãos.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
5	<p>A participação em projetos no IF me propicia maior interação e atuação na instituição e em outros espaços sociais.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Minha experiência docente aplicada nos projetos contribui para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos estudantes na instituição e em outros espaços sociais.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Minha experiência aplicada nos projetos contribui para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos estudantes na instituição e em outros espaços sociais.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente

6	<p>Percebo a aprendizagem da teoria e da prática no meu curso de forma integrada e aplicada, tal qual acontece no mundo do trabalho.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>	<p>Procuro trabalhar a teoria e a prática aplicadas nos conceitos e aprendizagens do curso de forma integrada, tal qual acontece no mundo do trabalho.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>	<p>Contribuo com a aplicação da teoria e da prática nos conceitos e aprendizagens do curso de forma integrada, tal qual acontece no mundo do trabalho.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>
7	<p>O curso propicia a compreensão do trabalho como transformador da nossa realidade e da sociedade pela ação humana sistematizada e consciente.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>	<p>O trabalho como princípio educativo está presente nos componentes curriculares do curso.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>	<p>O trabalho como princípio educativo está presente nos componentes curriculares do curso.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>
8	<p>A pesquisa está presente no currículo do meu curso, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>	<p>A pesquisa como princípio pedagógico está presente no currículo do curso e na minha prática docente, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>	<p>A pesquisa como princípio pedagógico está presente no currículo do curso e nas atividades das quais participo, proporcionando oportunidades de novas aprendizagens.</p> <p>() Discordo totalmente () Discordo parcialmente () Indiferente () Concordo parcialmente () Concordo totalmente</p>
9	<p>Percebo uma unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades</p>	<p>Há unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades integradoras em projetos, aulas e</p>	<p>Há unidade no curso, a partir do desenvolvimento de atividades</p>

	integradoras em projetos, aulas e avaliações.	avaliações desenvolvidas pelos (as) docentes.	integradoras em projetos, aulas e avaliações das quais estou envolvido.
	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
10	Entendo o contexto histórico do conhecimento científico estudado e como ele se relaciona com os componentes curriculares abordados no curso.	O currículo está organizado de forma a propiciar a compreensão do contexto histórico do conhecimento científico e sua relação com os componentes curriculares do curso.	O currículo está organizado de forma a propiciar a compreensão do contexto histórico do conhecimento científico e sua relação com os componentes curriculares do curso.
	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
11	Entendo a natureza profissional do meu curso e consigo articular com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.	Minha prática docente contribui para a compreensão dos estudantes acerca da natureza profissional do curso e a articulação com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.	Minha prática como técnico(a) administrativo(a) em educação contribui para a compreensão dos estudantes acerca da natureza profissional do curso e a articulação com outras dimensões humanas como cultura, trabalho, ciência e tecnologia.
	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
12	O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam	O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam	O <i>campus</i> oferta oficinas, cursos, eventos, semana acadêmica, visitas técnicas etc. que proporcionam

	<p>situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social, relacionados ao curso.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>situações concretas para promoção da diversidade, inclusão e convivência social.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
13	<p>Percebo a integração entre os conhecimentos da área técnica com os conteúdos da área de conhecimentos gerais, propiciando a sua aplicação em situações reais.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>O currículo do curso prevê a integração entre os conhecimentos da área técnica e os conteúdos da área propedêutica, propiciando a sua aplicação em situações reais.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>O currículo do curso prevê a integração entre os conhecimentos da área técnica e os conteúdos da área propedêutica, propiciando a sua aplicação em situações reais.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
14	<p>A pesquisa, o ensino e a extensão estão presentes de forma articulada nos projetos integradores e demais atividades do curso.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Proponho projetos integradores e demais atividades do curso que envolvam a pesquisa, o ensino e a extensão de forma articulada e indissociável.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Participo de projetos integradores e outras atividades do curso que envolvam a pesquisa, o ensino e a extensão de forma articulada e indissociável.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
15	<p>Se já participei de estágios ou exerço atividade profissional, os conhecimentos adquiridos no curso contribuíram para o desenvolvimento de</p>	<p>Os estudantes que participam de estágios ou exercem atividade profissional, utilizam os conhecimentos adquiridos no curso para o</p>	<p>Os estudantes que participam de estágios ou exercem atividade profissional, utilizam os conhecimentos adquiridos no curso para o</p>

	<p>saberes no mundo do trabalho e para meu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para seu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>desenvolvimento de saberes no mundo do trabalho e para seu desenvolvimento de forma autônoma e crítica.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
16	<p>Avalio minha participação em aulas, projetos e outras atividades.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Avalio minhas aulas, participação em projetos e outras atividades.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Avalio minha participação em projetos e outras atividades.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>
17	<p>Sou avaliado de forma integrada por professores(as) em componentes curriculares, projetos e outras atividades.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Avalio os estudantes junto a outros(as) professores(as) de forma integrada, em componentes curriculares, projetos e outras atividades.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente</p>	<p>Não se aplica.</p>
18	<p>Participo das discussões sobre o meu curso, com professores(as) e técnicos(as) administrativos(as) em educação.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente</p>	<p>Participo das discussões sobre o curso, com outros(as) professores(as), estudantes e técnicos(as) administrativos(as) em educação.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente</p>	<p>Participo das discussões sobre o(s) curso, com outros(as) técnicos(as) administrativos(as) em educação, professores(as) e estudantes.</p> <p><input type="checkbox"/> Discordo totalmente</p>

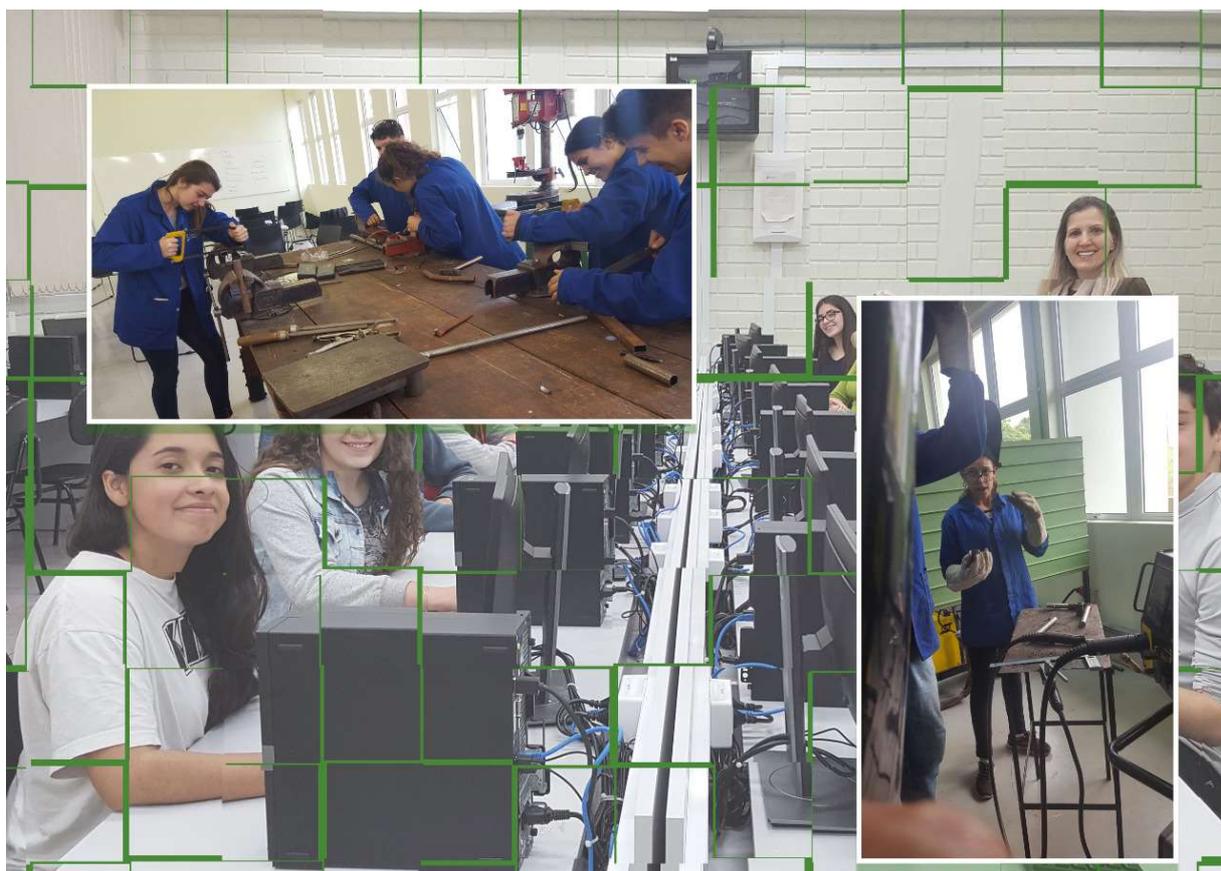
	<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
19	<p>Participo e contribuo com o planejamento dos projetos integradores e outras atividades do meu curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Participo e contribuo com o planejamento e execução dos projetos integradores e outras atividades do curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Participo e contribuo com o planejamento e execução dos projetos integradores e outras atividades do curso.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
20	Não se aplica.	<p>A instituição propicia cursos, eventos e discussões sobre o Ensino Médio Integrado (Política dos Cursos de EMI do IFRS; legislação; avaliação integradora; indissociabilidade etc.).</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>A instituição propicia cursos, eventos e discussões sobre o Ensino Médio Integrado (Política dos Cursos de EMI do IFRS; legislação; avaliação integradora; indissociabilidade etc.).</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
<i>Infraestrutura</i>	<p>Descritiva</p> <p>Registre sua opinião sobre o curso.</p>	<p>Registre sua opinião sobre o curso.</p>	<p>Registre sua opinião sobre o curso.</p>
1	<p>A infraestrutura para o meu curso, de forma geral, é adequada.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>A infraestrutura do curso, de forma geral, é adequada.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>A infraestrutura do curso, de forma geral, é adequada.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
2	<p>Os equipamentos específicos para formação na área do meu curso estão</p>	<p>Os equipamentos específicos para formação na área do curso estão</p>	<p>Os equipamentos específicos para formação na área do curso estão</p>

	atualizados e auxiliam na aprendizagem.	atualizados e auxiliam na aprendizagem.	atualizados e auxiliam na aprendizagem.
	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
3	<p>Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Os equipamentos específicos do curso são suficientes para todos(as) os(as) estudantes.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
4	<p>O acervo bibliográfico – livros e periódicos, tanto físicos quanto virtuais – é adequado às necessidades do meu curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>O acervo bibliográfico – livros e periódicos, tanto físicos quanto virtuais – é adequado às necessidades do curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>O acervo bibliográfico – livros e periódicos, tanto físicos quanto virtuais – é adequado às necessidades do curso e estão atualizados, proporcionando novas oportunidades de aprendizado e estudo.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
5	<p>Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i>.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente	<p>Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i>.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente	<p>Há local adequado para refeições, considerando o período de permanência do estudante no <i>campus</i>.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente

	<input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
6	<p>Utilizo a quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Há a utilização da quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Há a utilização da quadra poliesportiva (ou ginásio de esportes) para atividades desportivas, culturais e recreativas.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
7	<p>Tenho aulas em laboratórios específicos ou de informática.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Utilizo laboratórios específicos ou de informática para ministrar aulas aos estudantes.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Estudantes e docentes utilizam laboratórios específicos ou de informática para aulas.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
8	<p>Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<p>Os laboratórios específicos para o curso são adequados às necessidades e propiciam oportunidades de aprendizagens e pesquisa.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente <input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
9	<p>Não se aplica.</p>	<p>Os laboratórios específicos para o curso estão em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente	<p>Os laboratórios específicos para o curso estão em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.</p> <input type="checkbox"/> Discordo totalmente

		<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente	<input type="checkbox"/> Discordo parcialmente <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
Descritiva	Registre sua opinião sobre a infraestrutura do <i>campus</i> e do curso.	Registre sua opinião sobre a infraestrutura do <i>campus</i> e do curso.	Registre sua opinião sobre a infraestrutura do <i>campus</i> e do curso.

Fonte: Elaborado pela autora.



PERSPECTIVAS

Ao chegarmos ao final deste Produto Educacional, esperamos que o Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado possa contribuir, efetivamente, com a qualificação e consolidação do EMI no IFRS e na Rede Federal e com o fortalecimento da cultura avaliativa no IFRS.

Ensejamos, sobretudo, que processos participativos e democráticos de avaliação estejam presentes no cotidiano dos *campi* do IFRS e dos atores institucionais. Dessa forma, a proposta do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio visa auxiliar neste processo, tendo sido construído a partir de referenciais legais e teóricos, mas, principalmente, a partir do olhar de docentes e TAEs.

Esperamos que a leitura tenha suscitado muitas reflexões sobre EMI e AI para cada um e cada uma.

GLOSSÁRIO

Pressuposto	Referencial Teórico
Concepção de formação humana integral (omnilateralidade)	<p>“Falamos de formação integrada e integral dos sujeitos, como substantivo e como adjetivo. Porém, a raiz é a mesma: integro, inteiro, integralidade. A formação integral dos sujeitos significa o desenvolvimento de todas as suas capacidades. A formação integrada pressupõe uma formação que integra as múltiplas dimensões da vida no sentido histórico e social de produção da existência humana”. (RAMOS, 2020, p. 18).</p> <p>“[...] a politecnia e a escola unitária, em seus sentidos plenos e para todos, ocorre numa perspectiva de futuro. Nesse caso, o ensino médio integrado pode ser a gênese dessa formação”. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1066).</p>
Politecnia	<p>“[...] Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. [...] Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna”. (SAVIANI, 2003, p. 140).</p>
Conhecimento historicamente construído	<p>“[...] No ensino, é preciso que os conteúdos sejam apreendidos como um sistema de relações que expressam a totalidade social. Para isso, eles devem ser apreendidos no seu campo científico de origem (disciplinaridade) e em relação a outros campos distintos (interdisciplinaridade)”. (RAMOS, 2017, p. 35).</p>
Superação da dualidade estrutural	<p>“Neste horizonte, a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média) unitária, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como <i>direito de todos</i> e condição da cidadania e da democracia efetivas”. (FRIGOTTO, 2005, p. 74).</p>
Educação básica integrada à educação profissional	<p>“A formação integrada entre ensino geral e a educação profissional ou técnica (educação politécnica ou, talvez, tecnológica) exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias da educação propedêutica que treinam para o vestibular. Ambas são práticas operacionais e mecanicistas, e não formação humana no seu sentido pleno”. (CIAVATTA, 2005, p. 94):</p>
Experiência prática Interface com a realidade	<p>“[...] quando penso numa proposta voltada ao Ensino Médio e à educação profissional e tecnológica, no caso específico, tenho por certo que devemos contemplar</p>

	várias dimensões que vão compor o chamado currículo integrado: [...] a dimensão social dos tipos de trabalho, a dimensão cultural e a <i>profissionalidade</i> ". (MANFREDI, 2007, p. 171).
Trabalho como princípio educativo	"[...] diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica [...]." (SAVIANI, 2003, p. 140).
Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, por meio da curricularização da pesquisa e da extensão	"As atividades de extensão devem estar articuladas com as ações de ensino e pesquisa - indissociabilidade, suprimindo as demandas da comunidade externa e interna, é uma forma de abrir as portas da instituição de ensino para a comunidade e trazê-la para fazer parte dos projetos que são realizados". (XAVIER <i>et al.</i> , 2013).
Relações dialógicas e construção coletiva	"[...] quanto às possibilidades de organização curricular que existem no Ensino Médio/Técnico Integrado, reconhecemos serem várias e isso vai depender efetivamente de cada coletivo , de cada escola, de cada sistema de ensino, de cada instituição, mediante sua realidade concreta, verificar qual é a possibilidade mais adequada". (MOURA, 2007, p. 165).
Processo democrático	"[...] O interjogo democrático, transparente e aberto, como cultura institucional e como prática, tem de ser parte do cotidiano das relações que se dão nas [instituições]". [...] (LEITE, 2005, p. 71).
Interdisciplinaridade	"[...] a máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas acima de tudo, como o princípio da diversidade e da criatividade". (DE LIMA ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p. 69). "[...] a fim de cumprir com o propósito de que os conteúdos sejam apreendidos como um sistema de relações, cabe identificar relações com conteúdos de campos distintos, na perspectiva da interdisciplinaridade". (RAMOS, 2017, p. 37).
Formação continuada de professores	"O documento [PDI] dita que o IFRS deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação possam qualificar-se através da participação em ações de formação continuada e, quando possível, deve arcar com as despesas decorrentes dessa formação, além de estabelecer uma série de metas para a capacitação tanto de docentes como de técnico-administrativos em educação". (MARIN; NICHELE, 2020, p. 59).
Permanência e êxito	O conceito de permanência e êxito, contrapondo-se à evasão e retenção, está ligado ao direito social à educação, conforme preconizado na Constituição Federal, necessitando de ações e metas institucionalizadas para conhecer a realidade dos estudantes e propiciar a possibilidade dos estudantes permanecerem na instituição e concluir seus cursos. (IFRS, 2018b).
Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	
Avaliação como prática integradora	"Produzindo-se, assim, uma proposta curricular integrada, espera-se, igualmente, uma prática curricular integrada. Para esse fim, incorporo os momentos da Pedagogia Histórico-Crítica elaborada por Saviani (2008), os quais converto no que designo como "tempos curriculares" [...]"

		tempos de consolidação (avaliações com finalidades formativas)". (RAMOS, 2017, p. 36-7).
Condições (infraestrutura)	estruturais	“O aspecto virtuoso, a que nos referimos, compreendia a oportunidade de o estudante ter a formação básica sobre a referência do trabalho. Este, porém, tendeu a se efetivar, especialmente, nas instituições da Rede Federal, onde havia condições materiais de infraestrutura administrativa e de didático-pedagógica, bem como de trabalho e de formação docentes compatíveis com uma educação pública, laica e de qualidade referenciada socialmente”. (RAMOS, 2017, p. 34).

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Brasil: [s. n.], 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso: 12 out. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil: [s. n.], 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htmimpressa.htm Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasil: [s. n.], 2004 c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Diário Oficial da União, n. 72, de 15 de abril de 2004, Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 12 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 maio. 2019.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. Dados de 2020, Ano Base de 2019. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica: 2012. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 maio. 2019.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONIF. **Diretrizes Indutoras para a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: [s. n.], 2018. Disponível em:
http://portal.conif.org.br/images/Diretrizes_EMI_-_Reditec2018.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

DE LIMA ARAUJO, Ronaldo Marcos; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

Dias Sobrinho, José. Avaliação da Educação Superior: Regulação e Emancipação. *In*: Dias Sobrinho, José; Ristoff, Dilvo I. (Org.). **Avaliação e Compromisso Público: A Educação Superior em Debate**. Florianópolis: Insular, 2003.

Dias Sobrinho, José. Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. *In*: Balzan, Newton César; Dias Sobrinho, José (Orgs.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Escott, Clarice Monteiro; Moraes, Márcia Amaral Correa de. História da Educação Profissional no Brasil: As Políticas Públicas e o Novo Cenário de Formação de Professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *In*: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil', 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" - História da Educação Brasileira: Experiências e Peculiaridades**. João Pessoa: UFPB, 2012.

Figari, Gérard. **Avaliar: que referencial?** Porto/Portugal: Porto Editora, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

IFRS. **Resolução Nº 055, de 25 de junho de 2019**. Aprovar a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, conforme documento anexo. Bento Gonçalves: [s. n.], 2019. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Resolucao_055_19_Aprova_Politica_Ensino_Medio_Integrado_Completa.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019. Texto não paginado.

IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023**. Bento Gonçalves: [s. n.], 2018a. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-FINAL-2018_Arial.pdf. Acesso em: 26 jul. 19.

IFRS. **Resolução nº 064 de 23 de outubro de 2018**. Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves: 2018b. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Resolucao_064_18_Aprovar_Plano_Estrategico_Completo.pdf. Acesso em: 20 ago. 20.

IFRS; CPA-IFRS. **Programa de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - PAIFRS**. Bento Gonçalves: IFRS, 2012. Disponível em: <https://www.poa.ifrs.edu.br/images/Documentos/spa-paiifrs.pdf>. Acesso em: 26 jul. 19.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MANFREDI, Sílvia. Eixo Temático IV: Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. 2. Proposta Pedagógica. *In: Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional Tecnológica, 2007.

MARIN, Ângela; NICHELE, Aline Grunewald. A capacitação de servidores do IFRS sob a perspectiva da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal - PNPD. *ScientiaTec*, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p: 57-81, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4129>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PACHECO, Eliezer Moreira; SILVA, Caetana Juracy Rezende. Institutos Federais: Um futuro por amar. In: SILVA, Caetana Juracy Rezende (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: Comentários e Reflexões**. Natal: IFRN, 2009. p. 7-11.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193514392010>. Acesso em: 24 abr. 2020.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. Prefácio. In: VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara (org.). **Organização e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica: constatações e proposições**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. p. 15-18.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. Autoavaliação Institucional: um olhar a partir do programa de autoavaliação do IFRS. In: **Simpósio Avaliação da Educação Superior (Avalies 2019)**, 4, 2019, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA/CPA, 2019. Disponível em: http://www.avalies2019inscricao.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_do_wload.asp?nome=118461.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; FAGUNDES, Fabiana Centeno; ESCOTT, Clarice Monteiro. Avaliação Institucional nos Institutos Federais: avanços e desafios de uma nova institucionalidade. *In*: VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara (org.). **Organização e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica: Constatações e Proposições**. Curitiba: CRV, 2020. p. 143-157.

XAVIER, Ana Cláudia Galvão et al. Concepções, Diretrizes e Indicadores da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT. *In*: **Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013. p. 12-21. E-book. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/extensao-tecnologica-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2013.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

-
- ⁱ Item pertence ao referente EMI e Infraestrutura.
 - ⁱⁱ Item pertence ao referente Permanência e Êxito e Infraestrutura.
 - ⁱⁱⁱ Item pertence ao referente Permanência e Êxito e Infraestrutura.
 - ^{iv} Item pertence ao referente EMI e Infraestrutura.
 - ^v Item pertence ao referente Permanência e Êxito e Infraestrutura.
 - ^{vi} Item pertence ao referente Permanência e Êxito e Infraestrutura.
 - ^{vii} Item pertence ao referente EMI e Avaliação.
 - ^{viii} Item pertence ao referente Permanência e Êxito e Infraestrutura.
 - ^{ix} Item pertence ao referente Permanência e Êxito e Infraestrutura.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS (ROTEIRO)

CPA

O que é avaliação interna?

Como é realizada a autoavaliação no IFRS?

Quem responde?

Como o ensino médio integrado é avaliado?

Diretoria de Ensino/Coordenação do curso/ Equipe pedagógica/Docentes

Como o grupo organizou a proposta?

Quem participou?

O que é o ensino médio técnico?

O que é o ensino médio integrado?

Como se dá a relação entre eles?

Por que integrado?

O que é o ensino médio técnico integrado?

Quais os aspectos levados em consideração na proposta curricular?

Quais autores e linhas fundamentaram a proposta?

Na sua concepção, o que faz o curso ser “integrado”?

APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Instrumento de Avaliação do Produto Educacional

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO”, cujo objetivo geral é “Investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS”; e os objetivos específicos são: a) Realizar a análise documental relativa à legislação e às normativas do IFRS referente ao Ensino Médio Integrado; b) Analisar a percepção dos membros da CPA com relação à avaliação no IFRS; c) Analisar a percepção dos atores institucionais no que se refere à implementação do Ensino Médio Integrado nos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS; d) Criar quadro de referentes como base para definição do instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; e) Desenvolver um instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; f) Avaliar junto aos docentes, servidores técnico-administrativos e membros da CPA o produto educacional decorrente da pesquisa e o instrumento de autoavaliação de cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.

Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado ProfEPT e a pesquisa está sendo realizada nos *campi* Ibirubá e Veranópolis e com membros da CPA atual, com a avaliação do Produto Educacional: Caderno de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento da pesquisa. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida é possível realizar o contato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Agradecemos antecipadamente sua disponibilidade.

Se você concordar em participar da pesquisa, clique em CONCORDO e será direcionado ao Instrumento de Avaliação do Produto Educacional. (Apenas no formulário *online*).

Pesquisador(a) principal: Lisiane Bender da Silveira
Telefone para contato: (54) 99957-2927
E-mail para contato: lisi.bender2@gmail.com

Pesquisadora: Prof^a. Dra. Clarice Monteiro Escott
Telefone para contato: (51) 99951-2460
E-mail para contato: clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

Orientações

Por favor, avalie as afirmativas abaixo, utilizando os seguintes critérios para o preenchimento:

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo parcialmente
- (3) Indiferente

- (4) Concordo parcialmente
 (5) Concordo totalmente

Agradecemos sua participação!

Assinale o critério que melhor descreve sua avaliação sobre o conteúdo e organização do Caderno:

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
O conteúdo do Caderno é facilmente compreendido e acessível por diferentes públicos.					
O conteúdo do Caderno pode ser utilizado no seu <i>campus</i> ou curso para reflexões sobre os temas abordados.					
A organização do conteúdo favorece a leitura de forma dinâmica, sendo clara e de fácil entendimento.					
O Caderno contextualiza de forma adequada o Instrumento de Autoavaliação do EMI.					

Assinale o critério que melhor descreve sua avaliação sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado:

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
O Instrumento de Autoavaliação do EMI pode ser utilizado para a autoavaliação dos cursos de Ensino Médio no IFRS.					
Os pressupostos teóricos do EMI estão presentes nas questões de autoavaliação.					
A Política Institucional para Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS pode ser percebida nas questões que compõem o Instrumento de Autoavaliação do EMI.					
As questões do Instrumento de Autoavaliação do EMI contemplam a formação integral dos estudantes, como a superação da dualidade estrutural entre formação técnica e propedêutica.					
O trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a avaliação como prática integradora estão presentes no Instrumento de Autoavaliação do EMI.					
As questões do Instrumento de Autoavaliação do EMI propostas auxiliam numa visão integrada do curso.					
A participação de discentes, docentes e técnicos-administrativos em educação está contemplada de forma equânime, propiciando uma visão integrada do curso.					
É possível perceber as possibilidades de melhoria no curso de EMI que o instrumento pode suscitar, quando for o caso.					

Utilize este espaço para sugerir aspectos a serem melhorados no Produto Educacional: Caderno de Autoavaliação do EMI e Instrumento de Autoavaliação do EMI:

Utilize este espaço para comentários sobre o Produto Educacional: Caderno de Autoavaliação do EMI e Instrumento de Autoavaliação do EMI:

APÊNDICE E – RESPOSTAS INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

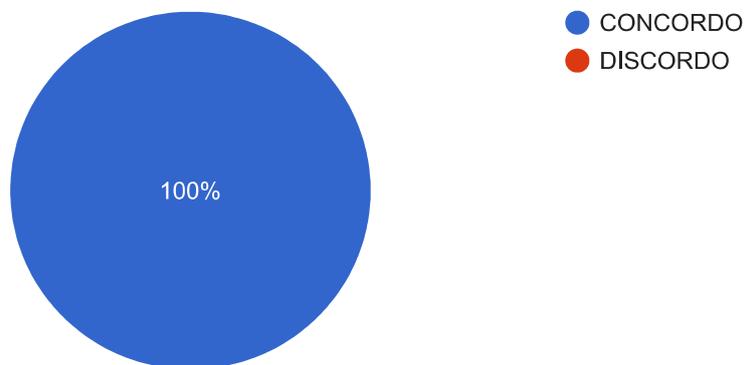
Instrumento de Avaliação do Produto Educacional

11 respostas

[Publicar análise](#)

Se você concordar em participar da pesquisa, clique em CONCORDO e será direcionado ao Instrumento de Avaliação do Produto Educacional

11 respostas

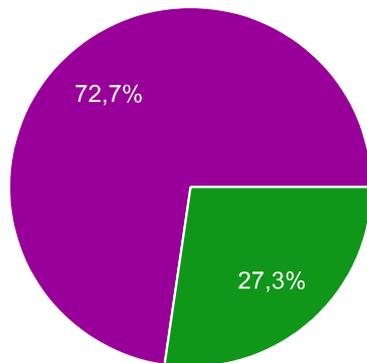


Caderno de Autoavaliação do EMI



O conteúdo do Caderno é facilmente compreendido e acessível por diferentes públicos.

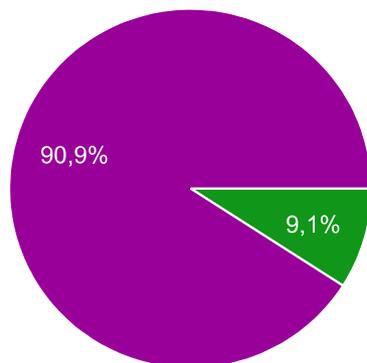
11 respostas



- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

O conteúdo do Caderno pode ser utilizado no seu campus ou curso para reflexões sobre os temas abordados.

11 respostas

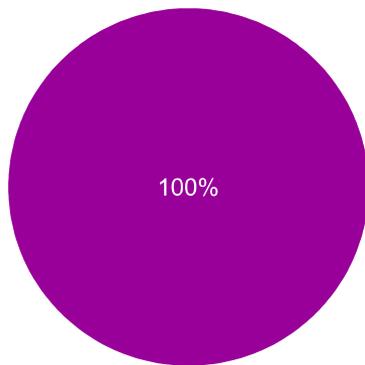


- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



A organização do conteúdo favorece a leitura de forma dinâmica, sendo clara e de fácil entendimento.

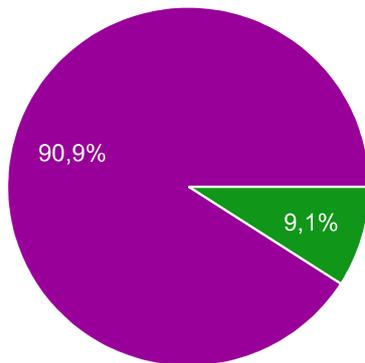
11 respostas



- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

O Caderno contextualiza de forma adequada o Instrumento de Autoavaliação do EMI.

11 respostas



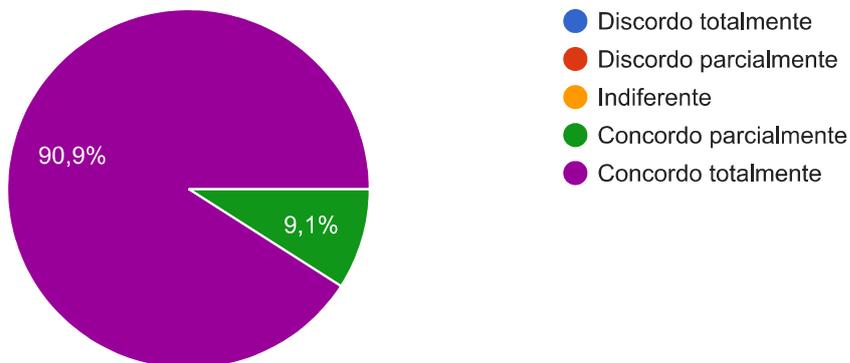
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Instrumento de Autoavaliação do EMI



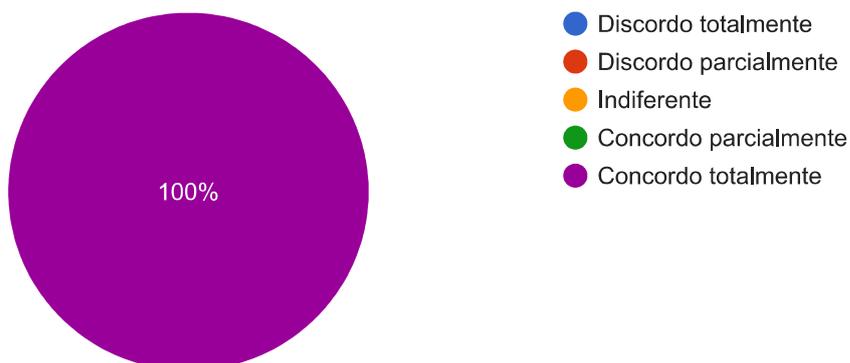
O Instrumento de Autoavaliação do EMI pode ser utilizado para a autoavaliação dos cursos de Ensino Médio no IFRS.

11 respostas



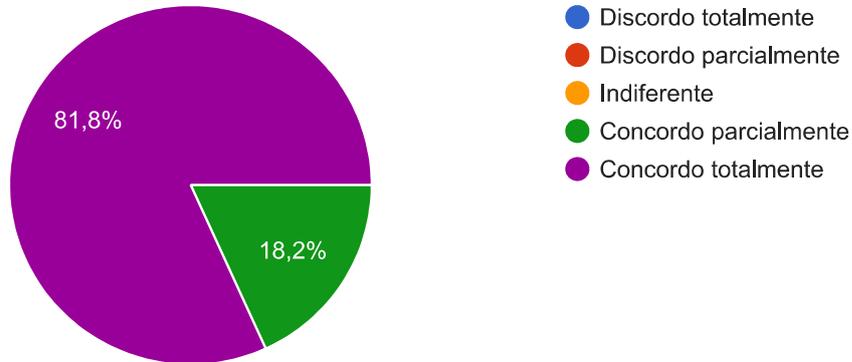
Os pressupostos teóricos do EMI estão presentes nas questões de autoavaliação.

11 respostas



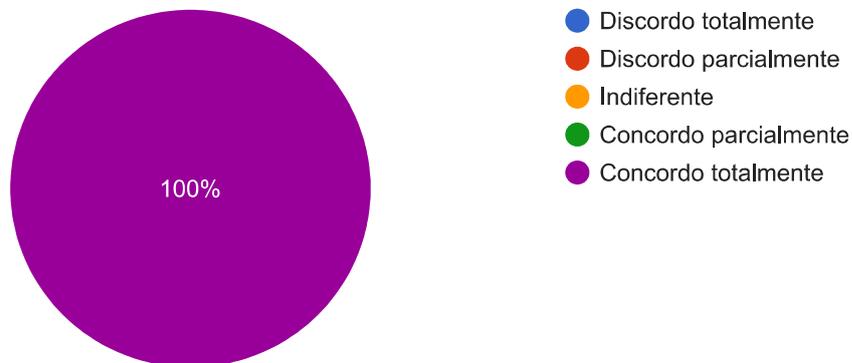
A Política Institucional para Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS pode ser percebida nas questões que compõem o Instrumento de Autoavaliação do EMI.

11 respostas



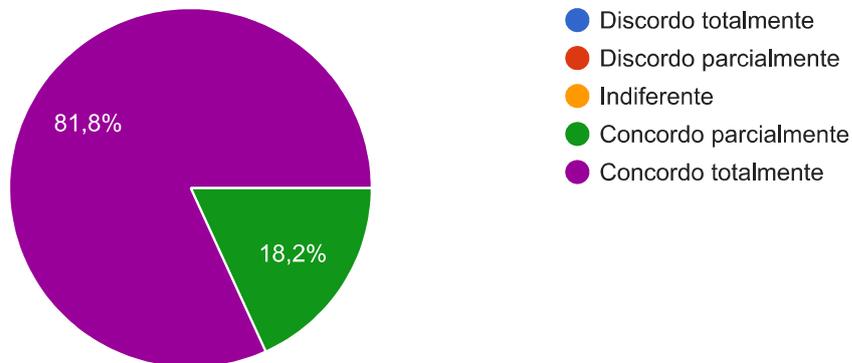
As questões do Instrumento de Autoavaliação do EMI contemplam a formação integral dos estudantes, como a superação da dualidade estrutural entre formação técnica e propedêutica.

11 respostas



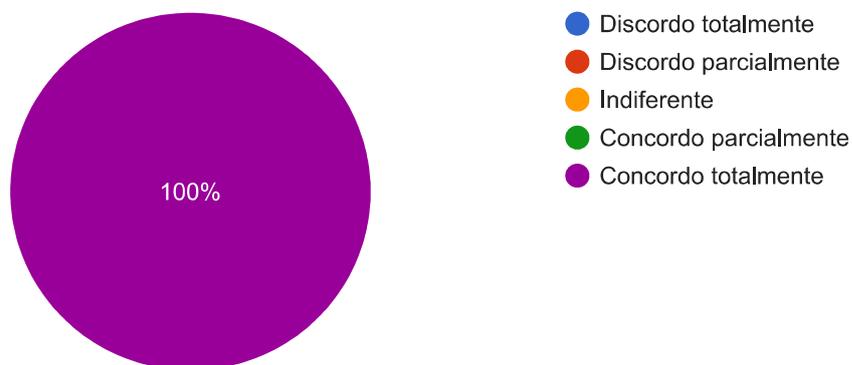
O trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a avaliação como prática integradora estão presentes no Instrumento de Autoavaliação do EMI.

11 respostas



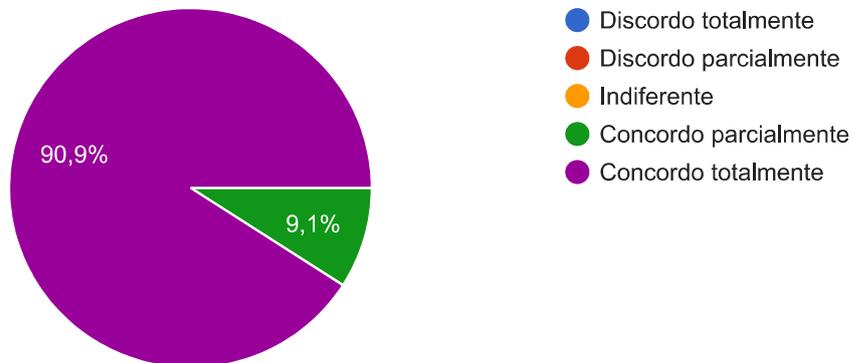
As questões do Instrumento de Autoavaliação do EMI propostas auxiliam numa visão integrada do curso.

11 respostas



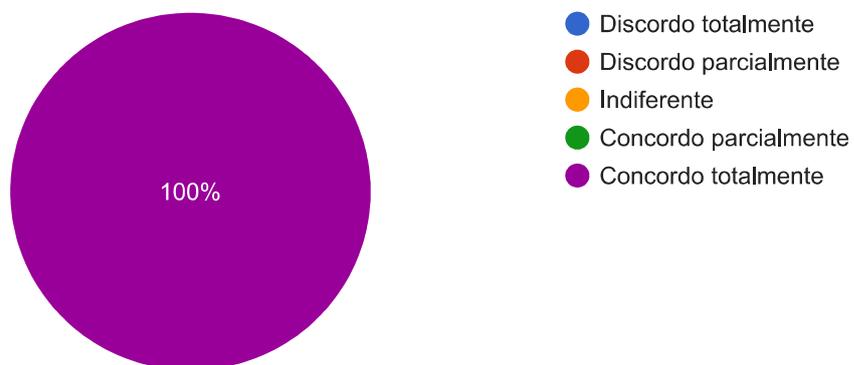
A participação de discentes, docentes e técnicos-administrativos em educação está contemplada de forma equânime, propiciando uma visão integrada do curso.

11 respostas



É possível perceber as possibilidades de melhoria no curso de EMI que o instrumento pode suscitar, quando for o caso.

11 respostas



Utilize este espaço para sugerir aspectos a serem melhorados no Produto Educacional: Caderno de Autoavaliação do EMI e Instrumento de Autoavaliação do EMI:

6 respostas

Sobre a questão inicial "O conteúdo do Caderno é facilmente compreendido e acessível por diferentes públicos", certamente existem estudantes que terão dificuldade de compreender. Claro que o nosso papel é ajudá-los nesse processo. Mas tanto o caderno quanto o instrumento de avaliação precisariam ser trabalhados com os estudantes. Nessa perspectiva ele é uma ótima proposta.

Para uma melhora do produto educacional - que já apresenta qualidade -, de sugiro definir teoricamente os termos:

1. Sistema capitalista – visto no início do trabalho para contextualização e presente no corpo do texto em consonância o mundo do trabalho. Isto pode auxiliar pois a definição de EPT utiliza um bom levantamento histórico que remonta o período monárquico aos IFs, por este motivo a teoria e prática capitalista mudaram – industrial/financeiro e liberalismo/neoliberalismo – assim a contextualização pode incorrer em discrepância teórica e temporal.
2. Ética – definição geral já que o debate teórico próprio. Uma opção da autora pode auxiliar na compreensão da proposta nos instrumentos.

As sugestões levam em consideração, também, o controle do tempo de resposta. O



Utilize este espaço para comentários sobre o Produto Educacional: Caderno de Autoavaliação do EMI e Instrumento de Autoavaliação do EMI:

8 respostas

Lisiane, parabéns pela pesquisa e pelo produto elaborado! Achei o conteúdo do caderno muito interessante e a organização favorece a leitura.

Questão 16 do instrumento está estranha, as alternativas de resposta não estão adequadas à pergunta.

O presente trabalho está com escrita objetiva bem como utiliza critérios metodológicos (entrevistas com a comunidade) e referenciais teóricos reconhecidos no campo da avaliação institucional da educação. O esforço para renovar a visão avaliativa sobre o EMI é importante tanto para o IFRS quanto para demais IF's - muitos dos quais não possuem avaliação de cursos técnicos.

A concepção de ensino está em consonância tanto em relação a proposta dos IF's (citadas pela autora) quanto as mais recentes pesquisas em educação. Assim, o Caderno de Autoavaliação do EMI e o Instrumento de Autoavaliação do EMI deverão ser utilizados e analisados pela CPA do IFRS e demais IF's de forma cônica da robustez da pesquisa prática, teórica e metodológica.

Parabenizo pelo excelente trabalho!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários





Instrumento de Avaliação do Produto Educacional

Perguntas Respostas 11

11 respostas



Não está aceitando respostas



Mensagem para os participantes

Este formulário não aceita mais respostas

Resumo

Pergunta

Individual

Utilize este espaço para sugerir as...nstrumento de Autoavaliação do EMI:

< 14 de 15 >

Utilize este espaço para sugerir aspectos a serem melhorados no Produto Educacional: Caderno de Autoavaliação do EMI e Instrumento de Autoavaliação do EMI:

5 respostas

Gostaria de aproveitar esse espaço para algumas considerações: - na primeira pergunta, para mim não ficou claro o que tu quisestes dizer com diferentes públicos. Coloquei 4 pensando em leitura pelos discentes também, pois há várias citações que são de difícil compreensão por esse público. Se o público for discentes e técnicos (além de gestores) dos outros IFs, a avaliação seria 5. - na terceira pergunta, sugiro revisar a quantidade de siglas utilizadas, buscando substituí-las por outros termos ou fazer uma redação que as reduza. Ex: na página 20, aparece 7 vezes a sigla EMI, esse número poderia ser reduzido. -

na questão 15 do instrumento, prever um espaço para não se aplica. Poderia ser junto ao indiferente, embora isso não se coadune com a escala do PAIFRS. Penso nisso pois há cursos de três anos em que as aulas são manhã e tarde, e o aluno não tem tempo de fazer os estágios. - a questão 18 do instrumento para os discentes poderia ser reformulada, pois em geral as discussões ocorrem por meio dos colegiados, onde há a participação de representantes das turmas. Mesmo que seja levada à turma pelos representantes e pelas coordenações, nem sempre os estudantes desejam participar. Poderia ser da seguinte forma: "Ao longo do tempo em que estou no curso foram disponibilizados espaços para discussões sobre o meu curso, em conjunto com professores(as) e técnico-administrativos(as) em educação?" ou "São disponibilizados espaços para discussões sobre o meu curso, em conjunto com professores(as) e técnico-administrativos(as) em educação?"

1 resposta

1) A questão 15 precisa ter uma opção "Não se aplica" para os estudantes que não fizeram estágio; 2) Eu sugeriria uma opção "Não se aplica" ou "Não tenho informações para responder" em todas as questões porque percebo que na atual avaliação institucional os estudantes marcam "Indiferente" quando não sabem responder, mas acredito que "Indiferente" é diferente de "Não sei responder" uma vez que o "Indiferente" é que não acho nem que está bom, nem que está ruim, seria um regular, enquanto "Não sei responder" é mais um problema de comunicação institucional; 3) Deixar a questão 16 um pouco mais clara. Seria uma reflexão pessoal ou uma avaliação institucional. Está perguntando se eu reflito sobre essa questão ou se a instituição possibilita instrumentos de avaliação?; 4) Durante os encontros virtuais de elaboração do Plano de ação 2021, foi sugerida a inclusão da avaliação dos técnicos-administrativos/setores do Campus; 5) Faltou a avaliação dos coordenadores de curso; 6) Faltou uma avaliação sobre o apoio psicológico fornecido pelo Campus. Este é um ponto muito importante, que influencia no aprendizado. Eu sugeriria algumas perguntas como: O Campus oferta ações sobre o tema Ansiedade de forma satisfatória? O Campus oferta ações de orientação vocacional de forma satisfatória? 7) Faltou questões relacionadas aos Núcleos de Ações Afirmativas e Acessibilidade.

1 resposta

Para uma melhora do produto educacional - que já apresenta qualidade -, de sugiro definir teoricamente os termos: 1. Sistema capitalista – visto no início do trabalho para contextualização e presente no corpo do texto em consonância o mundo do trabalho. Isto pode auxiliar pois a definição de EPT utiliza um bom levantamento histórico que remonta o período monárquico aos IFs, por este motivo a teoria e prática capitalista mudaram – industrial/financeiro e liberalismo/neoliberalismo – assim a contextualização pode incorrer em discrepância teórica e temporal. 2. Ética – definição geral já que o debate teórico próprio. Uma opção da autora pode auxiliar na compreensão da proposta nos instrumentos. As sugestões levam em consideração, também, o controle do tempo de resposta. O número de questões não é o único fator para a demora ou não ao responder, mas também a clareza dos termos - por isto definir alguns termos podem auxiliar a quem aplica e a quem responde. Parabêniso pelo excelente trabalho!

1 resposta

Sobre a questão inicial "O conteúdo do Caderno é facilmente compreendido e acessível por diferentes públicos", certamente existem estudantes que terão dificuldade de compreender. Claro que o nosso papel é ajudá-los nesse processo. Mas tanto o caderno quanto o instrumento de avaliação precisariam ser trabalhados com os estudantes. Nessa perspectiva ele é uma ótima proposta.

1 resposta

Parabéns Lisiane, excelente trabalho. Quando aprovada suhiro compartilhar com a CPA.

1 resposta

Excelente produto educacional, nesse primeiro olhar e leitura não tenho sugestões.

1 resposta





Instrumento de Avaliação do Produto Educacional

Perguntas Respostas 11

11 respostas



Não está aceitando respostas



Mensagem para os participantes

Este formulário não aceita mais respostas

Resumo

Pergunta

Individual

Utilize este espaço para comentário...nstrumento de Autoavaliação do EMI: ▾

< 15 de 15 >

Utilize este espaço para comentários sobre o Produto Educacional: Caderno de Autoavaliação do EMI e Instrumento de Autoavaliação do EMI:

3 respostas

O presente trabalho está com escrita objetiva bem como utiliza critérios metodológicos (entrevistas com a comunidade) e referenciais teóricos reconhecidos no campo da avaliação institucional da educação. O esforço para renovar a visão avaliativa sobre o EMI é importante tanto para o IFRS quanto para demais IF's - muitos dos quais não possuem avaliação de cursos técnicos. A concepção de ensino está em consonância tanto em relação a proposta dos IF's (citadas pela autora) quanto as mais recentes pesquisas em educação. Assim, o Caderno de Autoavaliação do EMI e o Instrumento de Autoavaliação do

EMI deverão ser utilizados e analisados pela CPA do IFRS e demais IF's de forma cônica da robustez da pesquisa prática, teórica e metodológica. Parabenizo pelo excelente trabalho!

1 resposta

Gostaria de dizer que a tua iniciativa é muito necessária para pensarmos o ensino médio integrado e tu estás de parabéns. Coloco-me à disposição para uma aplicação experimental junto ao curso no qual sou coordenador no momento, caso o projeto seja levado para além da proposta do instrumento. O glossário está excelente e nos ajuda a lembrar por que estamos na instituição.

1 resposta

O trabalho está muito bom e considero um instrumento valioso para avaliarmos a nossa caminhada, revermos as fragilidades e buscar alternativas para avançarmos na proposta.

1 resposta

Parabenizo pela iniciativa e pelo excelente instrumento proposto. Parabenizo também pela realização de uma qualificação voltada à melhoria da instituição.

1 resposta

Lisiane, parabéns pela pesquisa e pelo produto elaborado! Achei o conteúdo do caderno muito interessante e a organização favorece a leitura.

1 resposta

Considero que o Caderno atende aos requisitos e pressupostos que o Ensino Médio Integrado requer em sua estrutura didático pedagógica.

1 resposta

Questão 16 do instrumento está estranha, as alternativas de resposta não estão adequadas à pergunta.

1 resposta

Parabéns pelo excelente produto apresentado!

1 resposta



APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (SEGMENTO DISCENTE)

Instrumento de Avaliação do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente)

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO”, cujo objetivo geral é “Investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS”; e os objetivos específicos são: a) Realizar a análise documental relativa à legislação e às normativas do IFRS referente ao Ensino Médio Integrado; b) Analisar a percepção dos membros da CPA com relação à avaliação no IFRS; c) Analisar a percepção dos atores institucionais no que se refere à implementação do Ensino Médio Integrado nos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS; d) Criar quadro de referentes como base para definição do instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; e) Desenvolver um instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; f) Avaliar junto aos docentes, servidores técnico-administrativos e membros da CPA o produto educacional decorrente da pesquisa e o instrumento de autoavaliação de cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.

Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado ProfEPT e a pesquisa está sendo realizada nos *campi* Ibirubá e Veranópolis e com membros da CPA atual.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento da pesquisa. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida é possível realizar o contato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Agradecemos antecipadamente sua disponibilidade.

Pesquisador(a) principal: Lisiane Bender da Silveira
Telefone para contato: (54) 99957-2927
E-mail para contato: lisi.bender2@gmail.com

Pesquisadora: Prof^a. Dra. Clarice Monteiro Escott
Telefone para contato: (51) 99951-2460
E-mail para contato: clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

Orientações

Por favor, avalie as afirmativas abaixo, utilizando os seguintes critérios para o preenchimento:

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo parcialmente
- (3) Indiferente
- (4) Concordo parcialmente
- (5) Concordo totalmente

Agradecemos sua participação!

Assinale o critério que melhor descreve sua avaliação sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) pode ser utilizado para a autoavaliação dos cursos de Ensino Médio no IFRS.					
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) é de fácil compreensão.					
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) tem uma linguagem acessível.					
As questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) estão organizadas de forma a haver reflexão sobre o curso.					
Os projetos integradores e a aprendizagem advinda dos mesmos estão presentes no Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente).					
As questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) propiciam uma visão integrada de todos os aspectos do curso: técnica, geral, estágios, pesquisa, ensino, extensão, trabalho, cultura, avaliação, etc.					

Utilize este espaço para sugerir aspectos a serem melhorados Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

Utilize este espaço para comentários sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

**APÊNDICE G – RESPOSTAS DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO
INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO
(SEGMENTO DISCENTE)**

**Instrumento de Avaliação do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado
(segmento discente)**

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO”, cujo objetivo geral é “Investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS”; e os objetivos específicos são: a) Realizar a análise documental relativa à legislação e às normativas do IFRS referente ao Ensino Médio Integrado; b) Analisar a percepção dos membros da CPA com relação à avaliação no IFRS; c) Analisar a percepção dos atores institucionais no que se refere à implementação do Ensino Médio Integrado nos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS; d) Criar quadro de referentes como base para definição do instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; e) Desenvolver um instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; f) Avaliar junto aos docentes, servidores técnico-administrativos e membros da CPA o produto educacional decorrente da pesquisa e o instrumento de autoavaliação de cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.

Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado ProfEPT e a pesquisa está sendo realizada nos *campi* Ibirubá e Veranópolis e com membros da CPA atual.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento da pesquisa. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida é possível realizar o contato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Agradecemos antecipadamente sua disponibilidade.

Pesquisador(a) principal: Lisiane Bender da Silveira
Telefone para contato: (54) 99957-2927
E-mail para contato: lisi.bender2@gmail.com

Pesquisadora: Prof^a. Dra. Clarice Monteiro Escott
Telefone para contato: (51) 99951-2460
E-mail para contato: clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

Orientações

Por favor, avalie as afirmativas abaixo, utilizando os seguintes critérios para o preenchimento:

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo parcialmente
- (3) Indiferente
- (4) Concordo parcialmente
- (5) Concordo totalmente

Agradecemos sua participação!

Assinale o critério que melhor descreve sua avaliação sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
--	-----	-----	-----	-----	-----

O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) pode ser utilizado para a autoavaliação dos cursos de Ensino Médio no IFRS.					X
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) é de fácil compreensão.					X
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) tem uma linguagem acessível.					X
As questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) estão organizadas de forma a haver reflexão sobre o curso.					X
Os projetos integradores e a aprendizagem advinda dos mesmos estão presentes no Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente).				X	
As questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) propiciam uma visão integrada de todos os aspectos do curso: técnica, geral, estágios, pesquisa, ensino, extensão, trabalho, cultura, avaliação, etc.				X	

Utilize este espaço para sugerir aspectos a serem melhorados Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

Creio que o Instrumento está muito bem elaborado. Poderia, no entanto, apresentar mais questões que provocassem reflexão sobre projetos integradores e ações de ensino, pesquisa e extensão (previstas em PPC ou de projetos fomentados).

Utilize este espaço para comentários sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

O Instrumento é claro e direto, atingindo o objetivo de avaliar os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRS e a infraestrutura dos *campi* a partir da perspectiva dos estudantes. Possui linguagem acessível e perguntas claras, bem organizadas.

**Instrumento de Avaliação do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado
(segmento discente)**

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO”, cujo objetivo geral é “Investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS”; e os objetivos específicos são: a) Realizar a análise documental relativa à legislação e às normativas do IFRS referente ao Ensino Médio Integrado; b) Analisar a percepção dos membros da CPA com relação à avaliação no IFRS; c) Analisar a percepção dos atores institucionais no que se refere à implementação do Ensino Médio Integrado nos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS; d) Criar quadro de referentes como base para definição do instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; e) Desenvolver um instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; f) Avaliar junto aos docentes, servidores técnico-administrativos e membros da CPA o produto educacional decorrente da pesquisa e o instrumento de autoavaliação de cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.

Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado ProfEPT e a pesquisa está sendo realizada nos *campi* Ibirubá e Veranópolis e com membros da CPA atual.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento da pesquisa. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida é possível realizar o contato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Agradecemos antecipadamente sua disponibilidade.

Pesquisador(a) principal: Lisiane Bender da Silveira
Telefone para contato: (54) 99957-2927
E-mail para contato: lisi.bender2@gmail.com

Pesquisadora: Prof^a. Dra. Clarice Monteiro Escott
Telefone para contato: (51) 99951-2460
E-mail para contato: clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

Orientações

Por favor, avalie as afirmativas abaixo, utilizando os seguintes critérios para o preenchimento:

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo parcialmente
- (3) Indiferente
- (4) Concordo parcialmente
- (5) Concordo totalmente

Agradecemos sua participação!

Assinale o critério que melhor descreve sua avaliação sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
--	-----	-----	-----	-----	-----

O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) pode ser utilizado para a autoavaliação dos cursos de Ensino Médio no IFRS.					X
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) é de fácil compreensão.					X
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) tem uma linguagem acessível.					X
As questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) estão organizadas de forma a haver reflexão sobre o curso.					X
Os projetos integradores e a aprendizagem advinda dos mesmos estão presentes no Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente).				X	
As questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) propiciam uma visão integrada de todos os aspectos do curso: técnica, geral, estágios, pesquisa, ensino, extensão, trabalho, cultura, avaliação, etc.					X

Utilize este espaço para sugerir aspectos a serem melhorados Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

Acredito ser interessante abordar mais questões sobre os projetos integradores.

Utilize este espaço para comentários sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

Aprovo o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado, o considero completo, organizado, de fácil entendimento, abordando questões muito pertinentes.

**Instrumento de Avaliação do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado
(segmento discente)**

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO”, cujo objetivo geral é “Investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS”; e os objetivos específicos são: a) Realizar a análise documental relativa à legislação e às normativas do IFRS referente ao Ensino Médio Integrado; b) Analisar a percepção dos membros da CPA com relação à avaliação no IFRS; c) Analisar a percepção dos atores institucionais no que se refere à implementação do Ensino Médio Integrado nos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS; d) Criar quadro de referentes como base para definição do instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; e) Desenvolver um instrumento de autoavaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado; f) Avaliar junto aos docentes, servidores técnico-administrativos e membros da CPA o produto educacional decorrente da pesquisa e o instrumento de autoavaliação de cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS.

Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado ProfEPT e a pesquisa está sendo realizada nos *campi* Ibirubá e Veranópolis e com membros da CPA atual.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento da pesquisa. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida é possível realizar o contato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Agradecemos antecipadamente sua disponibilidade.

Pesquisador(a) principal: Lisiane Bender da Silveira
Telefone para contato: (54) 99957-2927
E-mail para contato: lisi.bender2@gmail.com

Pesquisadora: Prof^a. Dra. Clarice Monteiro Escott
Telefone para contato: (51) 99951-2460
E-mail para contato: clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

Orientações

Por favor, avalie as afirmativas abaixo, utilizando os seguintes critérios para o preenchimento:

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo parcialmente
- (3) Indiferente
- (4) Concordo parcialmente
- (5) Concordo totalmente

Agradecemos sua participação!

Assinale o critério que melhor descreve sua avaliação sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
--	-----	-----	-----	-----	-----

O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) pode ser utilizado para a autoavaliação dos cursos de Ensino Médio no IFRS.			xxxx	
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) é de fácil compreensão.			xxxx	
O Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) tem uma linguagem acessível.		xxxx		
As questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) estão organizadas de forma a haver reflexão sobre o curso.				xxxx
Os projetos integradores e a aprendizagem advinda dos mesmos estão presentes no Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente).			xxxx	
As questões do Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente) propiciam uma visão integrada de todos os aspectos do curso: técnica, geral, estágios, pesquisa, ensino, extensão, trabalho, cultura, avaliação, etc.		xxxx		

Utilize este espaço para sugerir aspectos a serem melhorados Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

Acredito que seria interessante fazer pesquisas constantes com os alunos e profissionais para aprimorar o instrumento de avaliação, e sempre manter os mesmos informados sobre o que consta no documento, muitos alunos quase não conhecem, ou sabem muito pouco sobre, o que prejudica na hora das autoavaliações.

Utilize este espaço para comentários sobre o Instrumento de Autoavaliação do Ensino Médio Integrado (segmento discente):

APÊNDICE H – AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFRS

SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. Autoavaliação Institucional: um olhar a partir do programa de autoavaliação do IFRS. *In*: Simpósio Avaliação da Educação Superior (Avalies 2019), 4, 2019, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: UFBA/CPA, 2019. Disponível em: http://www.avalies2019inscricao.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=118461.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFRS

AUTORA: LISIANE BENDER DA SILVEIRA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS
lisiane.silveira@ifrs.edu.br

COAUTORA: CLARICE MONTEIRO ESCOTT

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS
clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

RESUMO

O presente artigo apresenta um recorte de pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e caracterizada como pesquisa participante que tem por objetivo investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS. A pesquisa prevê ainda o desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos. A construção da base teórica apoia-se em autores como DIAS SOBRINHO (2003) e LEITE (2000), os quais consideram a avaliação institucional um processo democrático, participativo e coletivo de reflexão, produção de conhecimentos sobre a instituição, cujo processo encaminha para compreensão de conjunto e definição de ações de melhoria. No presente artigo, apresenta os resultados parciais, descrevendo a análise realizada no que se refere ao Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIFRS), publicado em 2012 pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), efetuada para o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Palavras chave: Avaliação Institucional; Autoavaliação; Instrumento de Autoavaliação; Instituto Federal; Ensino Médio Integrado .

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é o recorte de uma pesquisa de investigação para a elaboração de um produto educacional a ser desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculado à área de Ensino da CAPES, ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Por se tratar de um programa profissional, o requisito é a criação de um produto educacional, alinhado à área de Ensino, que envolva o ambiente de trabalho do estudante.

A pesquisa desenvolve-se a partir da avaliação institucional (AI) no IFRS, com o levantamento de dados sobre a AI no âmbito da instituição, visando subsidiar teoricamente o projeto.

Devido à institucionalidade própria do IFRS – e demais Institutos Federais (IFs) –, com a oferta de educação superior e educação básica, a AI, especialmente a autoavaliação, possui caracteres diferenciados de outras Instituições de Educação Superior (IES).

A avaliação institucional, interna e externa, realizada no IFRS está em consonância com o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), tendo o objetivo de avaliar a Educação Superior e a Educação Básica (Ensino Médio), uma vez que o IFRS também possui cursos técnicos de nível médio nas ofertas integrado, Proeja (Curso Técnico de Nível Médio na Educação de Jovens e Adultos), concomitante e subsequente.

No escopo da pesquisa, destacaremos a avaliação interna, ou autoavaliação, debatendo os conceitos e problematização em torno da educação profissional e tecnológica e Ensino Médio Integrado. A institucionalidade dos Institutos Federais também será referida, pois, segundo a Lei de Criação dos IFs (Lei nº 11.892/2008), essas instituições têm por objetivo e finalidade a oferta de cursos técnicos de nível médio. Nessa perspectiva, entendemos que a avaliação desses cursos precisa ser (re)pensada, buscando a consolidação e a qualidade dos mesmos. Para tanto, a metodologia que iremos apresentar aqui envolve o desenvolvimento de um Instrumento de Autoavaliação para Cursos de Ensino Médio Integrado¹.

No entanto, o foco do presente artigo consiste a análise realizada no que se refere ao Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIIFRS), publicado em 2012 pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), efetuada para o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação é um fazer pedagógico, educacional, reflexivo e humano. Avaliamos todas as ações realizadas pelos seres humanos ao mesmo tempo em que nos autoavaliamos. Independentemente da forma de construirmos referências avaliativas, avaliamos outros seres humanos nas suas atividades, ações, atitudes, trabalho, resultado e ética.

No campo da educação, a avaliação recebe uma atenção maior, visto que as políticas educacionais são definidoras de critérios para avaliação dos sistemas de ensino, impactando os currículos dos cursos. A avaliação escolar, assim, envolve os resultados, o ensino e a aprendizagem, o desempenho de estudantes e docentes e de instituições.

Diferentes países, desde a fundação das universidades na Idade Média, pensam diferentes formas de avaliar o seu sistema de ensino, avaliando a aprendizagem, a estrutura física, os estudantes e os seus docentes. No Brasil, também tivemos diversas tentativas de avaliação da Educação Superior, com a adoção de diferentes instrumentos.

Assim, em 1993, foi instituído o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). O PAIUB foi o primeiro instrumento a demonstrar a necessidade de uma forma de avaliação mais abrangente, não fragmentária, pois “[...] ao ser assumida

autonomamente pelos reitores, que valorizaram a reflexão crítica e os estudos da comunidade acadêmica, a Avaliação Institucional, no Brasil, adquiriu um significado político próprio, indissociável de sua concepção teórica e metodológica” (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000, p. 73).

Entre 1996 e 2003, porém, o governo federal realizou o Exame Nacional de Cursos, que ficou conhecido como *Provão*, instituído pela Lei nº 9.131/1995. O governo, nesse período, desconsiderou as concepções trazidas pelo PAIUB ao adotar o Provão. Segundo Escott (2008, p. 18-19):

[...] Percebe-se que o processo regulatório de avaliação no Ensino Superior proposto pelo Estado avaliador no período dos anos 90, centrado apenas em medidas quantitativas, desconsidera o processo institucional, impedindo que a IES desenvolva um processo de análise da implantação e execução do projeto acadêmico próprio, de forma a repensar constantemente suas decisões e ações em relação a seus valores e princípios éticos assumidos ou tácitos. Assim, a implantação da avaliação intensiva através do sistema de avaliação pública, que regula o ensino superior com processos e instrumentos como o Censo, o Provão, a Avaliação das Condições de Ensino - ACE, a avaliação externa de especialistas, cerceiam as IES no seu cotidiano [...].

Os padrões de qualidade do governo eram orientados em como o mercado e os órgãos de financiamento internacionais entendiam a educação superior. Dessa forma, o Provão era a realização de uma prova, considerando o desempenho do estudante, propiciando competitividade entre cursos de graduação e instituições de ensino, desconsiderando as demais dimensões pedagógicas como corpo docente, currículo, infraestrutura, etc.

Em 2004, tendo por base as reflexões oriundas pelo PAIUB, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), pensado para além de critérios avaliativos impostos internacionalmente, um sistema de avaliação que trabalhe a favor da qualidade e da responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior (IES), buscando alcançar resultados qualitativos para a melhoria dos cursos, das instituições e da educação superior brasileira.

Deste modo, a avaliação institucional, conforme definida no art. 1º da Lei de SINAES (Lei 10.861/2004), tem “o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” e por finalidade, conforme o §1º, do Art. 1º,

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Lei n. 10.861/2004).

Para Dias Sobrinho (2003, p. 46), “o processo de avaliação deve desenvolver-se nas instituições de modo contínuo, estabelecendo ciclicamente três dimensões essenciais: a) *auto-avaliação* ou *avaliação interna*, b) *avaliação externa* e c) *re-avaliação e meta-avaliação*. [...]”.

Conforme defendido pelo mesmo autor, a Lei define a avaliação institucional, interna e externa às instituições, com diretrizes, critérios, instrumentos e estratégias, para a avaliação dos cursos, instituições e estudantes dos cursos superiores das IES do Brasil.

A avaliação externa, em linhas gerais, corresponde à avaliação das instituições, através do credenciamento e credenciamento da IES; à avaliação de cursos, por meio da autorização,

reconhecimento e renovação do reconhecimento, com instrumentos específicos, atualizados recentemente; ao desempenho dos estudantes, por meio do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

A avaliação interna é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), definida na Lei como responsável pela autoavaliação institucional, com a criação de instrumentos próprios da instituição. O relatório com os resultados da autoavaliação é cadastrado no sistema do Ministério da Educação (MEC) e considerado, também, para as avaliações externas da instituição e dos cursos superiores, referendando a importância do conhecimento da IES pela própria comunidade.

A avaliação [autoavaliação] deve ser realizada pela comunidade [...] interna e externa. A auto-avaliação deve contar com ampla participação da comunidade interna, a quem, segundo decisões e normas estabelecidas institucionalmente, cabe definir os princípios, a concepção básica, o objeto, os sujeitos, procedimentos, objetivos e usos do processo avaliativo, para compreensão e melhora dos compromissos fundamentais da IES (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 46-7).

No IFRS, a avaliação institucional sempre esteve sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi), com servidores ligados aos processos de avaliação, prestando apoio aos *campi*, tanto nas avaliações externas quanto na avaliação interna. Recentemente, o Departamento de Avaliação Institucional (DAI), vinculado à Prodi, realiza estas ações. No caso da autoavaliação, realizada de forma autônoma pela CPA, o apoio é efetivado na organização, no apoio logístico e nos processos de capacitação.

Em 2010, foi criada a primeira CPA do IFRS, consoante com os objetivos definidos no SINAES, que sistematizou os critérios, o processo e definiu os participantes da autoavaliação na instituição. No primeiro processo realizado na instituição, a comunidade foi convidada a participar, englobando os estudantes dos cursos superiores de graduação e dos cursos técnicos de nível médio. A abrangência da autoavaliação em todos os níveis e modalidades possibilitou um grande engajamento por parte da comunidade acadêmica.

No primeiro instrumento proposto, prevendo as dez dimensões do SINAES, foram elencadas dezessete questões iguais para a comunidade interna dos doze *campi* existentes à época e para a reitoria. Para a comunidade externa foram nove questões. Este primeiro instrumento foi aprovado em 2010 no Conselho Superior (Consup), juntamente com o roteiro de relatório 2010 e a proposta de sensibilização da comunidade. Ainda em 2010, no mês de novembro, ocorreu a primeira edição da autoavaliação institucional no IFRS.

A partir de 2011, com a CPA estruturada e com os resultados da primeira experiência, novos aspectos passam a ser considerados ao longo de sua trajetória: avaliação do docente pelo discente (2012), autoavaliação do discente (2011), avaliação pelo egresso (2013), autoavaliação do curso (2011), criação de um sistema informatizado para autoavaliação, com sítio eletrônico próprio (2011). O instrumento também passa a ser diferenciado para cada segmento, incluindo um específico para a reitoria.

Porém, um marco para a AI no IFRS foi a criação do Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIFRS), que analisaremos a seguir.

Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIFRS)

O IFRS aprovou, pelo Conselho Superior (Consup), em 2010, o Regimento da CPA do IFRS, com a definição dos objetivos e competências da autoavaliação no âmbito da instituição,

além da Portaria N° 657, de 15 de setembro de 2010, que instituiu a Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA, com membros docentes, técnico-administrativos, discentes e comunidade externa.

A comissão definida em 2010 foi responsável pela primeira autoavaliação e pela organização dos instrumentos e documentos necessários à implementação da avaliação interna no IFRS. Dentre estes documentos, destaca-se o Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIFRS), que foi publicado em 2012, tendo sido apresentado para o Consup do IFRS naquele mesmo ano.

O PAIFRS foi organizado a partir da contextualização da instituição naquele momento, prevendo a participação de todos os atores institucionais, englobando os 12 (doze) *campi* existentes em 2012.

Encontramos, no documento, a proposta de utilizar as dimensões do SINAES alinhados à verticalização presente nas finalidades dos IFs:

É importante ressaltar que, mesmo tendo como eixo orientador as dimensões e princípios do SINAES, e acreditando como Sobrinho (2003) que a avaliação institucional deve instaurar a reflexão e o questionamento, levando à produção de sentidos, o PAIFRS busca o alinhamento à proposta verticalizada dos Institutos Federais. Para tanto, o IFRS opta por utilizar as mesmas dimensões do SINAES para avaliar todos os níveis de ensino (ensino técnico de nível médio, graduação e pós-graduação²) (IFRS, 2012, p. 7).

Assim, o documento procurou destacar as metas, objetivos, visão e missão do IFRS, por meio da análise do PDI e do Termo de Acordo de Metas (TAM), além dos indicadores e dimensões previstas no SINAES, destacando a diferenciação da instituição frente às demais IES. Para tanto, a CPA estabeleceu um amplo debate com as SPAs (Subcomissões Próprias de Avaliação³) dos diversos *campi* que compunham o IFRS, procurando um processo democrático para construção do programa.

Neste documento, ainda vigente atualmente, os elementos da avaliação institucional já estavam presentes: educação como bem público, autonomia das instituições, processos democráticos, participação de comunidade interna e externa, transformação pela educação, qualidade e pertinência.

Considerando a recente criação do IFRS, o PAIFRS assume o desafio do fomento e da consolidação de uma cultura avaliativa que se orienta pelas diretrizes do Estado como condição de regulação da educação brasileira, mas, ao mesmo tempo, busca aprofundar a reflexão colegiada e a meta-avaliação como forma de contribuir para a consolidação da qualidade escolar e acadêmica comprometida com o mundo do trabalho e com a pertinência social (IFRS, 2012, p. 8).

O PAIFRS determinou a autoavaliação, seguindo as dimensões do SINAES, a visão da Avaliação Institucional (AI) e a verticalização do ensino, sendo um dos primeiros IFs a prever a autoavaliação dos cursos técnicos. No documento, encontramos o instrumento de autoavaliação, realizado no formato *online*, para a comunidade interna e externa; a conceituação e o programa propriamente dito.

Tendo por princípio a consolidação da cultura avaliativa, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, está prevista a revisão do Programa, para exprimir a AI no IFRS de maneira global, com os processos de avaliação interna e externa, além da metaavaliação. O objetivo é (re)pensar a avaliação institucional no IFRS de forma permanente e diagnóstica, propiciando informações e referenciais para garantir a qualidade dos cursos ofertados pelo

IFRS, em todos os níveis e modalidades, consolidando a cultura da avaliação e os objetivos e finalidades dos Institutos Federais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa participante e pesquisa aplicada, prevê o desenvolvimento do produto educacional, Instrumento de Autoavaliação Institucional de Cursos de Ensino Médio Integrado, a ser integrado ao Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAIFRS).

Negrine (2010, p. 62) destaca que

Os métodos de investigação qualitativa pressupõem uma abordagem diferenciada também no que se refere à elaboração e utilização dos instrumentos de coleta de informações. [...] Em síntese, a pesquisa qualitativa tem como pressuposto científico manipular informações recolhidas, descrevendo e analisando-as, para num segundo momento interpretar e discutir à luz da teoria [...].

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 40), a pesquisa participante “caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas”. Ainda citam como exemplo de resultado da pesquisa participante “o estabelecimento de programas públicos” (*op. cit.*, 2010, p. 40).

Enquanto que para Severino (2007, p.120), a pesquisa participante:

É aquela que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados.

Para este artigo, tomou-se o resultado da primeira etapa da pesquisa correspondente à análise dos documentos que referenciam a autoavaliação (PAIFRS, Regimento da CPA) e a formulação e alteração dos PPCs no IFRS. Chaumir (1974 apud BARDLN 1977), ao referir-se à análise documental, afirma que “podemos defini-la como ‘uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência’”.

Os documentos analisados servirão para compreender como o processo de autoavaliação se desenvolve na instituição.

4. RESULTADOS

Os resultados obtidos auxiliam na investigação dos referentes para a criação de um instrumento de autoavaliação para cursos de Ensino Médio Integrado, demonstrando que o IFRS já está trabalhando para o fortalecimento da cultura avaliativa na instituição.

O PAIFRS foi estruturado em seis capítulos, além dos seus anexos. Nestes capítulos, a CPA buscou organizar a autoavaliação de maneira a evidenciar a importância de um planejamento a longo prazo, participativo e democrático. Sua estrutura traz a contextualização do IFRS em 2012, as concepções sobre a Avaliação Institucional, os objetivos do Programa, o

Programa e sua relação com o SINAES e o instrumento de avaliação. Importante ressaltar o estabelecimento do princípio da descentralização da autoavaliação do IFRS, pois cada CPA local é responsável pela execução da avaliação interna no seu *campus*. Dessa forma, cada *campus* possui seu próprio relatório, que compõe, posteriormente, o relatório final da Instituição, enviado ao MEC.

Os instrumentos de autoavaliação que constituem o PAIFRS são disponibilizados no formato *online* para a comunidade interna, em programa desenvolvido pelo Departamento de TI da Instituição. Para a comunidade externa, o instrumento é disponibilizado no formato *off line* e enviado via correio eletrônico para as famílias dos alunos, bem como para instituições públicas e privadas parceiras ou mesmo em formato físico quando necessário (IFRS, 2012, p. 14).

Define-se, assim, uma avaliação plural, *multicampi*, que envolve a comunidade acadêmica como um todo. Os instrumentos de autoavaliação são: autoavaliação institucional – comunidade interna; autoavaliação do curso; autoavaliação discente; avaliação pela comunidade externa; avaliação docente; avaliação de egressos (IFRS, 2012). Estes instrumentos procuram ser capazes de avaliar a instituição. Além disso, atualmente, estão sendo revisados e atualizados, pois a CPA realiza uma revisão periódica em seus instrumentos, buscando sanar dificuldades encontradas e avaliar seus processos.

De forma clara, o PAIFRS permanece indicando o caminho para a autoavaliação, para a criação de instrumentos e para a atuação da CPA. Os pilares da AI no IFRS estão bem apresentados no documento.

A atualização prevista para ocorrer no Plano de Desenvolvimento Institucional deverá qualificar o trabalho desenvolvido pela primeira CPA, acrescentando instrumentos e processos necessários às transformações e crescimento acadêmico do IFRS desde 2012.

[...] A busca de novas estratégias para a construção das [instituições] públicas em bases inovadoras, preservando sua vocação pública a serviço de suas respectivas sociedades nos níveis regional, nacional e internacional, supõe não só uma atitude criativa diante dos novos dilemas, como também a procura da melhoria da qualidade, da pertinência e da equidade (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000, p. 24).

Dias Sobrinho (2003, p. 47) refere que a autoavaliação é “[...] um processo social e coletivo de reflexão, produção de conhecimentos sobre a [instituição], compreensão de conjunto, interpretação e trabalho de melhora”. A autoavaliação, vista dessa forma, compreende um processo de consulta coletiva sobre a instituição, englobando a comunidade acadêmica que avalia o trabalho realizado e a sua qualidade frente à sociedade.

[...] A qualidade é um juízo valorativo que se constrói socialmente e, em consequência, implica escolha de um sistema valorativo em um determinado espaço social. Se esses pressupostos são aceitos, não se pode discutir a problemática da qualidade sem considerar sua relação com a pertinência da educação superior e de ambas com os processos de avaliação institucional (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000, p. 24).

Percebe-se que o IFRS oportuniza a participação dos estudantes do EMI na autoavaliação institucional, em um instrumento igual para todos os níveis e modalidades, fazendo, assim, com que todos trabalhem e reflitam sobre a qualidade da instituição. Apesar desse fato ser uma conquista e um diferencial para a instituição, o ensino médio não recebe um

olhar diferenciado. A pesquisa proposta, recorte deste artigo, pretende propor um instrumento específico, alinhado ao SINAES e ao PAIFRS.

5. CONCLUSÃO

Embora estes sejam os primeiros dados levantados na investigação, podemos refletir que um longo caminho está sendo pensado, um caminho para fortalecer a cultura avaliativa na instituição, pensada a partir do SINAES, mas que o transcenda na regulação, pois

[...] Afinal, avaliação para quê? O que se pretende saber, em última instância, é se aquela instituição universitária concreta está cumprindo a sua missão pública. Tal perspectiva parece fundamental: cumprir a missão pública dever ser o critério básico do processo avaliativo. Ana Maria Saul (1988), prefere falar de “avaliação emancipatória”, no sentido de que a universidade está voltada para aquela utilidade social, sem a qual sua missão pública não é pertinente. Esses dois conceitos são correlatos: “somente uma avaliação emancipadora será capaz de avaliar adequadamente se a universidade está cumprindo sua missão pública na formação de profissionais, na realização de suas pesquisas e na geração e transmissão de conhecimento”. Independentemente do desempenho individual do professor ou do departamento, a instituição deve ser vista em sua globalidade, também para avaliar se a universidade está cumprindo sua função de serviço público aberto à sociedade (LEITE; TUTIKIAN; HOLZ, 2000, p. 74).

A avaliação institucional deve propiciar o conhecimento da instituição, ampliando sempre o escopo da autoavaliação, para entender a sua institucionalidade e cumprir seu papel de instituição pública, de qualidade e pertinente à sociedade em que se insere. No IFRS, o processo de autoavaliação vem contribuindo, efetivamente, para a consolidação da sua missão. A complexidade de uma instituição *multicampi* e com oferta de ensino, pesquisa e extensão verticalizados, vem exigindo dos atores institucionais e, especialmente, dos envolvidos nas Comissão Própria de Avaliação e Departamento de Avaliação Institucional o esforço para a realização da metaavaliação e aprimoramento do Programa de Autoavaliação Institucional.

REFERÊNCIAS

BARDLN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Diário Oficial da União, n. 72, de 15 de abril de 2004, Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2008.

DIAS SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo I. (Org.). **Avaliação e Compromisso Público: A Educação Superior em Debate**. Florianópolis: Insular, 2003.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Currículos, pedagogia e avaliação em Cursos de Enfermagem e de Direito**: influências do discurso regulador geral e do discurso recontextualizador. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008, Porto Alegre, BR-RS.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 2, n. 0, p. 0, 2009.

IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2013**. Bento Gonçalves/RS: 2018. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-FINAL-2018_Arial.pdf. Acesso em: 26 jul. 19.

IFRS. **Programa de Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – PAIFRS**. Bento Gonçalves/RS: 2012. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/11itb1Jom0o8RstDbp9K_XaUQvExZQ6PN/view. Acesso em: 26 jul. 19.

LEITE, Denise; TUTIKIAN, Jane; HOLZ, Norberto. **Avaliação & Compromisso: Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: NETO, Vicente Molina; TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (Org.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

¹ Segundo a LBD 9394/96, a modalidade é chamada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Articulada Integrada (Art. 36C, inciso I) e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Art. 39, inciso II). Nos documentos oficiais relativos aos Institutos Federais (IFs), percebe-se a nomenclatura Ensino Médio Integrado. Assim, na pesquisa e no artigo, optou-se por chamar de Ensino Médio Integrado (EMI), visto tratar-se de IFs.

² Importante salientar que, nesse momento histórico, o IFRS ofertava apenas cursos de pós-graduação *lato sensu*.
³ No primeiro Regimento da CPA do IFRS, as comissões locais eram chamadas de Subcomissão Própria de Avaliação (SPAs). Com a publicação e atualização do Regimento da CPA em 2015, as SPAs passaram a ser chamadas de Comissão Própria de Avaliação local.

APÊNDICE I – ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO

SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. Ensino Médio Integrado: uma proposta de autoavaliação. *In: ScientiaTec*, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p: 122-146, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4134>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Ensino Médio Integrado: uma proposta de autoavaliação

Lisiane Bender da Silveira

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS))
(lisiane.silveira@ifrs.edu.br)

Clarice Monteiro Escott

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Porto Alegre
(clarice.escott@poa.ifrs.edu.br)

Resumo: O presente artigo é um recorte de pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e caracterizada como pesquisa participante que prevê o desenvolvimento de dois produtos educacionais: um instrumento de autoavaliação para cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) e um vídeo que contribua para a capacitação sobre autoavaliação e EMI. O objetivo principal é investigar os indicadores necessários para a avaliação dos cursos de Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS. A construção da base teórica apoia-se em autores como Ramos (2005), Frigotto (2005; 2015), Ciavatta (2005) e Moura (2007; 2010; 2015), os quais sustentam a compreensão da educação integral, do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio científico, articulando os conhecimentos técnicos e propedêuticos. A pesquisa está em andamento. Nesse espaço, apresenta os resultados parciais, descrevendo a análise realizada no que se refere à Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), aprovada pelo Conselho Superior (Consup) do IFRS, em 05 de junho de 2019, bem como refletir sobre ensino médio no Brasil, suas características e percurso histórico. A pesquisa contida neste artigo pode ser classificada como qualitativa e a produção de dados se dará por análise documental da Política Institucional, aliada à legislação vigente sobre ensino médio. Salienta-se a integração de conceitos e concepções da Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS com os principais autores que trabalham, pensam e problematizam o Ensino Médio Integrado no Brasil.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Instituto Federal; Autoavaliação.

Integrated High School: a proposal of self-evaluation

Abstract: This article is part of an applied research, of qualitative approach and classified as participant research, that envisages the development of two educational products: a self-evaluation instrument for Integrated High School (EMI) courses and a video that contributes to the professional qualification on self-evaluation and Integrated High School. The main objective is to investigate the indicators needed for the evaluation of EMI courses at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul - IFRS. The construction of the theoretical foundation is based on the authors Ramos (2005), Frigotto (2005; 2015), Ciavatta (2005) and Moura (2007; 2010; 2015), that sustain the understanding of integral education, work as an educational principle and research as a scientific principle, articulating the technical and propaedeutic knowledge. The research is still in progress, not having a conclusion to be revealed yet. Here, partial results are presented, describing the analysis performed regarding the Institutional Policy for the Integrated High School Courses from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS), approved by the Superior Council (Consup) of IFRS, on 05 June 2019, as well as reflecting on high school education in Brazil, its characteristics and historical journey. The research contained in this article is classified as qualitative and the data production will be carried out by documentary analysis of both the Institutional Policy and the current legislation on Integrated High School. It emphasizes the integration of concepts and conceptions of the Institutional Policy for the Integrated High School Courses from IFRS with the main authors who work, think, and problematize the Integrated High School in Brazil.

Keywords: Integrated High School; Federal Institute; Self-evaluation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é o recorte de um projeto de pesquisa para investigação e desenvolvimento de dois produtos educacionais a serem desenvolvidos no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, vinculado à área de Ensino da CAPES. Por se tratar de um programa profissional, o requisito é o desenvolvimento de um produto educacional, alinhado à área de Ensino, que envolva o ambiente de trabalho do estudante.

Minha pesquisa, então, desenvolve-se a partir da avaliação institucional, setor de trabalho em que me insiro na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), tendo como propósito a criação de dois produtos educacionais: um vídeo que possa contribuir para a capacitação sobre Ensino Médio Integrado (EMI) e Autoavaliação e um Instrumento de Autoavaliação Institucional de Cursos de Ensino Médio Integrado.

A construção da base teórica apoia-se em autores como DIAS SOBRINHO (2003) e LEITE (2000), os quais consideram a avaliação institucional um processo democrático, participativo e coletivo de reflexão, produção de conhecimentos sobre a instituição, cujo processo encaminha para compreensão de conjunto e definição de ações de melhoria. Em relação ao EMI, a pesquisa considera autores como RAMOS (2005), FRIGOTTO (2005; 2015), CIAVATTA (2005) E MOURA (2007; 2010; 2015), os quais sustentam a compreensão da educação integral, do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio científico, articulando os conhecimentos técnicos e propedêuticos.

No desenvolvimento da pesquisa, farei entrevistas com servidores do IFRS que (re)formularam o Projeto Pedagógico de Cursos (PPC) de Ensino Médio Integrado, buscando identificar quais referentes são necessários para a definição de critérios e indicadores avaliativos. Além dos atores institucionais, entrevistarei os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRS, sobre a autoavaliação realizada na instituição. A produção e edição de um **vídeo com as entrevistas, visando à capacitação sobre ensino médio integrado e a autoavalição**, será uma etapa de pesquisa e, também, um produto educacional resultante deste processo.

A partir do quadro de referentes, com a definição dos critérios e indicadores, será possível a criação de um **instrumento de autoavaliação institucional do**

Ensino Médio Integrado para ser avaliado por servidores docentes e técnicos-administrativos envolvidos com o Ensino Médio Integrado no IFRS.

Para Leite, Tutikian e Holz (2000, p. 73), “a avaliação institucional passou a ser uma rotina indispensável ao aperfeiçoamento acadêmico, à melhoria da gestão universitária [instituição de ensino] e à prestação de contas do uso dos recursos públicos”.

Em razão da institucionalidade do IFRS, a avaliação referida no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), tem sido realizada em todas as ofertas quando se trata da avaliação institucional interna, ou autoavaliação, envolvendo toda a comunidade acadêmica da Educação Superior e da Educação Básica (Ensino Médio-EM), em cursos de graduação e em cursos técnicos de nível médio nas ofertas integradas, Proeja (Curso Técnico de Nível Médio na Educação de Jovens e Adultos), concomitante e subsequente.

O Ensino Médio Integrado surge como a tentativa da “travessia” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005) entre um EM propedêutico e técnico, buscando alcançar a educação omnilateral¹, ou seja, uma educação que seja a formação do ser humano em todas as suas dimensões, não apenas de ensino técnico e geral.

Dessa forma, em muitos Institutos Federais (IFs), temos a oferta de cursos de EMI. No IFRS, também há oferta de EMI nos 15² dos 17 *campi* da instituição. Com a Reforma do Ensino Médio, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394/1996 e culminou na publicação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), com capítulo voltado ao Ensino Médio, é necessário fortalecer as ofertas de cursos existentes, em especial no IFRS.

Para auxiliar no fortalecimento de ofertas de cursos, é necessário a avaliação das ofertas, observando sua qualidade, considerando o modo como a instituição trabalha a sua relação com a sociedade. Pensando em EMI, a qualidade será percebida em como se dá a sua relação com os atores institucionais e a formação integral.

¹ Omnilateralidade: formação humana integral. “Ao tratar da educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação omnilateral (sic)” (MOURA, LIMA FILHO, SILVA, 2015, p. 1060).

² São dezesseis *campi* quando consideramos a oferta integrada, porém nesta pesquisa estou trabalhando apenas com a oferta integrada ao ensino médio, não considerando os cursos de educação de jovens e adultos, caso do Proeja. Há previsão de oferta de EMI em 16 *campi* a partir de 2020.

Assim, a pesquisa busca investigar os indicadores necessários para avaliação dos cursos de EMI com vistas ao desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação para esses cursos no IFRS, tendo como problema de pesquisa: *em que medida os indicadores emanados da percepção dos docentes e técnicos envolvidos pode contribuir para a produção de um instrumento de avaliação e de um vídeo que contribuam para a qualidade desse nível de ensino no IFRS?*

No entanto, no escopo deste artigo, trarei as reflexões sobre o Ensino Médio Integrado, a partir da análise da “Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)”, aprovada pelo Conselho Superior (Consup) do IFRS em 05 de junho de 2019 e algumas reflexões sobre o EM no Brasil, suas características e percurso histórico, incluindo o período correspondente à criação dos Institutos Federais e a formação integral, projeto para uma educação mais ampla, voltada aos ideais humanísticos, não apenas ao atendimento às demandas do mercado.

Ensino Médio

O Ensino Médio (EM), atualmente a última etapa da educação básica brasileira, sofreu diversas alterações ao longo de sua história. Assim, inicio este item com uma contextualização a respeito do ensino médio no país, destacando algumas alterações importantes que irão direcionar este tipo de oferta até os dias atuais.

Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases brasileira, a Lei nº 4.024/1961, a educação brasileira é estruturada em três graus distintos: primário, médio e superior (MOURA, 2010). O ensino primário era obrigatório a partir de 7 anos de idade, com exame de admissão para o ginásial. Enquanto que a

[...] educação de grau médio, composta de dois ciclos: ginásial (11 aos 14 anos) e colegial (15 aos 17 anos), ambos abrangendo cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o primário e pré-primário, sendo os dois últimos de caráter profissionalizante e o primeiro de cunho propedêutico. [...] (MOURA, 2010, p. 67).

Essa forma de estruturar a educação brasileira propiciou a possibilidade de cursar o terceiro grau (ensino superior) tanto para os estudantes do curso profissionalizante quanto para os estudantes do curso propedêutico. Os cursos propedêuticos permaneciam voltados àqueles que iriam continuar sua formação com

o ensino superior, enquanto que os cursos profissionalizantes visavam o atendimento aos filhos de operários e trabalhadores rurais.

Na década de 70, época do Regime Militar, ocorre uma das principais alterações no EM:

Em 1971, sob a égide do governo militar, há uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº 5.692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus –, a qual se constituiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio brasileiro como sendo profissionalizante para todos. Essas mudanças implementadas pela referida Lei concentraram-se na educação de grau primário e de grau médio, mais especificamente nos cursos que até então se denominavam primário, ginasial e colegial, os quais passam a ser denominados de 1º grau e 2º grau, sendo que o 1º grau agrupou o primário e o ginasial e o 2º grau absorveu o colegial (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1496).

Nesse período, “a educação passou a ser considerada prioritária para o governo” (MOURA, 2010, p. 67), ou seja, era através da educação básica que o governo pretendia alavancar o desenvolvimento do país. Mais especificamente, o governo pretendia responder aos questionamentos da população por mais qualificação e educação, com um EM que preparasse os jovens, filhos da classe operária, para o mercado de trabalho (MOURA, 2010).

Dessa forma, especialmente a partir da reforma de 1971, o EM é considerado a transição da educação básica para o mundo do trabalho e direcionado à maioria da população, enquanto que, para os filhos da elite, continua a ser a transição para o Ensino Superior, confirmando a dualidade estrutural característica da educação profissional até então:

[...] do ponto de vista formal, a Lei nº 5.692/71 surge no sentido de eliminar tal dualidade [entre a educação básica e educação formal] ao tornar compulsória a profissionalização ao nível de 2º grau – última etapa da educação básica. Ou dito de outra forma, segundo a lei o ensino de 2º grau seria profissionalizante, a partir de então, em todas as escolas públicas e privadas do país.

[...] na prática, o caráter obrigatório se restringiu ao âmbito público, notadamente nos sistemas de ensino estadual e federal. Enquanto isso, as escolas privadas continuaram, em sua absoluta maioria, com os currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes, visando ao atendimento às elites (MOURA, 2010, p. 68).

Falta de recursos e dificuldades operacionais nas escolas estaduais vão ocasionando a erosão desse formato de profissionalização obrigatória. Nas escolas

federais, no entanto, com um pouco mais de recursos, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) seguia existindo. Em 1982, a promulgação da Lei nº 7.044/1982, “acaba por reestabelecer a modalidade de educação geral, por vários motivos, dentre os quais, as dificuldades em implementar o modelo e pela não concretização do milagre econômico nos patamares esperados de desenvolvimento” (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1497).

Aos poucos, de forma persistente, a profissionalização do EM vai diminuindo, restando apenas em algumas escolas estaduais e em escolas federais que foram criadas para este fim. É nesse contexto que a *nova* LDB (Lei nº 9394/1996) vai ser constituída.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) chamam a atenção para a disputa política e ideológica presente na construção da proposta da LDB vigente. Embora houvesse indicativos de uma lei voltada à formação integral, ela acabou redigida e aprovada de acordo com os interesses neoliberais, voltada ao interesse do capital econômico, pautada pela dualidade estrutural de separação entre o público e privado; propedêutico e profissional; técnica e prática.

Essa definição levou a perda de um sentido de educação integral, que formasse estudantes nos aspectos artísticos, sociais, tecnológicos e culturais, pois a educação profissional é apartada da educação básica, com capítulo próprio, tendo como resultado que “quaisquer possibilidades de articulação entre o ensino médio e a educação profissional podem ser realizadas, assim como a completa desarticulação entre eles” (MOURA, 2010, p. 71).

Aprofundando a dualidade estrutural, o Decreto nº 2.208/1997 torna obrigatória a separação entre educação propedêutica e profissional no ensino médio. As Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETS), que trabalhavam com ensino médio e educação profissional, viram o orçamento diminuir e, com a Portaria nº 646/1997, surgiu a obrigação legal de diminuir o número de vagas ofertadas (MOURA, 2010).

O Decreto nº 5.154/2004 revoga essa obrigatoriedade, lançando as bases para a possibilidade de oferta do ensino médio e cursos técnicos. Em 2008, essa possibilidade toma força com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência

e Tecnologia (IFs), que possuem em suas finalidades a oferta de cursos técnicos e cursos de ensino médio integrado³, que serão discutidos nos próximos itens.

Em 2012, há a promulgação da Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Essa resolução traz

[...] o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio [...] (Res. 6/2012, art. 1º, Parágrafo único).

Além disso, a resolução traz o conceito de itinerário formativo para a educação profissional de nível médio, no art. 3º:

§ 3º Entende-se por itinerário formativo o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas.

Atualmente, no entanto, o ensino médio passa pela “Reforma do Ensino Médio”, que consta do documento Base Nacional Curricular Comum (BNCC), “Etapa do Ensino Médio”.

Em 2017, o que se percebe é a adoção da ideia de itinerário formativo para o ensino médio, sem a contextualização proposta pela Resolução nº 06/2012. A Lei nº 13.415/2017 altera a LDB nº 9394/96, acrescentando uma nova estrutura curricular para o ensino médio, formado pela BNCC e itinerários formativos:

Art. 36 . O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

³ Lei de Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, juntamente com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), art. 7º, inciso I.

V - formação técnica e profissional.

Dessa forma, há uma fragmentação na estrutura curricular do EM, deixando a cargo de cada sistema de ensino a sua configuração, porém sem dar garantias para que os mesmos possam ofertar todos os itinerários. Essa proposta parece retomar a experiência vivida no Brasil na década de 70, quando as escolas privadas ofertavam a educação geral, enquanto que as escolas públicas, por falta de recursos, ofertaram cursos com baixo investimento, resultando em uma grande diferença entre os estudantes da elite brasileira e os estudantes das escolas públicas. Os itinerários formativos propostos na alteração da LDB em 2017 podem gerar a mesma dificuldade e fragmentação.

Interessante ressaltar o conceito de itinerário formativo no texto da Base Nacional Curricular Comum (2017, p. 468):

No Brasil, a expressão “itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às formas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional.

Além disso, enquanto a Lei nº 13.415/2017 traz uma nova organização para o currículo do EM, a Resolução nº 06/2012 continua vigente. Assim, a EPT no país e o EMI estão existindo (ou resistindo), dentro de instituições de ensino no país.

A BNCC é voltada para toda a educação básica, tendo nos seus fundamentos pedagógicos o foco no desenvolvimento por competências e educação integral, segundo o documento.

Ramos (2005), ao definir a pedagogia das competências, alerta que essa forma de organizar o currículo prescinde o conteúdo pelo *ser capaz de*, colocando a importância do conhecimento a ser adquirido nos processos cognitivos. Segundo a autora (2005, p. 118),

O homem não é somente um ser cognitivo (capaz de desenvolver os esquemas mentais) mas também epistêmico (cuja natureza compreende a capacidade e a necessidade aprender). Sendo assim, os conteúdos da prática pedagógica continuam sendo os saberes a serem ensinados/aprendidos por meio de um processo que,

necessariamente, implica a mobilização de capacidades cognitivas, mas não se limitam a elas, pois essa mobilização depende dos saberes.

O ensino por competências torna o currículo engessado no que o aluno deve ser capaz de fazer, sem, por isso, destacar o que ele deve aprender, reduzindo os conteúdos a técnica, ao saber fazer.

Sobre o ensino médio, especificamente, a BNCC traz o seguinte texto:

As competências e habilidades da BNCC constituem a formação geral básica. Os currículos do Ensino Médio são compostos pela formação geral básica, articulada aos itinerários formativos como um todo indissociável, nos termos das DCNEM/2018 (Parecer CNE/CEB nº 3/2018 e Resolução CNE/CEB nº 3/2018).

A educação integral proposta no documento, pouco tem de *integral*, pois separa a educação geral básica e os itinerários formativos, aprofundando a dualidade estrutural da educação básica e profissional, que ainda não conseguimos superar.

O ensino por habilidades e competências torna-se o protagonista da organização dos currículos propostos na reforma, aliadas a um “projeto de vida⁴”, que irá aprofundar as desigualdades e a dualidade estrutural em torno da formação básica e da formação técnica, pois escolas que não possuem estrutura consolidada não terão como ofertar “itinerários formativos” plurais para os estudantes.

De Lima Araujo e Frigotto (2015, p. 77) traduzem de forma completa a problemática das competências:

[..] A Pedagogia das Competências, por exemplo, tomou essa integração como uma das suas principais promessas, mas fazia isso presa à realidade dada, ou seja, o seu conteúdo pragmático lhe impunha pensar essa integração visando ao ajustamento da formação humana às demandas específicas e pontuais do mercado de trabalho, diferente da integração proposta pelo projeto hoje identificado como Ensino Médio Integrado, que compreende essa integração sendo amalgamada pela ideia de transformação social.

Ao retomar a ideia de competências, o ensino médio pode ficar restrito à aprendizagem de técnicas apenas com o intuito de atender ao *mercado de trabalho*.

⁴ Redação da BNCC.

O ensino médio no Brasil pode ficar mais distante da realidade dos jovens, filhos dos operários, e inviabilizar uma educação integral para a maioria da população.

Veremos, então, como se constituem os IFs e de que forma eles podem trazer propostas diferentes de ensino médio e educação profissional.

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT), juntamente com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foi criada por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Instituída a Rede, os IFs são definidos no art. 2º como

instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, Lei nº 11.892/2008).

Dessa forma, os IFs têm seu foco na educação básica, notadamente o ensino médio, conjugando a educação profissional e propedêutica prioritariamente. São criados, a partir disso, cursos de tecnologia (ensino superior), licenciaturas e cursos técnicos de nível médio.

Os institutos federais podem atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, devendo articular, em experiência institucional inovadora, todos os princípios fundamentais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE): visão sistêmica da educação; enlace da educação com o ordenamento e o desenvolvimento territorial; aprofundamento do regime de cooperação entre os entes federados em busca da qualidade e da equidade. Em especial, esse arranjo educacional abre novas perspectivas para o ensino médio-técnico, por meio de uma combinação do ensino de ciências, humanidades e educação profissional e tecnológica (PACHECO, 2009, p. 8-9).

Os cursos técnicos de nível médio podem ser integrados, concomitantes, subsequentes ou Proeja. Os cursos ofertados na modalidade concomitante destinam-se aos jovens que estudam o ensino médio em outras escolas e realizam a formação técnica no IF. Os cursos subsequentes são ofertados para estudantes que

já concluíram o ensino médio e procuram uma formação técnica. Quanto ao Proeja, são cursos ofertados para “o público da educação de jovens e adultos” (redação da Lei nº 11.892/2008), de forma integrada entre o ensino médio e a formação técnica. O ensino médio integrado, que será discutido em item específico, deve conjugar o ensino médio propedêutico e a formação técnica de forma integrada.

Além disso, como finalidades e características, os IFs possuem a oferta de [...] educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; [...] (BRASIL, Lei nº 11.892/2008, Art. 6º).

Essas características e finalidades, dentro outras, tornam os IFs instituições únicas, voltadas aos compromissos com as localidades em que estão inseridos, procurando ofertar cursos de diversas modalidades para inserção dos estudantes no mundo do trabalho, não apenas como *mão de obra* qualificada, pois trazem uma formação para a construção da cidadania.

Para Pacheco (2010, p. 3),

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede à qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

Quanto aos objetivos, além da oferta de cursos nas modalidades já mencionadas, há previsão de atividades de pesquisa e extensão; oferta de cursos de pós-graduação e de formação continuada (BRASIL, Lei nº 11.892/2008, art. 7º, incisos II a VI).

Para a presente pesquisa, no entanto, o primeiro objetivo toma centralidade: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, Lei nº 11.892/2008, art. 7º, inciso I).

Não é por acaso que a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio está colocada em primeiro lugar no elenco dos objetivos dessas instituições. Há a implícita intencionalidade de que os Institutos tenham sua maior atuação nesse nível de formação (o que é confirmado no artigo 8º da presente Lei 5). Tal o direcionamento é aliado ao interesse de que sejam ofertados prioritariamente na forma integrada ao ensino médio [...] (SILVA, 2009, p. 42).

Qual formação integral procuramos? No próximo item, discutirei o conceito de formação integral e, posteriormente, como a formação integral se encontra com o ensino médio.

Formação Integral

A formação integral ou educação integral é uma concepção de educação que vem sendo discutida ao longo da história da própria educação. Diversos autores tratam sobre o tema, produzindo conhecimento e reflexões sobre uma formação mais abrangente, percebendo a omnilateralidade do indivíduo: o ser humano integralmente desenvolvido nas dimensões do trabalho, cultura, educação, tecnologia e cidadania.

Marx e Gramsci, Nosella, Saviani, Kuenzer e Frigotto são alguns dos teóricos que nos auxiliam a pensar a formação integral do indivíduo (MOURA, LIMA FILHO, SILVA, 2015), a partir da visão marxista de educação.

Para Marx, segundo Saviani (2007), o conceito pode variar entre *educação tecnológica* ou *politecnia*, no entanto, o conceito presente na obra Marx aponta para uma formação que alie educação prática e técnica com educação intelectual, envolvidas, ainda, a cultura e corpo (saúde).

[...] Contudo, para além da questão terminológica, isto é, independentemente da preferência pela denominação “educação tecnológica” ou “politecnia”, é importante observar que, do ponto de vista conceitual, o que está em causa é um mesmo conteúdo. Trata-se da união entre formação intelectual e trabalho produtivo, que no texto do Manifesto aparece como “unificação da instrução com a produção material”; nas Instruções, como “instrução politécnica que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de

⁵ Nota: Art. 8º: No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

produção”; e n’O capital, se enuncia como “instrução tecnológica, teórica e prática” (SAVIANI, 2007, p. 162).

Assim, o que se pretende é entender a concepção de educação como formação politécnica, conceito defendido por Marx, a qual se daria pela formação física, intelectual e tecnológica (técnica).

A partir dessa concepção, outros autores foram elencando suas percepções, trazendo-nos o que consideram como formação integral. Para esta pesquisa, acredito que a politecnicidade seja a melhor forma de pensarmos na formação e educação integral na perspectiva do trabalho, a partir do conceito desenvolvido por Saviani (2003, p. 140):

[...] diz respeito ao **domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno**. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica [...]⁶.

Porém, a formação integral avança além da questão do trabalho, pois o ser humano integral não é apenas o trabalho, mesmo quando entendido como, conforme apresenta Saviani (2007, p. 154): “[...] a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. [...]”. Apesar do homem constituir-se pelo trabalho, Pacheco (2015, p. 28), complementa que “a formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência e a cultura”.

Pensando em trabalho, ciência e cultura, avançamos para a ideia de uma educação integral no Brasil. Os IFs possuem na sua identidade a necessidade de oferta de ensino médio, prioritariamente na forma integrada⁷.

Nos IFs, a proposta de EMI deve refletir a necessidade de uma educação politécnica, com a formação integral do ser humano, superando a dualidade histórica e estrutural, enquanto agentes da educação brasileira. Moura (MOURA, 2010, p. 78), ao refletir sobre o ensino médio, a partir das primeiras experiências dos IFs, confirma que

⁶ Grifos meus.

⁷ Lei nº 11.892/2008, art. 7º, inciso I.

Finalmente, é preciso ter claro que essa gradativa expansão da oferta de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio não visa, em princípio, à sua universalização. Todavia, objetiva sedimentar as bases, plantar as sementes de uma futura educação politécnica ou tecnológica, essa sim deverá ter caráter universal (além de ser pública, gratuita, laica e de qualidade), mas só poderá ser implantada quando as condições objetivas da sociedade brasileira assim o permitirem. Enquanto isso, a prioridade deverá ser consolidar essa oferta que conjuga ensino médio e educação profissional na perspectiva da formação integral dos sujeitos que a ela tiverem acesso.

Atualmente, em 2019, o EMI na rede federal já avançou desde as primeiras reflexões. Hoje encontramos 1.996 cursos de EMI no país, com 223.716 matrículas⁸. Nas discussões, apresentarei como a educação integral e o ensino médio estão organizados no país e quais as concepções que lhe dão origem.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa para o desenvolvimento dos produtos educacionais, Instrumento de Autoavaliação Institucional de Cursos de Ensino Médio Integrado e vídeo que contribua para a capacitação sobre EMI e autoavaliação, está caracterizada como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e de abordagem pesquisa participante.

Severino (2007, p. 120), conceitua a pesquisa participante como:

[...] aquela que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 40) entendem que a pesquisa participante “caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas”.

No caso desta pesquisa, a participação será a partir do envolvimento direto da pesquisadora com os envolvidos nos *campi* Ibirubá e Veranópolis do IFRS, pois os indicadores para a construção dos produtos educacionais serão definidos a partir das entrevistas com os servidores técnicos-administrativos e docentes que

⁸ Dados da Plataforma Nilo Peçanha de 2019, Ano Base de 2018. Disponível em: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2019/>. Acesso em: 23 abr.2019.

formularam e reformularam os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) Técnicos na oferta do Ensino Médio Integrado do IFRS, além das entrevistas com membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Como resultado desta pesquisa, haverá o desenvolvimento de um instrumento de autoavaliação institucional e de um vídeo, que subsidiarão a avaliação interna e serão o retorno da pesquisa para a comunidade pesquisada, contemplando a concepção da pesquisa aplicada: “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Além disso, farei a análise dos documentos que referenciam a autoavaliação, a formulação e alteração dos PPCs no IFRS, legislação, políticas e normativas institucionais.

Neste artigo, os resultados parciais apresentados se referem a etapa da análise documental, sendo que a análise está concentrada na Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS. Para Chaumir (1974 apud BARDLN 1977), a análise documental é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

Os documentos analisados servirão para compreender como o processo de autoavaliação se desenvolve na instituição; como se dá a formulação de um PPC de EMI; como esses temas estão desenvolvidos nos documentos oficiais, entre eles a Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

A abordagem da pesquisa será qualitativa, pois, a partir dos referenciais encontrados, analisarei as informações colhidas, interpretando-as a partir do referencial teórico, confirmando ou negando as ideias e objetivos iniciais.

Negrine (2010, p. 62) entende que

Os métodos de investigação qualitativa pressupõem uma abordagem diferenciada também no que se refere à elaboração e utilização dos instrumentos de coleta de informações. [...] Em síntese, a pesquisa qualitativa tem como pressuposto científico manipular informações recolhidas, descrevendo e analisando-as, para num segundo momento interpretar e discutir à luz da teoria [...].

Os participantes da pesquisa, num primeiro momento, serão os docentes e técnicos administrativos dos *campi* Ibirubá e Veranópolis. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas em vídeo, para que forneçam informações relevantes para a criação do instrumento de autoavaliação e posterior construção do vídeo que para a capacitação sobre o ensino médio integrado e o instrumento de autoavaliação para os cursos de EMI.

Para tanto, como coleta de dados, a entrevista semiestruturada deve propiciar “[...] o estabelecimento de um vínculo melhor com o indivíduo e maior profundidade nas perguntas [...]” (NEGRINE, 2010, p. 75).

Ainda Negrine (2010, p.76) afirma que

É “semiestruturada” quando o instrumento de coleta está pensado para obter informações de questões concretas, previamente definidas pelo pesquisador e, ao mesmo tempo, permite que se realizem explorações não previstas, oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou abordar aspectos que sejam relevantes sobre o que pensa.

O tema das entrevistas semiestruturadas será o processo de formulação ou a reformulação dos PPCs de cursos de EM Integrado dos *campi* Ibirubá e Veranópolis, com a explanação dos objetivos, dos critérios e decisões que tornam os seus currículos *integrados*. A pesquisa fica delimitada a esses *campi* e público, visto a recente formulação do PPC do Técnico em Administração, de Veranópolis, e a recente reformulação dos PPCs do Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Mecânica de Ibirubá.

Os *campi* Ibirubá e Veranópolis foram definidos por terem realizado, nos anos de 2017 e 2018, estudos e problematizações coordenadas pelos atores institucionais em suas comunidades acadêmicas, objetivando a construção de PPCs que integrem, na perspectiva de formação integral, a técnica e a teoria, a educação profissional e propedêutica. Os estudos e problematizações sobre formação integral, educação profissional e trabalho foram sugeridos por uma ação institucional da Pró-Reitoria de Ensino (Proen), buscando qualificar as propostas de EMI no IFRS.

Além disso, serão entrevistados integrantes da CPA, para que possam explicar a respeito do instrumento de autoavaliação utilizado atualmente no IFRS e como o ensino médio também participa do momento de avaliação interna. Essas entrevistas, assim como as demais, serão semiestruturadas e gravadas, visando à

produção de um vídeo que contribua para a capacitação sobre o ensino médio integrado e o instrumento de autoavaliação.

A partir das entrevistas realizadas, o instrumento de autoavaliação será desenvolvido e, posteriormente, avaliado pelos docentes e servidores técnicos-administrativos dos *campi* envolvidos na pesquisa e os membros da CPA do IFRS.

RESULTADOS

Os resultados obtidos pela análise documental auxiliam na investigação dos referentes para a criação de um instrumento de autoavaliação para cursos de Ensino Médio Integrado, demonstrando que o IFRS já está trabalhando na concepção e consolidação desta forma de oferta, procurando qualificar os cursos e seus PPCs.

Em setembro de 2018, o CONIF e o FDE divulgaram um documento chamado de “Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na RFEPCT”. O documento, fruto de discussões referentes aos cursos de EMI, constitui-se de diretrizes indutoras para o fortalecimento dos cursos técnicos integrados nos IFs. Cada instituição, posteriormente, aprovaria sua própria Política.

A análise realizada aponta que a Política aprovada no IFRS está alinhada à legislação vigente, com relação, especialmente, à Lei de Criação e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, no que concerne aos seus pressupostos legais e aos objetivos e orientações da Rede⁹, além do pensamento da comunidade acadêmica.

A Política (2019) trabalha com a concepção de formação humana integral (omnilateralidade); trabalho como princípio educativo; indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, por meio da curricularização da pesquisa e da extensão; relações dialógicas e superação da dualidade estrutural:

Por um lado, contrário a dualidade, o EMI estabelece-se dentro de uma percepção total sobre os sujeitos, tendo a formação humana integral como seu princípio. Logo, a concepção de EMI deve sustentar-se nos fundamentos da educação básica integrada à educação profissional, ou seja, contemplando e aprofundando os conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais produzidos e acumulados historicamente pela sociedade (IFRS, 2019).

⁹ Rede: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT.

Citando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o texto traz a ideia do currículo como “projeto a ser construído coletivamente” (IFRS, 2019). A relação dialógica e democrática com a comunidade em que está inserido, além dos servidores e estudantes que compõem o *campus* deve ser exercida ao se pensar os currículos dos cursos.

Para pensar o currículo integrado, entende-se que deve haver uma “integração de saberes” para além da “composição entre formação geral e específica” (IFRS, 2019). “Potencializar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de atividades que envolvam os estudantes para além da sala de aula, se caracteriza como uma importante estratégia para a efetivação do ensino integrado. [...]” (IFRS, 2019), diálogo, construção democrática, interdisciplinaridade, experiência prática, conhecimento historicamente construído, interface com a realidade, formação profissional e condições estruturais podem auxiliar na consecução do objetivo de integração.

A Política, com o objetivo de ser indutora para as ofertas de EMI, traz ainda Metodologias de Ensino e Prática Profissional Integrada no Ensino Médio Integrado; Formação Continuada de Professores e Articulação do Ensino Integrado; Avaliação como Prática Integradora.

Analisando dentro da proposta da pesquisa, o item sobre “Avaliação como Prática Integradora” se reporta à avaliação como “processo contínuo de reflexão crítica sobre a prática pedagógica desenvolvida no espaço acadêmico, envolvendo os diferentes sujeitos que o constituem” (IFRS, 2019). Traz as concepções avaliativas voltadas para o ensino e a aprendizagem, finalizando com as três dimensões que estar presentes no EMI: “desempenho do aluno; o desempenho dos docentes e a adequação do currículo do curso como planejado inicialmente, bem como dos projetos e atividades de integração propostos pelos docentes” (IFRS, 2019).

O instrumento de autoavaliação institucional para cursos de EMI, proposta da pesquisa em andamento, insere-se na Política, pois visa a consolidação da cultura avaliativa no IFRS.

DISCUSSÃO

O Ensino Médio Integrado não deve ser entendido como uma simples junção de currículos da educação técnica e propedêutica, mas como espaço de formação integral, formação omnilateral que inclui trabalho, ciência e cultura, além de educação técnica e geral.

Em especial, quando da promulgação do Decreto nº 5.154/2004 e criação dos IFs, diversos grupos de trabalho se envolveram em discussões sobre ensino profissional e concepções de ensino médio integrado.

Segundo Moura, Lima Filho e Silva (2015), no ano de 2010 retomou-se a discussão sobre a necessidade de estabelecimento de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Diretrizes Curriculares para Educação Profissional. Nas primeiras, o texto proposto pelo grupo de trabalho que as debateu foi praticamente incorporado pelo Conselho Nacional de Educação em sua totalidade, apontando para formação integral dos sujeitos. Nas segundas, o texto proposto foi praticamente descartado, deixando de lado a formação integral e dando espaço para a fragmentação e para as competências de empregabilidade.

Assim, o currículo dos cursos de ensino médio integrado à educação profissional não seguia uma diretiva clara sobre os objetivos a serem elencados quando da sua formulação e integralização. Sobre isso, Moura (2007, p. 165) chama a atenção que

quanto às possibilidades de organização curricular que existem no Ensino Médio/Técnico Integrado, reconhecemos serem várias e isso vai depender efetivamente de cada coletivo, de cada escola, de cada sistema de ensino, de cada instituição, mediante sua realidade concreta, verificar qual é a possibilidade mais adequada.

O CONIF iniciou em 2016, por meio do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), a elaboração das diretrizes para o fortalecimento do ensino médio integrado, conforme a Lei de Criação dos IFs (Lei nº 11.982/2008). O FDE, em setembro de 2018, estabeleceu as Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, que devem ser divulgadas e discutidas em cada instituto, sendo que no IFRS este documento já foi discutido e aprovado pelo Consup, analisado neste artigo.

Dessa forma, cada instituição de ensino, cada IF trabalha a integralização do ensino médio conforme elementos presentes em seu PPI, que deve ser elaborada de maneira conjunta e democrática entre os atores institucionais.

No IFRS, a Política Institucional para Cursos de EMI define os pressupostos metodológicos e epistemológicos para a criação de cursos e reformulações de PPCs de cursos já existentes, buscando explicitar concepções de uma formação integrada, indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a formação da criticidade dos estudantes.

Enquanto forma de educação, o EMI sempre se pautou, em termos de estudos e reflexões, na busca pela universalidade do ensino médio e uma educação politécnica (formação integral). Ciavatta (2005, p. 94) assim se refere:

A formação integrada entre ensino geral e a educação profissional ou técnica (educação politécnica ou, talvez, tecnológica) exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida além das práticas de educação profissional e das teorias da educação propedêutica que treinam para o vestibular. Ambas são práticas operacionais e mecanicistas, e não formação humana no seu sentido pleno.

Manfredi (2007, p. 171) vai elencar para o EMI algumas dimensões importantes: “quando penso numa proposta voltada ao Ensino Médio e à educação profissional e tecnológica, no caso específico, tenho por certo que devemos contemplar várias dimensões que vão compor o chamado currículo integrado”: a dimensão social dos tipos de trabalho, a dimensão cultural e a *profissionalidade* devem estar presentes na construção de um currículo integrado.

Para Frigotto (2005, p.74), o EMI deve ser para todos a partir de uma formação omnilateral:

Neste horizonte, a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média) unitária¹⁰, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e da democracia efetivas. Não se trata de uma relação, pois, linear com o mercado de trabalho, mas mediada, sem o que não se cumprem os dois imperativos: de justiça social e

¹⁰ Escola unitária: conceito trazido por Gramsci de escola de formação integral, aliando, além da “politecnicidade” de Marx e Engels, aspectos culturais e humanísticos. No entanto, a escola unitária também trabalha com o conceito de omnilateralidade (MOURA, LIMA FILHO, SILVA, 2015).

de acompanhamento das transformações técnico-científicas do mundo do trabalho.

Além disso, a interdisciplinaridade, segundo De Lima Araujo e Frigotto (2015, p. 69), vista como “a máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas acima de tudo, como o princípio da diversidade e da criatividade”, deve fazer parte do currículo integrado.

Dessa forma, vamos percebendo que o EMI deve buscar superar a dualidade estrutural entre educação técnica e geral, educação para os filhos da elite e da população trabalhadora. O mundo do trabalho, com seu imperativo de consumo e tecnológico, não deve ficar de fora da discussão, mas não deve pautar o currículo e as concepções desta modalidade de educação.

Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1077) apontam algumas das dificuldades para a materialização da formação integral para que se concretize no EMI:

A primeira é a disputa política direta com o capital, pois seus intelectuais orgânicos defendem ardorosamente a formação para o atendimento imediato aos interesses do mercado. Enquanto isso, o governo federal tem posição ambígua: ora profere o discurso da politécnica e da formação humana integral, mas vai pouco além das palavras; ora assume, em nome dos interesses dos trabalhadores e dos mais pobres, os interesses do capital.

Ao observarmos a Política Institucional para Cursos de EMI no IFRS, a universalidade do ensino médio e uma educação politécnica, a interdisciplinaridade, as dimensões profissionais, sociais e culturais encontram-se no documento, sempre voltada à integração de saberes.

A disputa com o capital, buscando a superação da dualidade estrutural, também é referida na Política, buscando a consolidação do EMI, tendo em vista que os IFs são o espaço prioritário para este tipo de oferta de EM. Para Ciavatta (2018, p. 208),

Portanto adaptar-se ou resistir supõe compreender esse movimento [reforma do ensino médio] na totalidade das relações que constituem a própria reforma, as imposições nos termos da lei e suas consequências para a formação e o trabalho docente na formação profissional.

Assim, a proposta de criação de um instrumento de autoavaliação, que permita avaliar como a oferta de EMI está sendo implementada, a partir da percepção dos docentes e técnicos-administrativos, na perspectiva de consolidação das boas experiências àqueles que a ele têm acesso, encontra correspondência na Política e na concepção de uma educação omnilateral, superando a ideia de fragmentação do ensino médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está na fase inicial, com a análise documental sendo realizada no momento. No entanto, é perceptível a integração de conceitos e concepções da Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) com os principais autores que trabalham, pensam e problematizam o EMI no Brasil.

A partir da análise da Política Institucional para Cursos de EMI do IFRS, podemos pensar em um nível institucional como a avaliação dos cursos pode se configurar, pois sugere caminhos e é propositivo na construção dos currículos para cursos de EMI e sua reformulação, quando o curso já está sendo ofertado.

Dessa forma, a principal perspectiva da pesquisa, para a área de ensino, na concepção da educação profissional e tecnológica, é a criação de um instrumento para avaliar o EMI e o vídeo que contribua para a capacitação, na instituição de origem, IFRS, além dos demais IFs da rede federal.

A partir do instrumento de autoavaliação e o vídeo de capacitação sobre o EMI e autoavaliação, os resultados poderão apontar caminhos para a consolidação do EMI no IFRS e, possivelmente, na rede federal, fortalecendo as ofertas de cursos presentes no IFRS e propondo indicadores para a oferta de novos cursos.

Por fim, estimo contribuir para o fortalecimento da cultura avaliativa na instituição, visto que teremos um instrumento de autoavaliação para conhecer os cursos de Ensino Médio Integrado, e no qual a comunidade acadêmica poderá participar, e cuja análise e reflexão poderão contribuir para a consolidação da formação humana integral no IFRS.

REFERÊNCIAS

BARDLN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica: 2012. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 maio.2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular-BNCC**. Brasília: 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 abr.2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 maio.2019.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Diário Oficial da União, n. 72, de 15 de abril de 2004, Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 09 maio.2019.

CIAVATTA, Maria. **A reforma do ensino médio: uma leitura crítica da Lei n. 13.415/2017 – adaptação ou resistência?** HOLOS, v. 4, p. 207-222, 2018.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

DE LIMA ARAUJO, Ronaldo Marcos; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. **História da Educação Profissional no Brasil**: As Políticas Públicas e o Novo Cenário de Formação de Professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil', 2012, João Pessoa. Anais Eletrônicos: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" - História da Educação Brasileira: Experiências e Peculiaridades. João Pessoa: UFPB, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 2, n. 0, p. 0, 2009.

IFRS. Conselho Superior. **Resolução nº 055, de 25 de junho de 2019**. Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Bento Gonçalves: Conselho Superior, 2019. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Resolucao_055_19_Aprova_Politica_Ensino_Medio_Integrado_Completa.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019. Texto não paginado.

LEITE, Denise; TUTIKIAN, Jane; HOLZ, Norberto. **Avaliação & Compromisso**: Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

MANFREDI, Sílvia. Eixo Temático IV: Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. 2. Proposta Pedagógica. In: **Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional Tecnológica, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Eixo Temático IV: Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. 2. Proposta Pedagógica. In: **Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional Tecnológica, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e**

tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. **Politecnia e formação integrada:** confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: NETO, Vicente Molina; TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (Org.). **A pesquisa qualitativa na educação física:** alternativas metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. In: SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.) **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008:** comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 17 abr.2019.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-pedagógicos dos Institutos Federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D. **O choque da politecnia.** Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):131-152, 2003.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação:** fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> . Acesso em: 24 ago. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008:** comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM OLHAR A PARTIR DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO

Pesquisador: LISIANE BENDER DA SILVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 17484019.0.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.622.416

Apresentação do Projeto:

Projeto apresentado anteriormente, com pendências.

Objetivo da Pesquisa:

Ok.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foi acrescentada a observação de riscos devidos ao uso da imagem.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O cronograma foi ajustado para que a coleta de dados comece após a aprovação da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

No TCLE foi incluída a solicitação do uso da imagem e discuto o risco associado com a exposição da imagem.

Apresentou carta de resposta com as alterações solicitadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Continuação do Parecer: 3.622.416

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1390342.pdf	16/09/2019 11:20:20		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_LBS.pdf	16/09/2019 11:14:30	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
Outros	carta_resposta_LBS.pdf	16/09/2019 11:09:46	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_LBS_ajustado.pdf	16/09/2019 11:05:32	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_LBS.PDF	16/07/2019 15:59:02	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
Outros	roteiro_video.docx	16/07/2019 15:58:01	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Entrevistas.docx	16/07/2019 15:57:46	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
Outros	AI_lbiruba.pdf	16/07/2019 15:57:13	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
Outros	AI_Veranopolis.pdf	16/07/2019 15:56:48	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	IFRS_Lisiane_Bender_da_Silveira_Projeto.pdf	16/07/2019 15:55:42	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_LBS.docx	16/07/2019 15:52:26	LISIANE BENDER DA SILVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 3.622.416

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 04 de Outubro de 2019

Assinado por:
MARCELO MALLET SIQUEIRA CAMPOS
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br